



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE**

O PAPEL DAS ONGS NO LICENCIAMENTO DO MADEIRA.

LUCIANE LIMA COSTA E SILVA

Porto Velho (RO)
2013



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E MEIO AMBIENTE**

O PAPEL DAS ONGS NO LICENCIAMENTO DO MADEIRA.

LUCIANE LIMA COSTA E SILVA

Orientador: Artur de Souza Moret

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Área de Concentração em Políticas Públicas, para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Porto Velho (RO)
2013

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

Costa e Silva, Luciane Lima.

C8373p

O papel das ONGs no licenciamento do Madeira / Luciane Lima Costa e Silva, Porto Velho / Rondônia, 2013.
80 fls.

Orientador: Prof. Artur de Souza Moret

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Fundação Universidade Federal de Rondônia.

1.Energia. 2.Ambiente. 3.ONGs. 4.Sociedade. I.Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR. II.Título

CDU 502.1

Bibliotecária responsável: Rejane Sales - CRB11/903

LUCIANE LIMA COSTA E SILVA

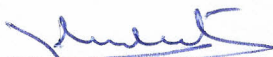
“O Papel das ONGs no Licenciamento do Madeira”.

Comissão Examinadora



Dr. Artur de Souza Moret
Orientador

Fundação Universidade Federal de Rondônia



Dr. José Manuel Carvalho Marta
Membro
Universidade Federal de Mato Grosso



Dr. Ari Miguel Teixeira Ott
Membro
Fundação Universidade Federal de Rondônia

Dr. Wanderley Rodrigues Bastos
Suplente

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Porto Velho, 16 de Julho de 2013.

Resultado: APROVADA

DEDICATÓRIA

Esse trabalho é dedicado aos simples e, na maior parte das vezes, anônimos, que têm seus modos de vida alterados, pelo progresso dos grandes centros. Singela contribuição, para nossa reflexão sobre como estamos vivendo e o que queremos para o futuro enquanto sociedade.

A G R A D E C I M E N T O S

Gratidão ao Grande Arquiteto do Universo, pela oportunidade da vida, da família dos amigos e, principalmente, dos mestres que encontrei na Fundação Universidade Federal de Rondônia, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Valeu a pena ter vindo para Porto Velho e ter convivido com cada um dos professores. Lembro com carinho a entrevista com o orientador, que me deu a carta de orientação; o quanto estudei para as provas e a alegria de ter vencido a primeira etapa; da entrevista do projeto, o quanto eu era e ainda sou crua, embora agora já saiba um pouco mais. Muito mais do que aprender a pesquisar, aprendi que é importante continuar, que o próximo passo será sempre melhor que o anterior. Terminado esse trabalho fica a saudade das aulas com cada um daqueles professores, que dividiram conosco seu conhecimento.

RESUMO

A Energia é um insumo fundamental, para a vida humana. No entanto, a título de geração de energia, utilizar-se dos recursos naturais de maneira predatória, como se fossem ilimitados, é agir com insensatez e, inconstitucionalmente, uma vez que a Carta Magna tem dispositivos que asseguram a preservação do meio ambiente, para as futuras gerações. Além disso, a energia gerada gera conforto, bem-estar e emprego, para os grandes centros desenvolvidos e, para que essa energia seja produzida, grandes contingentes de pessoas, que vivem da relação com o rio, têm tido suas vidas alteradas de modo impositivo e, pelos estudos que tivemos a oportunidade de verificar, desde os anos 1970 até as usinas do Madeira, para as populações que as recebem, os impactos negativos foram grandes. Localizamos as ONG na esteira da evolução da democracia e da participação à luz de Jean Jacques Rousseau, Ellen Wood e usamos como lente a Teoria da Modernização Reflexiva, cujos autores Ulrich Beck e Anthony Giddens, nos mostram que o desenvolvimento do Capitalismo cria situações para as quais o próprio sistema precisa se modificar para dar novas respostas. Rousseau vem nos dizer que o Homem é um ser que evolui, com isso deduzimos, que é chegado um momento em que não é mais possível viver em estado de natureza, assim vivemos em sociedade, mas a grande discussão é qual a sociedade em que queremos viver e dentro disso pensamos que a democracia, como conceito, também evolui e as ONG são fruto da necessidade de maior participação social nas decisões, não apenas de forma consultiva como se verificou nas audiências públicas das usinas do Madeira. As usinas do Madeira são parte do Programa de Aceleração do Crescimento e a sua implantação era vista como resolvendo um problema que impedia o crescimento econômico, um gargalo, para usar uma expressão que se repete no Governo Federal. Essa relação conflituosa entre as áreas de Meio Ambiente e Energia, do ponto de vista institucional, ficou acentuada no licenciamento do Madeira. Houve a divisão do Órgão Licenciador, o IBAMA; houve divergência de competência, resultando na renúncia da Ministra da pasta Ambiental e demissão do presidente do IBAMA. Os documentos do Instituto Brasileiro e as respostas do Consórcio responsável pelo EIA/RIMA, evidenciam a fragilidade daquele órgão, para fazer cumprir a legislação, porque o Consórcio compreendia-se, claramente apoiado pelo Governo, leia-se Casa Civil, Ministério de Minas e Energia, ANEEL, EPE, todo arcabouço da área de Energia, incluindo o mercado, a mídia e a Presidência da República. As ONG vieram reforçar a cobrança por verificar de modo mais profundo os impactos. Elas deram visibilidade a questão, utilizando-se de meios diferentes do movimento social, como a via judicial. Fizeram estudos e algumas estrangeiras ajudaram com os recursos. A participação das ONG aumentou o espaço para debates, chamando a atenção da sociedade inclusive da comunidade internacional, embora não tenha sido tão efetiva, uma vez que a decisão pelo licenciamento das usinas do Madeira foi claramente uma decisão política e não técnica.

PALAVRAS-CHAVE: ENERGIA. AMBIENTE. SOCIEDADE. ONG.

ABSTRACT

Energy is a fundamental input for human life. However, in order to generate energy, using natural resources in a predatory manner, as if they were unlimited, is to act senselessly and, unconstitutionally, since the “Brazilian Magna Carta” has devices that ensure the preservation of the environment, to future generations. In addition, the generated energy assure comfort, well-being and employment for the large developed centers and, for this energy to be produced, large contingents of people, who live from the relationship with the river, have had their lives suddenly changed and from the studies that we had the opportunity to verify, from the 1970s to the Madeira river hydroelectric plants, the negative impacts for the populations that receive them, were great. We locate NGOs in the wake of the democracy evolution and participation based on Jean Jacques Rousseau, Ellen Wood and use as a lens the Theory of Reflective Modernization, whose authors Ulrick Beck and Anthony Giddens, show us that the development of capitalism creates situations for the which the system itself needs to change to develop new answers. Rousseau tells us that Man is under continuous evolution so, we deduce, is not still possible to live in a state of nature, that the way we live in society. The great discussion is what society we want to live and within that we think that democracy as a concept also evolves and NGOs are the result of the need for greater social participation in decisions, not only in an advisory way as happened in the public hearings of the Madeira hydroelectric plants. The Madeira hydro plants are part of the Growth Acceleration Program and its implementation was seen as solving a problem that prevented economic growth, a “bottleneck”, to use an expression that is repeated used for the Federal Government. This conflicting relationship between the Environment and Energy areas, from the institutional point of view, was accentuated in the licensing of Madeira hydro plants. There was the administrative split of the Environmental Agency (IBAMA); there was divergence of competence, resulting in the resignation of the Minister of Environmental Affairs and resignation of the president of IBAMA. The documents of the Brazilian Institute and the answers of the Consortium responsible for the EIS (Environmental Impact Study) show the fragility of IBAMA to enforce the legislation, because the Consortium comprised, clearly supported by the Federal Government, Ministry of Mines and Energy, ANEEL, EPE, all the Energy framework, including the market, the media and the Presidency of the Republic. The NGOs have reinforced the charge for further assessing the impacts. They gave visibility to the issue, using means other than the social movement, such as the judicial process. They did some studies and some foreigners helped with the resources. The participation of NGOs increased the space for debate, drawing the attention of society, including the international community, although it was not as effective, since the decision to license the Madeira hydro plants was clearly a political and non-technical decision.

KEY WORD. ENERGY. ENVIRONMENT. SOCIETY. NGO.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas
ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica
CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente
CRAB – Conselho Regional de Atingidos por Barragens
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
LI – Licença de Instalação
LO – Licença de Operação
LP – Licença Prévia
MAB – Movimento de Atingidos por Barragens
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME – Ministério de Minas e Energia
ONG – Organização Não Governamental
RIMA – Relatório de Impacto Ambiental
SEB - Setor Elétrico Brasileiro
TR – Termo de Referência
WCD – World Commission on Dams
EPE - Empresa de Pesquisa Energética
ACR – Ambiente de Contratação Regulada
UHE – Usina Hidrelétrica
PBA – Projeto (ou Plano) Básico Ambiental
MESA – Madeira Energia S.A.
ESBR – Energia Sustentável do Brasil.
SIN – Sistema Interligado Nacional

LISTA DE TABELAS E QUADROS.

	Tema Abordado.	Pág.
Quadro	Comparativo de documentos LP 251/2007, PBA Jirau e Protocolo de Intenções.	50
Quadro 1	Caracterização das Instituições Estudadas.	63
Quadro 2	Quantidade de Instituições por Critérios.	66
Quadro 3	Participação por Audiência Pública.	67
Quadro 4	Participação por Audiência, por critério de estudo.	68
Tabela 5	Instituições por atividade.	68

SUMÁRIO

	LISTA DE ABREVIATURAS.....	i
	INTRODUÇÃO.....	10
	MATERIAIS DE MÉTODO.....	14
1.	REVISÃO DA LITERATURA.....	17
1.1.	ESTADO E DEMOCRACIA NA EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL: A PARTICIPAÇÃO.....	17
1.1.1.	DEMOCRACIA GREGA E CAPITALISTA.....	17
1.1.2.	ESTADO E PARTICIPAÇÃO NO PENSAMENTO CONTRATUALISTA.....	18
1.2.	A SOCIEDADE DE RISCO E A MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA.....	19
1.3.	TERCEIRO SETOR.....	21
1.3.1	POSSÍVEIS DENOMINAÇÕES PARA ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS.....	21
2.	CONTEXTO HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL.....	25
3.	CONTEXTO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL.....	29
4.	MEIO AMBIENTE E ENERGIA: OS PORQUÊS DA ENERGIA HÍDRICA.....	35
5.	O PROCESSO DE LICENCIAMENTO DAS USINAS DO MADEIRA.....	40
5.1.	A ORGANIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	42
5.2.	AMAZÔNIA, RONDÔNIA E OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO.	45
5.3.	O SUPOSTO ATRASO NO LICENCIAMENTO DAS USINAS DO MADEIRA.....	52
5.4.	A QUEDA DE BRAÇO NO LICENCIAMENTO DO MADEIRA: EMPREENDEDORES, IBAMA E ONG.....	54
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	63
	CONCLUSÕES.....	74
	REFERÊNCIAS.....	76
	BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	80

INTRODUÇÃO

Meio Ambiente e Energia são discussões sociais que estão na pauta do dia. E num mundo globalizado, com as novas tecnologias e as redes sociais, as repercussões dos impactos negativos de grandes projetos tornam-se conhecidas de todos. No Brasil é evidente a opção pela geração de energia elétrica por meio das quedas d'água. Os sucessivos governos optam pela hidroeletricidade, por não emitirem poluentes, desde que seja feita a supressão da vegetação antes do enchimento da represa. Esse fato torna as Usinas Hidrelétricas conhecidas mundialmente como fonte de energia limpa. Da mesma forma, uma vez que se pode reutilizar a água, que sai dos vertedouros, as UHE são conhecidas como fontes renováveis, num confronto com as fontes fósseis, como o Diesel e carvão mineral, por exemplo.

O aproveitamento das águas para a geração é antigo no Brasil. Müller (1995) afirma, que às vésperas da proclamação da república em 7 de setembro de 1889, inaugurou-se a primeira usina hidrelétrica pertencente ao serviço público no Brasil, a UHE Marmelos, em Juiz de Fora/MG, inicialmente com duas turbinas de 125 KW cada. No ambiente público da geração da energia as empresas foram criadas desde a era Vargas, como a CHESF (1945), CEMIG (1952) e FURNAS (1957), entre outras, que mais tarde formaram o Grupo Eletrobrás. Nos anos 1990, houve no Brasil o processo de abertura econômica e uma série de empresas públicas foram privatizadas, dentre elas as empresas do Setor de Energia (ABRADEE, 2009) CERJ 1996, AES Sul 1997, CPFL 1997, COELBA 1997, ENERGEIPE, 1997, ELETROPAULO 1998, CELPA 1998, para citar algumas. Por pressão dos organismos de financiamento internacional, como o Banco Mundial, em 1994, as empresas do grupo Eletrobras foram obrigadas a criar departamentos ambientais e a fazer estudos, para melhorar o atendimento aos impactados por seus projetos. Dada a forma como foram feitas as privatizações sem planejamento, as empresas privadas não investiram e tivemos em 2001 o chamado apagão, uma grave crise de abastecimento de energia no Centro-Sul do país; uma das causas/motivações foi deixar ao mercado o aporte de energia, porque o planejamento passou de determinativo para propositivo e como é uma característica do mercado esperou melhor momento para o investimento, além disso as empresas públicas de geração ficaram impedidas de aportar carga. A partir de 2003 teve início a reestruturação da área de energia, agora num ambiente privado, ou como alguns preferem, público-privado, dadas as parcerias entre empresas públicas e o capital, para tentar atrair investimentos.

A idealização de uma usina hidrelétrica começa pelo inventário, autorizado pela

ANEEL por empresas registradas na mesma. Trata-se de um levantamento das possibilidades de aproveitamento de determinado ponto de um rio, para geração de energia hidrelétrica. Em novembro de 2002, o Consórcio formado por Furnas Centrais Elétricas S/A. e Construtora Norberto Odebrecht S.A., uma especializada na geração hídrica e a outra em construção, apresentou o Inventário PROCESSO Nº 48500.000291/01-31, quando então foram analisadas as possibilidades do trecho entre Porto Velho e Abunã, alegando no Relatório Final, MAD-INV-00-01-RT, quanto às possibilidades de aproveitamento das cachoeiras de Santo Antônio e Jirau.

Em 2004, fruto do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o qual afirmava desfazer gargalos, que atrapalhavam o desenvolvimento do país, temos o início do processo de licenciamento das usinas do Madeira, quando o Consórcio Furnas Odebrecht protocolou junto ao IBAMA o pedido para os estudos, que tiveram início com a emissão do Termo de Referência, que serviria para nortear o Estudo de Impacto Ambiental

O termo de referência¹ apresenta ao futuro empreendedor condicionantes, para a implantação do projeto, ou seja, medidas mitigadoras ou compensadoras dos impactos negativos, que deverão ser aprovadas pelo IBAMA, num Projeto Básico Ambiental, para que seja emitida a Licença Prévia, após as mitigações realizadas é emitida a Licença de Instalação; e em seguida, uma vez cumpridas as medidas, o IBAMA emite a Licença de Operação. Mas na prática não é tão simples, como teremos oportunidade de demonstrar. São muitos os interesse por traz de um grande projeto e, a exemplo das usinas do Madeira, no final das contas, a decisão tem sido política e não técnica.

É por esse motivo que é fundamental o estudo da energia e do meio ambiente. E a participação das Organizações Não Governamentais tem contribuído em muito para esse debate. As ONG são fruto da evolução da sociedade, da democracia e da participação e tendem a influir cada vez mais nos processos decisivos, com estudos e, inclusive, judicialmente. Não são formadas por representantes de uma única classe social, mas assalariados e empresários podem se unir numa entidade como essa. Elas vêm na esteira da transformação da sociedade de risco, estes causados pelo próprio capital, no que chamamos modernidade reflexiva.

1 O Termo de Referência é finalizado quando é entregue o Estudo de Viabilidade, entretanto no caso do Madeira, este foi elaborado no IBAMA antes. Este é, segundo Moret e Silva (2009) um dos principais causadores dos graves problemas da UHE, ou seja, o TR foi construído sem saber os problemas que seriam causados pela futura hidrelétrica. Além disso, os dados para o EIA/RIMA foram realizados com os resultados do Estudo de Viabilidade, que é uma ilegalidade porque aquele é realizado numa parte da bacia e o EIA/RIMA devem necessariamente ser realizado na completude da bacia, segundo a Resolução CONAMA 001/86.

Esse trabalho tem como objetivo apresentar o que e como a política de energia no país tem influência da e na sociedade. Além de demonstrar que o esforço de participação da sociedade no planejamento das políticas públicas de energia pode trazer resultados positivos, porque a energia é um fator estruturante na sociedade e a implantação e uso da energia afeta, todo o ambiente em que vivemos, como a biota, fauna, flora, as cidades, os empregos e o desenvolvimento que queremos, tudo passa pelo planejamento da energia, suas formas de geração, suas fontes e precisamos estar atentos, para essas decisões que influenciarão nossas vidas e das gerações futuras.

Assim os objetivos gerais desta pesquisa inicialmente foram:

1. Verificar a trajetória social das ONGs, localizando-as no contexto histórico.
2. Verificar qual o histórico da Construção de Hidrelétricas no Brasil.
3. Verificar qual o contexto social da Construção de Hidrelétricas no Brasil.
4. Verificar a opção pela energia hídrica no país.

Quanto aos objetivos específicos:

1. Verificar como se deu essa relação Meio Ambiente e Energia no campo institucional e o que isso representou, para o licenciamento do Madeira e o que isso aponta para a sociedade.
2. Analisar os documentos trocados durante o Licenciamento, para verificar as possibilidades de atraso na emissão da Licença Prévia, sem justificativa.
3. Verificar quais atores estiveram envolvidos no licenciamento das usinas do Madeira.
4. Saber em que contexto se deu a participação das ONG no licenciamento das Usinas do Madeira.

Conforme nosso objetivo geral, fizemos ampla 1. “Revisão Literária”, porque entendemos que as políticas de energia são circunscritas a um grupo de pesquisadores muito restrito, por isso, achamos por bem contextualizar o leitor. Incluímos conceitos importantes nessa Revisão, norteadores desse trabalho, a exemplo de 1.1. “Estado e Democracia, na Evolução do Pensamento Social: a Participação”; que incluem relato sobre a origem do conceito de democracia (WOOD, 2003) em 1.1.1. “Democracia Grega e Capitalista”; 1.1.2 “Estado e Participação no Pensamento Contratualista”, trazendo a temática da transferência de poder (ALVERGA, 2003) e a noção do Eu Coletivo de Rousseau, noção da participação nas decisões importantes (ROUSSEAU, 1991), para a sociedade. Apresentamos as ideias dos

pensadores GIDDENS e BECK sobre a Sociedade de Risco (BECK, 2010) e a Modernidade Reflexiva (GIDDENS e BECK 1997), que explicam melhor a tendência da formação dos grupos sociais em torno de questões de interesse de todos, não apenas de um grupo, como no caso dos movimentos sociais classistas, mas de interesses difusos, sob o subtítulo 1.2. “A Sociedade de Risco e a Modernização Reflexiva”. Em seguida apresentamos nossos estudos sobre o 1.3. “Terceiro Setor”, seu conceito, o que são as ONG no Brasil, sua origem, 1.3.1 “Possíveis Denominações para Organizações Não Governamentais. ”

Apresentamos o 2. “Contexto Histórico da Construção de Usinas Hidrelétricas no Brasil”, o 3. “Contexto Social da Construção de Usinas Hidrelétricas no Brasil” com ênfase nos impactos dos atingidos por barragens, assunto que podemos contribuir um pouco mais e falar com mais segurança, por alguns estudos anteriores. Apresentamos a temática 4. “Os Porquês da Energia Hídrica”, buscando explicar o discurso do Setor Elétrico sobre essa opção de geração.

Fazemos larga referência ao processo de licenciamento das usinas do Madeira, no tópico 5. “O Caso Madeira: Licenciamento das Usinas do Madeira”; à 5.1. “Organização das Audiências Públicas”; 5.2. “A Constituição do Madeira e as Hidrelétricas do Madeira”. Afirmação constante durante o processo do licenciamento, foi a de atraso na emissão das licenças e resolvemos incluir um capítulo, que a partir dos documentos citados e transcritos busca evidenciar, que esse discurso fez parte da correlação de forças, para aprovação política da Licença Ambiental das usinas do Madeira, essa temática é tratada no sub-tópico 5.3. O Suposto Atraso no Licenciamento do Madeira: Empreendedores, IBAMA, e ONG; para finalmente apresentar nossos 6. “Resultados e Discussões” sobre a participação das ONG no licenciamento das usinas do Madeira e, em seguida, concluímos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, considerando nosso objetivo, estudar como foi a participação das instituições no processo de licenciamento das usinas do rio Madeira.

Universo.

O universo da pesquisa corresponde as instituições do terceiro setor sem fins lucrativos, não apenas aquelas que atuam no Estado de Rondônia, isso porque as análises demonstraram participação de instituições regionais e nacionais, com seis critérios adotados pelo IBGE, na sua pesquisa sobre o terceiro setor FASFIL 2005. O IBGE tem em sua pesquisa uma Tabela de Natureza Jurídica 2003-1, cuja opção três relaciona o gênero Instituições Sem Fins Lucrativos e as cinco espécies:

“1 - Instituições Sociais e/ou Ambientais sem fins lucrativos”; “2 - Movimento Social - Relativo ao meio ambiente ou social” “3 - Organizações da Sociedade Civil cujo objeto difere do pesquisado (Associações profissionais) ”; “4 - Organizações da Sociedade Civil cujo objeto difere do pesquisado (Associações patronais) ”; “5 - Trabalho Cooperativo - não é sem fim lucrativo” e as que “6 - Não foram identificadas”. Acrescentamos o item seis para aquelas que não conseguíamos classificar, por não termos conseguido contato.

Percebemos, como demonstrado durante a revisão literária, que os meios de comunicação comum, formadores de opinião, embora sem conhecimento técnico², na maior parte das vezes opinavam favoravelmente à construção das usinas. Contudo essa imprensa, por não ser sem fins lucrativos, não foi incluída nesse trabalho.

Amostra

A amostra representa as instituições que participaram diretamente e indiretamente no processo de licenciamento através de: participação nas audiências públicas, de manifestações, que publicaram estudos, que se dedicavam a manifestar-se a favor ou contrária à construção das usinas; além disso chegamos à conclusão que aquelas que tinham apelo socioambiental eram as mais atuantes.

A amostra da pesquisa foram as instituições, que participaram influenciando de alguma forma o licenciamento das usinas do Madeira, seja na formação de opinião, por meio de notícias na internet, seja com estudos complementares ou contrapondo os estudos das

2 Como colocado, o Prof. Ildo Sauer (2003) demonstrou que o próprio Setor Elétrico perdeu com as privatizações grande parte do seu capital humano, que detinha o conhecimento técnico da construção das usinas, resultando nos desastres ainda maiores, no pós-privatizações a exemplo de Barra Grande. Dessa forma, não é difícil concluir que tendo em vista se tratar de um conhecimento técnico específico e, sobretudo, quando referente a um projeto na Amazônia, a mídia opinava colhendo relatos, mas sem o know-how necessário.

empresas, seja por meio de liminares judiciais. Esse universo foi retirado de sites na internet e das audiências públicas.

Compuseram a amostra 64 instituições e para estudá-las as dividimos segundo seu objeto de atuação declarado, o qual soubemos por e-mail ou na página das instituições, e conforme a classificação do IBGE, na sua pesquisa FASFIL 2005.

Foram excluídas aquelas instituições, tais como cooperativas, porque tem fins lucrativos, critério cinco, totalizando ao final 61 instituições.

Dados e Informações

Os dados foram prospectados em duas formas principais, a primeira através das notícias da mídia, sendo assim relevantes para demonstrar o formato de atuação do público estudado.

O Segundo formato foram as atas das Audiências Públicas, que foram encontradas na página do IBAMA, em licenciamento ambiental (<http://www.ibama.gov.br/licenciamento/>), três atas referentes às Audiências Públicas ocorridas no Distrito de Jaci-Paraná, no dia 10/11/2006; na capital Porto Velho, no dia 11/11/2006; e novamente na capital, convocada pelo Ministério Público do Estado de Rondônia, no dia 27/11/2006.

Método de análise

i- Classificação da amostra

A classificação foi realizada através das cinco classificações do IBGE e uma proposta pela autora visando abranger todas as categorias. As categorias são:

- 1 - Instituições Sociais e/ou Ambientais sem fins lucrativos;
- 2 - Movimento Social - Relativo ao meio ambiente ou social;
- 3 - Organizações da Sociedade Civil cujo objeto difere do pesquisado (Associações profissionais);
- 4 - Organizações da Sociedade Civil cujo objeto difere do pesquisado (Associações patronais)
- 5 - Trabalho Cooperativo - não é sem fim lucrativo;
- 6 - Não foram identificadas.

As instituições participantes do item 3 foram eliminadas.

ii- quantidade de participações nas Audiências Públicas

As análises continuam com cotejamento daquelas que participaram no processo e participaram das Audiências Públicas, através do uso das informações das Atas, visando demonstrar quais tiveram papel mais efetivo.

iii- Cotejamento de instituições apoiadoras e militantes

No processo do Licenciamento do Madeira foram construídas algumas Instituições com foco na atuação crítica, assim foi necessário prospectar quais foram os financiadores dessas Instituições e quais os objetivos dessas financiadoras.

Foram utilizados os materiais de divulgação das atividades e de militância para prospectar a informação necessária. Essa relação é um dos pontos que contextualiza o referencial teórico, porque e para que as ONG's surgiram e qual o papel delas no processo de licenciamento.

1. REVISÃO DA LITERATURA

1.1. ESTADO E DEMOCRACIA NA EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL: A PARTICIPAÇÃO.

1.1.1. Democracia grega e capitalista.

Segundo Wood (2003) o conceito de democracia surgiu de uma experiência histórica, que conferiu status civil único às classes subordinadas, criando o chamado cidadão camponês, o conceito moderno, contudo, pertence a uma trajetória histórica diferente, cujo exemplo mais evidente é a experiência anglo-americana. Wood coloca que a democracia grega vem de lá dos camponeses livres, que passaram a ter direitos civis e políticos, na qual os cidadãos se manifestavam livremente na ágora ateniense (FEIJÓ, 1993).

A democracia moderna ou capitalista liberal vem do feudalismo europeu e marca a ascensão das classes proprietárias, no final do Estado Absolutista, com o enfraquecimento dos poderes do rei e a reivindicação burguesa de maior participação nas decisões, de autonomia política e econômica. A classe burguesa se rebelou contra o poder absoluto, para ter acesso e participação nas decisões. Portanto, a classe burguesa, possuidora de meios de produção, a elite, foi quem deu origem a democracia na sociedade industrial.

Ou seja, não se trata de camponeses se libertando da dominação política de seus senhores, mas da afirmação dos próprios senhores de sua independência em relação ao poder absoluto do Rei. “É esta a ideia dos princípios constitucionais modernos, das ideias de governo limitado, da separação dos poderes, etc. princípios que deslocaram as implicações de “governo pelo demos” ... como o critério central da democracia.” Para Wood nunca existiu democracia no capitalismo, considerando como ela foi concebida, para o trabalho livre na Grécia e o governo do povo.

Na Grécia Antiga (Atenas) todos os cidadãos poderiam se expressar, se candidatar, votar, defender opiniões, mas nem todos eram reconhecidos como cidadãos. A questão da democracia grega era “quem” constituía o povo. Não eram considerados “povo” ou cidadãos com direito a voto mulheres, escravos, estrangeiros e seus descendentes, logo a democracia grega não era o que se compreende por democracia hoje (JAGUARIBE, 1982). Por outro lado, apesar de a chamada democracia capitalista ou liberal representar os burgueses requerendo independência do Rei, o cerne da questão era na Grécia, no Absolutismo agonizante e continua sendo o mesmo atualmente: a participação na tomada de decisão, ou melhor, nas questões, que impliquem alterações importantes, para a sociedade. O conceito de democracia, portanto, está em construção. Essa é uma definição norteadora a democracia na

evolução do pensamento social.

1.1.2. Estado e participação no pensamento contratualista.

Para Hobbes (1974) no estado de natureza (ordem natural) não havia códigos morais ou éticos, que pautassem as relações, nem critérios de justiça e propriedade, além da impossibilidade de atividades econômicas justificando a necessidade de que os homens vivessem sob uma autoridade, que os fizesse conviver em ordem (ordem social), assim o Estado, autoridade legitimada pelo pacto social, traria segurança e a possibilidade da realização de negócios, sendo criação dos indivíduos mediante transferência de direitos.

Locke (OLIVEIRA, 2006) trouxe a ideia de que no estado de natureza há uma igualdade natural, o homem é um ser sociável, racional dono de si e de suas posses, contudo, na ausência de um árbitro comum, poderia haver conflitos para interpretar ou executar o direito. No Estado Civil Político, para ele, houve o estabelecimento de uma lei positiva, a divisão dos poderes (legislativo e executivo), a garantia das liberdades individuais e o governo.

Rousseau (1997) afirma ser o homem um ser em construção, em evolução, chegando a um ponto em que não é mais possível viver em estado de natureza³. Para o autor, a sociedade existente é baseada num falso pacto, porque não combate ou impede a desigualdade, afirmando que o Estado deve intervir na questão da propriedade privada, representando a vontade do Eu Coletivo e se o poder representativo não consegue dirimir uma questão, há necessidade de um referendo popular (plebiscito) e deve prevalecer a vontade da coletividade. O contratualista afiança que o interesse do eu coletivo é superior ao interesse do eu indivíduo, em caso de divergência entre os dois, sendo um dos formuladores da democracia direta, ou nos dias de hoje, participativa⁴. Rousseau vai se ocupar com as desigualdades e dizer que esse novo poder constituído tem por obrigação – uma vez que representa a coletividade e que os interesses desta devem prevalecer – intervir na propriedade privada e buscar a igualdade. Assim, ele não falava apenas da igualdade legal, dos direitos, mas dos bens disponíveis, de modo que o homem deveria fazer um novo pacto, visando dirimir a desigualdade.

3

Capítulo VI – Do Pacto Social. Contemplo os homens chegado ao ponto em que os obstáculos danificadores de sua conversação no estado natural superam, resistindo, as forças que o indivíduo pode empregar, para nele se manter; o primitivo estado cessa então de poder existir, e o gênero humano, se não mudasse de vida, certamente pereceria. (Rousseau, 1991).

4

Consistia em reunir nas praças o povo e decidir, uma ideia que fica prejudicada em comunidades grandes pela impossibilidade de reunir todos em determinado local, para isso cria-se mecanismos como os plebiscitos, por exemplo.

Dessa forma, o Contrato Social seria o pacto fundante pelo qual o povo se torna um povo soberano. Ideia de Nação, pensando em como se constitui um cidadão, em cima de um eu coletivo, quando há transferência dos direitos do indivíduo para a coletividade, para a vontade geral, sob a qual o povo é o soberano e em seu nome o poder será exercido. O Estado é sua representação e o governo opera sob sua vontade. O Pacto de Rousseau não cria um Estado (Hobbes) ou um Governo (Locke), mas um “eu coletivo”. “Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a suprema direção da vontade geral, e recebemos enquanto corpo cada membro como parte indivisível do todo” (ROUSSEAU, 1991). E quanto mais desigual é uma nação, mais frágil é o sentimento de pertencimento a uma comunidade.

Alverga (2003) afirma que representação e participação são duas modalidades de democracia, que encontramos nos autores Locke e Rousseau, respectivamente, e que “não são conceitos excludentes entre si, nem totalmente antagônicos, podendo ser considerados complementares.” O autor afirma que Locke defende a democracia representativa, mas admite, no caso de exageros do poder legislativo, o seu exercício pela população. Rousseau acredita na democracia direta no legislativo, mas reconhece a necessidade de representação no executivo. E propõe, por fim, “um sistema, no qual em questões conflitantes e de relevante interesse para a sociedade e para a vida dos cidadãos, estes últimos decidissem diretamente as referidas questões.” (ALVERGA, 2003. p. 191-193).

1.2. A SOCIEDADE DE RISCO E A MODERNIZAÇÃO REFLEXIVA.

Ferrarezi (2007) usava a teoria da modernidade reflexiva, para analisar as ONGs, por verificar que esta permitia observar as mudanças ocorridas “no Estado e na sociedade enquanto produtos das relações entre cidadãos reflexivos e as instituições”.

Modernidade significa, para Giddens (1997) os modelos de vida surgidos na Europa a partir da Revolução Industrial no século XVIII os quais influenciaram o mundo. Por modernidade então se entende o período industrial, que teve começo na Europa e no século XVIII, mas cujas consequências extrapolaram seu local de origem e continuam num processo de transformação (GIDDENS, 1997).

A sociedade de risco de Beck (2010) nos coloca a visão da modernidade a partir dos resultados positivos dos processos produtivos e não das crises capitalistas. Ulrich Beck (1997, 2010)⁵ afirma que as ONGs estão situadas no contexto da dinâmica do capitalismo. A Teoria da Modernização Reflexiva (GIDDENS, et. al, 1997) refere-se às ONGs como produto do

5

Autor da Teoria da Sociedade de Risco (2010) e coautor da Teoria Modernização Reflexiva (1997).

capitalismo, mas não numa relação de classes, exclusivamente, e sim como fruto da própria modernidade. Entendendo relação de classe a relação de exploração do trabalho, as ONGs, para BECK (1997), não estão nessa relação, porque são compostas por burguesia e proletariado, ocupadas com os riscos de determinada atividade econômica, para a sociedade.

Beck (2010) coloca sobre a lógica da produção e distribuição de riscos em comparação com a lógica e distribuição da riqueza, para dizer que os riscos e efeitos da modernidade se manifestam sob a forma de ameaças à vida de plantas, animais e seres humanos. “Eles já não podem, como os riscos fabris e profissionais do século XIX e na primeira metade do século XX, ser limitados geograficamente ou em função de grupos específicos” (BECK, 2010). Para Beck eles têm uma tendência globalizante que tanto se estende à produção e reprodução como atravessa fronteiras nacionais, e nesse sentido, com um novo tipo de dinâmica social e política, faz surgir ameaças globais independentes de classes.

As ameaças sociais não são problemática única da sociedade de risco, quando observadas a partir das contradições entre modernidade e contramodernidade intrínsecas da sociedade industrial (BECK, 1997).

“Por um lado a sociedade industrial é definida como sociedade de grandes grupos, no sentido de uma sociedade de classes ou camadas sociais...Por outro lado, as classes sociais permanecem dependentes da validade de culturas e tradições sociais de classe, que são justamente destradicionalizadas ao longo da modernização do Estado de Bem Estar Social na Alemanha Ocidental do pós-guerra.” (BECK, 2010, p. 16, grifo nosso)

O autor Ulrich Beck (2010) afirma que se considerarmos a modernização como um processo de inovação autônomo, devemos considerar também a possibilidade de obsolescência da sociedade industrial e justamente nesta ponta estaria a sociedade de risco. Contudo, o mesmo não acredita na ruptura da lógica capitalista, mas na sua movimentação para outro formato.

Beck e Giddens (1997) apresentam sua Teoria da Modernização Reflexiva em que reflexivo é diferente de reflexão ou refletir e quer dizer na verdade autoconfrontação, o que sugere uma “autodestruição criativa da sociedade industrial, na qual o sujeito da destruição não é a revolução, não é a crise, mas o próprio sucesso da modernização ocidental” (BECK, 1997 p.12). Os autores colocam que em seu dinamismo “a sociedade moderna está acabando com suas formações de classe, camadas sociais, ocupação, papéis dos sexos, família nuclear, agricultura, setores empresariais...” afirmando que observando por esse modo o progresso pode se transformar em autodestruição em que um tipo de modernização destrói o outro e o modifica o que chamam de etapa da modernização reflexiva.

Beck e Giddens (1997, p.12 e 13) afirmam que a sociedade industrial acaba com suas próprias fundações, ou seja, o capitalismo é seu próprio coveiro, mas os autores da modernidade reflexiva afirmam que não é a crise quem provoca essas mudanças, são as vitórias do próprio capitalismo. Beck parafraseando Montesquieu coloca que “as instituições se afundam em seu próprio sucesso”.

1.3. O TERCEIRO SETOR.

Segundo a literatura “non profit sector” e “third sector” são termos estadunidenses não existem na legislação brasileira. Essa terminologia Terceiro Setor, segundo Coelho (2000) situa-se no contexto da divisão da sociedade em setores, reúne organizações diversas com finalidades múltiplas, mas que têm em comum o fato de não terem fins lucrativos, por isso não fazem parte do Mercado. E embora tenham finalidades públicas, são pessoas jurídicas de direito privado não fazendo parte do aparato estatal (OAB-SP, 2006) e pode-se dizer que por esse motivo não podem ser consideradas também estatais.

O caso do rio Madeira demonstra o quanto o terceiro setor se envolve no licenciamento de uma grande obra, por interesses variados. Um sindicato é uma associação de profissionais de determinada categoria sem fins lucrativos; uma federação de indústria ou de transportes é também uma organização sem fins lucrativos, embora as atividades de seus associados tenham fins lucrativos. Percebe-se então que o terceiro setor é bem mais que as Organizações Não Governamentais.

Outra característica do Terceiro Setor é a de que, apesar de poder ter funcionários remunerados, é composto de organizações criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato expandindo seu sentido para outros domínios graças sobretudo à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil (FERNANDES apud COELHO, 2000).

1.3.1. Possíveis denominações para Organizações Não Governamentais.

Embora a sociedade civil se organizasse antes da Constituição Federal de 1988, houve um aumento significativo a partir do princípio da construção de uma sociedade livre, justa e solidária onde o exercício da cidadania é demonstrado em ações conjuntas entre o Estado, o Mercado e a Sociedade Civil (OAB-SP, 2006).

O Código Civil traz artigos com as normas gerais (arts. 44 a 52) e as diferenças entre fundação (arts. 62 a 69) e associação (arts. 53 a 61). Ambas - associação e fundação - são

pessoas jurídicas de direito privado sem fins econômicos ou lucrativos. O que as difere é a sua formação, sua constituição onde associação se forma pela união de pessoas a partir de um objetivo comum e fundação a partir da existência de um patrimônio destacado por seu instituidor, por meio de escritura pública ou testamento para servir a um objetivo específico, voltado a causas de interesse público.

Há na literatura divergência relativa a necessidade da personalidade jurídica, ou seja, no que tange a formalidade da entidade, quanto a obter um registro junto ao Ministério da Fazenda no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) dividindo as opiniões em duas: de um lado os que acreditam que qualquer iniciativa popular organizada com o objetivo de promover interesses gerais enquadrar-se-ia na ideia de terceiro setor; por outro, aqueles que primam pela formalização como forma de obtenção de direitos e contração de obrigações (CEDES, 2007).

O terceiro setor é o espaço ocupado especialmente pelo conjunto de entidades privadas sem fins lucrativos, que realizam atividades mediadoras às públicas, visando contribuir com a sociedade na solução de problemas sociais em favor da coletividade, coloca a OAB-SP, 2006. Segundo o IBGE (FASFIL, 2005) são Entidades sem Fins Lucrativos, as que compõe a Tabela de Natureza Jurídica 2003.1, com suas 16 categorias: Organização Social, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP); Outras Fundações mantidas com recursos privados; Serviço Social Autônomo; Entidade Sindicato; Estabelecimento no Brasil de Fundação ou Associação Estrangeira; Fundação ou Associação domiciliada no exterior, Comunidade Indígena; e outras formas de associação. Incluiu-se também as que se autodenominam Organização Não Governamental (ONG). Percebe-se então que não consta a denominação ONG, embora muitas organizações se auto intitulem assim.

Organização Não Governamental (ONG), entidade, instituição são denominações populares baseadas na experiência estrangeira, mas que não existem no direito brasileiro. Entretanto, existem títulos, certificados e qualificações, obtidos para usufruir de prerrogativas diversas além de ganhar o apreço da sociedade, para aqueles que se formalizam. O Título de Utilidade Pública⁶ (TUPF), por exemplo, é uma declaração do Ministério da Justiça, por promover a educação ou exercer atividades de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas ou filantrópicas.

A literatura diverge quanto ao conceito de ONG (CARDOSO, 1997; COELHO, 2000; CEDES, 2007) mas há concordância em pesquisá-lo a partir do Conceito de Sociedade Civil,

6

Lei 91/1935; Decreto 50.517/61 e Decreto 3.415/00.

com algumas diferenças, quando contraposto à questão do Terceiro Setor e os Movimentos Sociais (DAGNINO, 2004). A dificuldade de se conceituar Terceiro Setor e de separar os termos atrelados a essa ideia em partes bem definidas, didaticamente, vem justamente da dinâmica do capitalismo, que implica alteração no formato de sociedade organizada não em função de uma revolta ou revolução, não em função de suas crises, mas em função dos seus “sucessos”, de sua reflexividade (BECK, 1997).

No Brasil, a partir dos anos 1990, os movimentos sociais sentiam-se ameaçados por conta das ONGs, que emergiam no cenário pós-redemocratização. Os movimentos de esquerda acreditavam que as Organizações Não Governamentais eram um problema para a construção de uma sociedade mais justa, porque dividiam os movimentos sociais. O trabalho de Sousa, Assis e Ramos (2007) deixa clara essa posição manifesta ainda hoje sobre as ONGs e sua origem no Brasil. Numa outra perspectiva se manifestam Beck e Giddens (1997) sobre as ONGs. Não como artimanhas do capitalismo para destruir a luta organizada da classe operária, mas como consequências do sucesso do próprio capitalismo sobre aspectos não inclusos na relação capital-trabalho, como, por exemplo, a utilização dos recursos naturais, ou os trabalhos filantrópicos.

O surgimento das ONGs “em massa” a partir da CF1988, sobretudo nos anos 1990, resultou de um processo de busca pela democracia por que passava toda a sociedade e causou grande rebuliço entre os movimentos sociais, porque eram novos atores de origens e interesses variados, o que parecia segmentar e enfraquecer a luta no mundo do trabalho e não se encaixar na luta de classes teoria tradicional da esquerda brasileira. Os recursos naturais, as consequências da utilização destes em larga escala a partir da industrialização, geraram questões sem precedentes, que não tinham espaço na luta trabalhista, mas que a reforçaram no sentido de também serem lutas contra o Capital. As ONGs vinham justamente ocupar-se de assuntos não necessariamente abarcados pela luta trabalhista resultantes dos processos “bem sucedidos” do capitalismo Beck e Giddens (1997).

Sob esse novo cenário surgiram ou tornaram-se evidentes as ONGs cuja coletividade se dá pela preocupação comum com determinado assunto, reunindo pessoas nas quais a origem agrega mais que divide, pois não limita em classes sociais, áreas de trabalho, incluindo religiosos apolíticos e políticos partidários dentre outros cidadãos, que comunguem as mesmas preocupações, grupos com indivíduos de universos diferentes podem unir-se numa ONG. A dinâmica capitalista promove mudanças que não se processam exclusivamente nas crises. Produzem riscos para a sociedade em que a ameaça e o medo une pessoas de mundos diversos.

Essa reflexividade de participação da sociedade civil incluindo os movimentos sociais, terceiro setor em todos os seus formatos (Fundações, Associações e ONGs) deve ser entendida na perspectiva rousseauiana de Estado, como sendo o Eu Coletivo, de modo que o Estado somos todos nós, como colocado. No entanto, segundo Cohen (2003) a representação política, o trabalho de formação de lutas políticas, não pode deixar de existir.

Quando se critica o Terceiro Setor, que trabalha em atividades antes de competência estatal alegando ser estratégia neoliberal de dissolução dos movimentos sociais dos anos 1970-1980, que trabalharam pela redemocratização (DAGNINO, 2004) alegando que foram absorvidas pelo Estado, na verdade se critica coisas diferentes. A reflexividade dos processos da sociedade capitalista unirá cada vez mais a sociedade, mas isso num futuro distante e isso não significa dizer que não deva existir questionadores, muito ao contrário. Autores como Cohen (2003) colocam que “é um erro considerar as organizações não governamentais associações locais e redes que povoam a sociedade civil transnacional como equivalentes funcionais das instituições representativas e da sociedade política (partidos, sindicatos) um novo contrato social.”

Identificou-se em Jean-Jacques Rousseau um pensamento sobre soberania, no qual todos são parte do Estado e é nesse sentido que se enxerga o TS, como organizações da sociedade, que se preocupam com questões que antes eram vistas como exclusivas responsabilidades do Estado e que hoje são vistas como fruto da sociedade, da construção coletiva. Torna-se mais fácil essa visualização a partir da Teoria da Modernização Reflexiva (Beck, 1997) que significa “a possibilidade de uma (auto)destruição criativa para toda uma era: aquela da sociedade industrial.” Beck (1997 p.12) coloca que o sujeito dessa destruição criativa não seria nem a revolução, nem a crise, mas a vitória da modernização ocidental. Na esteira dessa destruição criativa estão os sucessos do capitalismo, que criam riscos sociais globais e para os quais se coloca o Terceiro Setor como ator fundamental, na mediação de conflitos entre o Estado e o Mercado.

É importante ressaltar na perspectiva de Rousseau a democracia e a participação. O terceiro setor seria uma transformação silenciosa da sociedade, uma consequência da reflexividade da modernidade, de tal modo compreender-se o indivíduo ele mesmo o Estado no sentido rousseauiano do eu coletivo. Temos, assim, no Terceiro Setor, um ator, que questiona o *modus operandi* do desenvolvimento, não mais os excluídos ou atingidos diretamente, pelos grandes projetos, mas intelectuais de saberes diversos, que formam grupos de estudo e de pesquisa buscando ampliar o debate, sobretudo, no tocante ao uso dos recursos naturais.

2. CONTEXTO HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS NO BRASIL.

A história da construção de barragens no Brasil mostra que um longo caminho foi percorrido onde modos de vida (SILVA, 2008; REBOUÇAS, 2000; WCD 2000) foram desfeitos decorrentes do deslocamento obrigatório: i- desde as primeiras legislações, como o Decreto nº 41.019/1957, ii- passando pelo início das lutas dos deslocados compulsoriamente, considerando o período de construção de barragens no Sul do Brasil, no final dos anos 1970 (SANTOS, 2003, VIANA, 2003), iii- com a constituição da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) e iv- mais tarde pelo Movimento Nacional de Atingidos por Barragens (SCHERER-WARREN e REIS, 2008). Portanto, a história da construção das UHE pode ter diversas vertentes, desde aquela descrita pelo setor elétrico como imponente e preponderante frente a outras tecnologias, seja aquela contada pela indústria de base nacional, que dominou o processo e hoje é referência no mundo, seja pela visão dos atingidos e deslocados pelas barragens.

A hidroeletricidade consiste do aproveitamento de potencial hidráulico de determinado trecho de um rio, assegurado pela construção de uma barragem e da consequente formação de um reservatório (BERMANN, 2001); este potencial hídrico pode ser dividido em grandes palavras em duas vertentes, uso da variação de cotas (energia potencial) e por consequência tem grandes lagos, e a segunda a vazão do rio (energia cinética) e que por consequência tem lagos menores, entretanto os problemas de uma ou de outra tecnologia são grandes. Esses empreendimentos são chamados de Usinas Hidrelétricas – UHE's. A energia gerada a partir de quedas d'água é muito antiga no país. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética ("EPE") a primeira usina hidrelétrica, no Brasil, foi a UHE "Marmelos-0", construída em Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais, em 1889; a Companhia Hidrelétrica de São Francisco ("CHESF") data de 1945; a Centrais Elétricas de Minas Gerais ("CEMIG") 1952; Furnas Centrais Elétricas ("Furnas") 1957, por exemplo.

As grandes barragens foram os maiores símbolos de desenvolvimento no final dos anos 1960. O modelo econômico após o golpe militar de 1964 até meados da década de 1970 visava acelerar o crescimento econômico, por meio da modernização e expansão industrial, da territorialização das grandes indústrias dentro da política de integração do norte do país e da construção de grandes obras, como a rodovia transamazônica e as gigantes hidrelétricas Itaipu/PR - rio Uruguai, Sobradinho/BA - rio São Francisco e Tucuruí/PA - rio Tocantins (ROTHMAN, 2008). Também nesta época (1962) foi criada a Centrais Elétricas Brasileiras

S.A. (“Eletrobrás”), *holding* do Grupo Eletrobrás, formado por CEPEL, CGTEE, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Furnas e Itaipu Binacional, que elaborou políticas voltadas para a implantação de grandes projetos hidrelétricos, como Balbina/AM - rio Uatumã e Itaparica/BA - rio São Francisco, além dos já mencionados (SANTOS, 2003).

Neste contexto, a subsidiária da Eletrobrás, a Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (“Eletrosul”), com a pretensão de racionalizar os aproveitamentos, levando em conta, dentre outras, a minimização das questões socioambientais, pela primeira vez no Brasil, formulava um projeto para o aproveitamento completo de uma bacia hidrográfica. Foram definidos como interessantes e passíveis de implantação 22 aproveitamentos, para a exploração do potencial energético da bacia do rio Uruguai em seu trecho nacional (SANTOS, 2003).

Nos anos oitenta, diante da necessidade de ampliação da oferta de energia elétrica, demandada pela crescente industrialização e urbanização, bem como o desejo de transformar o Brasil em uma grande potência, foram elaborados e/ou implementados alguns dos maiores projetos hidrelétricos brasileiros, tais como as Usinas Hidrelétricas de Tucuruí (Eletronorte) e Itaipu (Itaipu Binacional). Também nos anos 1980 as organizações internacionais de financiamento estabeleceram orientações, em particular quanto às questões ambientais (Santos, 2003, p. 89). Segundo Santos (2003), o Banco Mundial passou a defender a concepção de departamentos ambientais junto às empresas do setor elétrico, além de condicionar seus financiamentos à emergência de legislação ambiental mais adequada em vários países.

Nesta conjuntura surgiu a imagem de nossas usinas como geradoras de energia limpa, barata e renovável (VIANA, 2003). Considerada menos poluente se comparada a outras usinas movidas a óleo combustível e a carvão, por exemplo, no entanto, é preciso racionalizar sobre essa forma de geração, que produz danos graves ao meio ambiente físico, biótico e social. Segundo Bermann é com frequência que empreendimentos hidrelétricos têm se revelado insustentáveis, no cenário internacional e particularmente no Brasil, por:

Critérios que identificam os problemas físicos-químicos-biológicos decorrentes da implantação e operação de uma usina e de sua interação com as características ambientais do seu *lôcus* de construção (p.ex., alteração do regime hidrológico; assoreamento; emissão de gases estufa a partir da decomposição orgânica no reservatório; entre outros). (BERMANN, 2001, p.10).

A afirmação de economistas do Fórum Econômico Mundial (Environmental Sustainability Index Suíça 2000 e 2001), de que o nível de produção hidrelétrica de um país constitui um indicador de sustentabilidade ambiental contribui ainda mais para a distorção do conceito do que seja ‘ambientalmente sustentável’.

As ideias desenvolvimentistas, dos anos 1970, permanecem permeando o pensamento atual, de que a exploração do potencial hídrico, sobretudo na Região Amazônica, com a construção das usinas de Santo Antônio e de Jirau no rio Madeira; da usina de Belo Monte no rio Xingu, entre outras, “é fundamental para o suprimento da demanda por energia elétrica nos próximos anos” (DANTAS, 2006).

O histórico da construção de hidrelétricas no país por si não representa avanços significativos no trato das questões sociais e ambientais, tampouco no que tange ao desenvolvimento, porque o avanço econômico que acontece no momento da construção se esvai ao final, além do que há passivos sociais graves (desemprego, inflação, empobrecimento de áreas, doenças, prostituição) que impactam o desenvolvimento. Ainda que represente a internalização de tecnologias, cada vez mais avançadas na geração hídrica, os passivos sociais permanecem e o *modus operandi* da relação Estado versus respeito aos artigos constitucionais de proteção ao meio ambiente, para as futuras gerações, permanece o mesmo.

Buscando uma síntese da história das hidrelétricas, depois mais de quatro décadas, há internalizado nos territórios onde são construídas UHE's graves problemas ambientais, sociais, econômicos e financeiros. Vejamos o caso do erro de projeto de Balbina/AM – rio Uatumã. O Relatório da World Commission on Dams (2000, p.111), denunciava, à época de sua divulgação, como a barragem contribuiu para segregar ainda mais uma tribo indígena.

Após oito anos de massacres e doenças restaram apenas 374 Waimiri-Atroari vivos. Em 1987, a barragem de Balbina inundou duas das suas aldeias, desabrigando 107 pessoas⁷. Outro grande problema da Barragem de Balbina é a emissão de gases de efeito estufa.

O índice de emissão de Balbina é dez vezes maior que o de uma termelétrica a carvão. Ela emite 3 toneladas de carbono por megawatt-hora; em uma térmica esse índice é de 0,3 tonelada de carbono por megawatt-hora.” De acordo com o relatório *Emissões de Dióxido de Carbono e de Metano pelos Reservatórios Hidrelétricos Brasileiros*, da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, além de Balbina, outras duas hidrelétricas brasileiras, Samuel (RO) e Três Marias (MG), têm emissões maiores que termelétricas de mesmo potencial. “Balbina é só uma exceção, não pode ser tomada como referência para se supor que hidrelétricas emitam gás metano de maneira significativa” (AGÊNCIA BRASIL, 2007). Em contraposição ao que afirma Tolmasquim, Balbina é um exemplo do que ‘um erro de projeto pode causar’, daí a responsabilidade de estudos bem feitos, bem fundamentados,

7

“Eighty years later, massacres and disease left only 374 Waimiri-Atroari alive. In 1987, the Balbina dam flooded two of their villages, displacing 107 people.”

com pesquisas de campo, esforçando-se para verificar todas as possibilidades antes de implantar uma hidrelétrica, utilizando inclusive moradores como fonte de compreensão da biodiversidade local.

O rio Uatumã está localizado em região de baixíssimo relevo e assim a represa criada pela barragem inundou um espaço exorbitante, causando a dizimação de diversas espécies existentes, além de estragos sociais para habitantes da região, uma vez que a represa inundou terras de caça e moradia dos índios. A decomposição dos vegetais afogados pela represa, tornou a água ácida e poluída, por isso, no trecho abaixo da barragem, os peixes desapareceram. Não bastasse tudo isso, a energia gerada em relação à área alagada é ínfima:

“Com um lago de 2.360 quilômetros quadrados, o potencial energético da usina é de 250 megawatts. Com uma área semelhante, a Hidrelétrica de Tucuruí, também na Amazônia, produz cerca de 4.240 megawatts, por exemplo.” (Agência Brasil, 2007)

A UHE Barra Grande é outro exemplo de negligência no processo de licenciamento ambiental, na verdade, conforme legislação ambiental citada abaixo é exemplo de grave crime ambiental. Miranda (2006) ao analisar a UHE Barra Grande/rio Pelotas demonstra os problemas decorrentes de graves omissões no EIA daquele empreendimento:

Kunz afirmou que o IBAMA se vê diante de um fato consumado, onde a barragem de 180m de altura e 670m de extensão já foi construída e o desmatamento da floresta de araucária já havia sido iniciado. Segundo inventário feito por ONGs, a região a ser alagada abriga mais de 2 mil hectares de Mata Atlântica, 2 mil hectares de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração, 261 espécies de mamíferos, sendo 73 delas endêmicas, 620 espécies de pássaros, sendo 160 endêmicas, e aproximadamente 20 mil espécies de plantas.

O IBAMA aplicou uma multa de R\$ 10 milhões na empresa Engevix Engenharia Ltda., responsável pelo EIA/RIMA, por irregularidades no processo de licenciamento ambiental para a construção da Usina Hidrelétrica Barra Grande. A sindicância realizada pelo IBAMA confirmou as irregularidades praticadas pela Engevix que, segundo o IBAMA, teria omitido a extensão do impacto ambiental da obra e a supressão de cerca de 5,6 mil hectares de Mata Atlântica com florestas de araucária primária ou em estado de avançada regeneração. (Miranda, 2006 p.9)

MORET e SILVA (2012) mostraram, que essas empresas, que fazem os estudos de impacto ambiental, são conhecidas do mercado, atuam se revezando nas licitações e a grande maioria, senão todas, tem passivos ambientais e ainda assim continuam a atuar no setor respaldadas pelo Estado, contratadas pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) no Novo Modelo do Setor Elétrico Brasileiro a partir de 2004. Uma completa inversão de valores.

3. O CONTEXTO SOCIAL DA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS NO BRASIL.

Buscando compreender o contexto histórico de hidrelétricas, usando como exemplo a questão social, na qual há mais trabalhos publicados, é necessário verificar os avanços nos estudos em vários momentos históricos. Anterior a privatização da Eletrobrás e posterior, num ambiente regulado.

Voltemos o olhar àqueles, que tiveram seus modos de vida alterados por conta da construção de grandes represas. Falar de impactos sociais nos remete às pessoas e para tratar dessa questão é preciso definir o conceito de atingidos por barragens: as pessoas diretamente impactadas.

Importante destacar que não são apenas as pessoas a serem removidas na área do reservatório. Foi feito pelo professor Carlos Vainer, a pedido da Eletrobrás (Furnas), um estudo específico sobre o assunto⁸. Para Vainer (2008, p. 40) “... a noção de *atingido* diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se, legitimação de direitos e de seus detentores”.

“...estabelecer que determinado grupo social, família ou indivíduo é, ou foi, atingido por certo empreendimento significa reconhecer como legítimo – e em alguns casos como legal – seu direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação...” (VAINER, 2008, p. 40).

Vainer demonstra em seu estudo que o conceito de atingido foi tratado inicialmente sob duas concepções: Territorial-Patrimonialista, na qual o atingido é o proprietário; e Hídrica, na qual o atingido é o inundado. Segundo a **Concepção Territorial-Patrimonialista**, na qual apenas o proprietário tem o direito a indenização, não há atingido. Há o dono da terra que o empreendedor comprará, conforme o direito brasileiro, que concede o direito de desapropriação ao empreendedor se reconhecida a utilidade pública do empreendimento. Desse modo, durante muito tempo empresas do setor elétrico se limitavam a indenizar os proprietários de terras alagadas.

Não se reconhecia a existência de impactos ambientais e sociais, o único problema era o patrimonial-fundiário (VAINER, 2008). As relações eram de negociação sobre o valor da terra, para aqueles que tivessem documento comprobatório de sua posse. Caso o proprietário discordasse do valor proposto o empreendedor poderia depositar 80% do valor em juízo, assumindo imediatamente o domínio da propriedade. Caberia ao desapropriado provar em

8

Conceito de “Atingido”: uma revisão do debate foi um trabalho realizado para atender à solicitação do Grupo Eletrobrás, particularmente, Furnas Centrais Elétricas.

juízo, que o valor proposto pelo empreendedor não era justo. Levando em conta a falta de assessoramento, os custos e os problemas de lentidão da justiça, bem como a capacidade dos departamentos jurídicos das empresas, segundo Vainer, não seria exagero afirmar que “quase sempre o detentor do poder desapropriatório detém, de fato, o poder de arbitrar o valor.” A perspectiva territorial-patrimonialista vê a população como um obstáculo a ser removido, garantindo a viabilidade do empreendimento. O território atingido é tido como a área a ser alagada e a população atingida é constituída pelos proprietários de terras da área a ser inundada.

Na **Concepção Hídrica: o atingido é o inundado**, ou seja, não mais apenas o proprietário, mas os posseiros, meeiros, ocupantes e etc, o que dessa forma amplia este conceito. Para Vainer, neste caso, “o atingido passa a ser o inundado e, por decorrência, o deslocado compulsoriamente”. Amplia o conceito, mas não dá conta dos efeitos sociais, que grandes barragens causam. Vainer cita o *Resettlement Handbook da International Financial Corporation* – IFC (2001), que inova ao chamar de pessoas economicamente deslocadas:

O objetivo da política de reassentamento involuntário é assegurar que as pessoas que são fisicamente ou economicamente deslocadas como resultado de um projeto não fiquem em situação pior, mas, melhor do que estavam antes do projeto ser empreendido.

O deslocamento pode ser físico ou econômico. Deslocamento físico é a recolocação física das pessoas resultante da perda de abrigo, recursos produtivos ou de acesso aos recursos produtivos (como terra, água e florestas). O deslocamento econômico resulta de uma ação que interrompe ou elimina o acesso de pessoas aos recursos produtivos sem recolocação física das próprias pessoas (IFC, 2001).

Conforme exposto por Vainer (2008, p. 52 apud Mc Cully) famílias que perdem parte ou toda a sua terra, mas não as suas casas, não são consideradas como “deslocadas”, ainda que a perda de uma pequena parcela de terra faça uma grande diferença entre subsistência e inanição. “Populações que criam seu gado no vale dos rios sem um título legal de propriedade, como é o caso dos camponeses e dos índios na maior parte do mundo raramente recebem compensação pela perda de suas terras.” A exemplo de sua declaração Mc Cully afirma que até recentemente a Eletronorte se recusava a reconhecer as comunidades e os pescadores de Tucuruí a jusante como atingidos. Sigaud, porém, demonstra pequeno avanço no debate na avaliação de quem seja o atingido. Para a Eletrosul, ‘atingido’ designava ‘atingido pela água’ e seus sujeitos eram ‘água e população’, o que culminava na concepção de atingidos como sendo os proprietários.

A partir desse momento a empresa reduzia seu ‘problema’ à indenização de proprietários atingidos pela água e se propunha a negociar com indivíduos ‘proprietários’. Pressionada pela [Comissão Regional de Atingidos por Barragens] CRAB, a Eletrosul assimila as famílias, mas associando-as ainda às propriedades. Com a intensificação das lutas a pressão internacional via Banco Mundial, cria-se

um impasse. Em 1987, a Eletrosul finalmente reconhece a CRAB como representante dos camponeses e com ela firma um acordo, fixando as condições para dar início às obras. Os atingidos nesse acordo compreendem não somente os proprietários, mas os ‘sem-terra’ e os filhos dos ‘agricultores’ classificados como jovens sem-terra pertencentes às famílias dos atingidos (SIGAUD, 1989, p.10)

Vainer (2008, p. 46-50) demonstra que entre 1994 e 2001 as agências multilaterais tais como a IFC, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento avançaram no conceito e chegaram ao consenso sobre a noção de atingido: “remete ao conjunto de processos sociais e econômicos deflagrados pelo empreendimento, que possam vir a ter efeitos perversos sobre os meios e modos de vida da população” (VAINER, 2008, p. 50).

O Banco Interamericano (1998), afirmou que a administração de um reassentamento, além de considerar o número de pessoas afetadas, deve também considerar a severidade das consequências, pois os impactos não se limitam aos movidos fisicamente, mas podem também afetar a população anfitriã e ter um efeito de ondulação em uma área mais ampla como resultado das perdas ou rompimento das atividades econômicas. Para exemplificar melhor, imaginemos que essas pessoas, as quais viviam de atividades econômicas a jusante, agora passariam a concorrer com os empregos das cidades, que as recebessem, sem que o município tivesse se equipado previamente à migração populacional.

O Banco Mundial, governos, empresas e organizações não governamentais constituíram a *World Commission on Dams*⁹ (1997), que alargou a definição de *deslocamento* englobando tanto o físico, quanto o “deslocamento dos modos de vida”. Para a WCD o deslocamento físico, seria propriamente dito o deslocamento de pessoas que vivem na área próxima do reservatório ou do projeto, ou seja, não só pelo enchimento do reservatório, mas também pelas obras de infraestrutura próximas ao projeto. No entanto, a alteração dos ecossistemas e o alagamento de terras afetam os recursos disponíveis nessas áreas, bem como as atividades produtivas.

No caso de comunidades dependentes da terra e de recursos naturais, continua a WCD, tem como consequência a perda de acesso aos meios tradicionais de subsistência, inclua-se então a pesca, a agricultura, a extração vegetal e a pecuária, por exemplo, deslocando as pessoas do seu acesso aos recursos naturais e ambientais essenciais ao seu modo de vida. Então conclui a WCD: assim atingido refere-se às populações que enfrentam um outro tipo de deslocamento (WCD, 2002, p. 102).

Muito importante também é a noção da temporalidade dos efeitos da implantação de

9

Comissão Mundial de Barragens, que após dois anos de estudos e audiências divulgou seu Relatório Final, em 2000. (Vainer, 2008, p. 50)

barragens, em particular para as populações a jusante da barragem, uma vez que esses impactos são sentidos apenas após o enchimento do reservatório, como o caso das usinas do Madeira. Para Vainer (2008, p. 51), os impactos podem ser sofridos em momentos diferentes da implantação de tais empreendimentos. Há grupos sociais indivíduos e famílias, que os sofrem desde a divulgação das obras. Há quem sofra durante as obras e os que são afetados com o enchimento e a operação do reservatório, ou seja, ao longo do projeto diferentes atores sociais são afetados. Segundo Cortés, (apud Vainer 2008, p.54), desde o início das obras os rumores geram os primeiros impactos já que produzem incertezas na população, que se questiona se pode continuar sua vida normal: período de semeadura, investimentos, aquisições, entrada nas escolas, etc.

Em meados da década de 1980, segundo Vainer (2008, p. 55), o SEB (SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO) como um todo começa a ser questionado na esfera de suas concepções, estratégias e práticas relativas ao equacionamento e tratamento das populações das áreas de implantação de seus empreendimentos. A literatura nacional, internacional, acadêmica, da sociedade civil organizada como um todo, a própria legislação ambiental emergente e a resistência das populações foram dos principais motivos para que o setor elétrico buscasse mais conhecimento sobre o assunto e revisse algumas atitudes, de modo a minimizar os conflitos. A Eletrobrás protagonizou e liderou esse processo, primeiramente atentando para os verdadeiros impactos sociais e ambientais provocados por hidrelétricas, depois ampliando seu conceito de atingido para além daquele deslocado por conta do reservatório, incluindo as mudanças sociais e culturais.

No Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico (1990) a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. expõe sua preocupação com os problemas socioambientais na implantação de hidrelétricas e aponta diretrizes gerais a serem empregadas por todo o setor elétrico no planejamento e gerenciamento socioambiental, respeitando as diferenças regionais:

São expressivas as diferenças, não só entre as realidades regionais em que as empresas atuam, como também entre os quadros de recursos técnicos e financeiros com que contam. Portanto, o PDMA prioriza a formulação de um conjunto de diretrizes setoriais, que traduzam uma postura geral e que possam orientar a definição de diretrizes estratégicas ou programáticas, a serem detalhadas, por parte de cada empresa concessionária, para sua área de atuação. (II PDMA, 1990, p.16)

O remanejamento de contingentes populacionais em áreas onde são implantados empreendimentos do Setor Elétrico, em especial nos casos decorrentes da formação de reservatórios, constitui um 'processo complexo de mudança social'. Implica, além da movimentação de população, em alterações na organização cultural, social, econômica e territorial da área onde o mesmo ocorre.

É consenso geral que o Setor Elétrico - a par de um objetivo imediato de liberar áreas [continua a concepção territorial-patrimonialista] para implantação de empreendimentos, de acordo com os dispositivos jurídico-legais pertinentes - tem a responsabilidade de ressarcir danos causados a todos quantos forem afetados por

seus empreendimentos. O cumprimento desta responsabilidade, no entanto, ainda se dá de forma diferenciada entre as concessionárias e até por empreendimento de uma mesma concessionária, no que diz respeito ao tratamento das várias categorias sociais afetadas, sejam elas assemelhadas entre si ou variadas.

Diante da magnitude dos deslocamentos populacionais estimados em função do plano de expansão do Setor, destaca-se a necessidade de um entendimento conceitual unificado e de procedimentos daí decorrentes, em busca de um tratamento isonômico às categorias sociais afetadas. Em especial, pressupõe-se que a negociação será a base do relacionamento do Setor Elétrico com a sociedade e, particularmente, com os grupos envolvidos.

Nos últimos anos, vem crescendo a importância das ações relativas à reorganização do espaço regional no planejamento dos empreendimentos elétricos, incluindo, além da aquisição de áreas para assentamentos populacionais, a relocação de elementos de infraestrutura e de equipamentos de apoio à população e às atividades econômicas. Um dos principais problemas que as concessionárias enfrentam para viabilizar estes programas é a ausência de estimativas orçamentárias adequadas para estes itens e de um fluxo de recursos compatível com o atendimento dos processos sociais deflagrados e com o cumprimento de acordos firmados com a população.

O gerenciamento do remanejamento, enfocado na sua complexidade socioambiental, pressupõe, portanto, ajustes em diversas rotinas e procedimentos internos por parte das empresas do Setor, com possíveis repercussões na sua organização interna, de forma a permitir a estruturação de um processo coordenado da ação dos departamentos afetos aos vários aspectos da questão. (II PDMA, 1990, p.38-39 - grifo nosso).

No texto acima, observamos que embora a Eletrobrás estivesse fazendo algum esforço para avançar no seu entendimento, com preocupação com a questão social e as populações afetadas, esta reconhece o foco e a urgência do setor quando diz: “a par de um objetivo imediato de liberar áreas para implantação de empreendimentos, de acordo com os dispositivos jurídico-legais pertinentes...”. Ainda assim, havia uma predisposição a estudos e pesquisas, que foram dispersados em dois momentos: com o fim do Imposto Único da Energia Elétrica, pela Constituição Federal de 1988 (KIRCHNER, 2005); e a partir das privatizações, quando então esses estudos foram negligenciados, pelo setor privado, que atuava segundo as leis de mercado.

Voltando ao ponto, ‘atingido’ diz respeito a todo aquele que sofre interferências em seu modo de vida por conta da construção de hidrelétricas, seja pelo enchimento do reservatório e as alterações, que os ecossistemas têm por consequência, seja pelas edificações de infraestrutura, no início, durante, ao final, podendo haver consequências após a entrada em operação, ou mesmo muito tempo depois. Não sabemos ao certo as consequências de tanta interferência no ecossistema.

Mesmo com os avanços de compreensão por parte do setor elétrico sobre os impactos e o que são impactos, na prática não há preocupação, porque todo o conteúdo ambiental e social presente no território não é entendido como valor, quando muito entendido como tendo conteúdo menor; este valor foi apresentado por Bourdieu (2007) por valor das trocas simbólicas, que Rebouças (2000) identifica como relação com o rio, com a agricultura, com o

peixe, com a casa. O que realmente importa é a transformação da energia do rio em energia elétrica, e a referência é o menor custo do empreendimento e a maior quantidade de eletricidade gerada.

Comparando o conteúdo do PDMA da Eletrobrás, com o conteúdo das respostas do Consórcio Madeira Energia ao IBAMA, percebe-se que no primeiro havia predisposição a encontrar soluções para evitar danos sociais. No segundo, as respostas tecnicistas tergiversavam quaisquer questionamentos mais profundos como veremos adiante.

4. OS PORQUÊS DA ENERGIA HÍDRICA

Os princípios escritos pela Eletrobrás não se concretizaram e o tratamento aos atingidos piorou, porque alguns anos após alcançarem esse entendimento o setor foi privatizado e a negociação passou a ser com os empreendedores privados. As controvérsias sobre a efetividade dos desejos da Eletrobrás, hoje, no ambiente privado, são pelo fato de a indústria da Energia Elétrica ser composta por vários agentes e dentre eles está a holding, entretanto a fatia mais importante está na mão do mercado e, sobretudo, nos interesses das grandes construtoras brasileiras, como disse Sevá Filho: constrói-se barragens e não hidrelétricas. Os indícios são claros, um deles é que há grande diferença entre a potência instalada, que é proporcional às dimensões da obra de engenharia e à barragem, e à potência firme, e os casos na Amazônia são flagrantes: UHE Samuel tem 216MW instalados e gera firme 79MW, as UHE's do Madeira tem instaladas mais de 7,5GW e a energia firme varia entre 2,5 e 3GW. Podemos intuir que as obras construtivas são mais importantes do que a geração de eletricidade.

Como exemplo, vejamos sobre a bacia do rio Tocantins. Em 2005, existiam cinco usinas construídas ao longo do rio Tocantins: Tucuruí, Serra da Mesa, Lajeado, Cana Brava e Peixe Angical. A previsão para 2020 era de mais sete usinas. O rio Tocantins nasce nas proximidades de Brasília e percorre do coração do Planalto Central 2.600km, rumo ao norte, perpassando os estados de Goiás, Tocantins, Maranhão e Pará, onde deságua no mar através da baía de Guajará. Seriam ao todo 12 usinas até 2020. Cada usina inunda em média 180km de rio, ao final restariam apenas alguns quilômetros de rio entre um lago e outro. O filme Tocantins – Rio Afogado (NEIVA BRITO, 2005) mostra a saga da população no pré e pós barragem, analisando usinas em operação e em fase de licenciamento, como é o caso da UHE de Estreito.

Após o Estudo de Inventário, autorizado e analisado pela Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, os empreendedores solicitam ao IBAMA (bacia que passe por mais de um estado) ou ao Órgão Estadual (a bacia seja estadual) autorização de realizar os estudos ambientais para determinar as implicações ambientais, mesmo que as sociais sejam incluídas porque não há legislação que trate deste tema. O órgão emite um Termo de Referência meio pelo qual se elabora um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e um Relatório de Impacto Ambiental (RIMA – Resumo do EIA a ser apresentado nas audiências públicas), para solicitar a Licença Prévia (LP), que atestará a viabilidade ambiental do projeto no local pretendido.

Tendo em vista os impactos negativos elencados, esta LP estabelecerá Programas

visando reparar, mitigar ou compensar os problemas levantados no EIA, tudo isso sistematizado num Projeto (ou Plano) Básico Ambiental (PBA), por meio do qual se solicitará a Licença de Instalação, uma autorização ambiental para começar as obras. Por último, a LI estabelece condicionantes, com base no PBA, para que a Licença de Operação seja concedida.

O problema é que existem procedimentos anteriores, que não estão inseridos nesse processo, mas que são parte dele. A decisão pelo uso dos recursos hídricos para geração de energia começa desde o Inventário Hidrelétrico. A Resolução ANEEL 393/1998, determina como inventário hidrelétrico a etapa de estudos de engenharia em que se define o potencial hidrelétrico de uma bacia hidrográfica, mediante o estudo de divisão de quedas e a definição prévia do aproveitamento ótimo. No art. 2º. da mesma resolução fica estabelecido, que a ANEEL publicará anualmente o "Relatório do Potencial Hidrelétrico Brasileiro - Inventários Propostos para o Biênio", em consonância com o Planejamento Indicativo do Setor Elétrico, apresentando a programação da Agência quanto aos inventários a serem, preferencialmente, executados no período; e, ainda, que outras bacias, não contempladas no Relatório referido, poderão ter seus estudos de inventário hidrelétrico realizados, por conta e risco dos empreendedores (ANEEL, 1998).

Percebe-se então que a decisão por uma grande usina vem bem antes do processo de licenciamento ambiental e já nessa fase de inventário a questão socioambiental deveria ser avaliada, para que o resultado não fosse somente o do aproveitamento ótimo em relação à viabilidade técnico-econômica, mas também socioambiental do empreendimento. Entretanto, a legislação ambiental é discricionária, porque na fase de inventário estuda-se apenas uma fração da bacia para determinar a viabilidade técnica, na fase de estudos ambientais os estudos devem ser realizados em toda a bacia, indicando que são abordagens diferentes com pretensão de resultados distintos.

A sociedade e a população diretamente impactadas tomam conhecimento da possibilidade do empreendimento de forma fragmentada, quando percebe os técnicos fazendo um ou outro estudo na região, como o caso do inventário. A realidade do empreendimento só fica conhecida na audiência pública e num espaço-tempo curto, para qualquer diálogo produtivo. Esse é um fato importante, porque como a sociedade tem muito conhecimento do território, há a necessidade de segregar para não haver interferência no processo. Ou mesmo, indicar para a sociedade como um caso irreversível, porque a decisão pelo empreendimento já está tomada pelos interesses econômicos do Mercado e/ou do Estado, tornando a Audiência Pública uma mera etapa burocrática no processo de licenciamento, o que gera conflitos entre os impactados, que incluem a sociedade civil organizada versus idealizadores do projeto (leia-

se Estado-Nação e suas instituições e empresas).

O problema do Setor Elétrico Brasileiro (“SEB”) começou já na Constituição de 1988, quando, segundo Santos (2003) e KIRCHNER (2005), foi extinta a cobrança do Imposto Único Sobre Energia Elétrica (IUEE), base do Fundo Federal de Eletrificação (FFE), criado em 1954. Os recursos financeiros da Eletrobrás e suas subsidiárias e empresas estaduais de energia estava cortado. Mesmo o BNDES, que fomentava os projetos da Eletrobrás, passou a direcionar seus investimentos em favor da privatização. A crise de financiamento nos anos oitenta acabou levando a sua reforma a partir de 1993. O desfazimento do aparelho estatal não atraiu os investimentos necessários e o SEB acabou por ficar sem investimento. Segundo o Relatório Kelman¹⁰ (2001) um dos principais motivos do racionamento de 2001/2002 foi a falta de investimentos no setor.

A privatização da energia, nos anos 1990, regrediu também os avanços do setor na absorção e no entendimento dos problemas socioambientais. O II PDMA¹¹ avança na compreensão dos impactos sociais causados por hidrelétricas, mas também explicita a falta de orçamento para as tomadas de decisões. Em 2003, foi apresentado o plano para a chamada Reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro, mais adiante, fomentou-se a formação de Parcerias Público-Privadas, com o objetivo de atrair investimentos privados. As empresas públicas entrariam com o conhecimento técnico da área e as empresas privadas com os recursos. Entretanto, não funcionou a contento, porque as empresas contratadas para a elaboração do EIA/RIMA eram as mesmas, que os fazia para os grupos privados anteriormente. O conhecimento das estatais não se efetivou nessa parceria, pois com o Plano de Demissão Voluntária – PDV, objetivando as privatizações, perdeu-se o *Know-how*, quando da demissão em massa do capital humano, que era uma das maiores riquezas que as estatais, desde muito sucateadas, possuíam (SAUER, 2003; CASTRO, 2007).

O “custo” do uso dos recursos naturais na implantação de hidrelétricas é alto, principalmente na região amazônica - pouco pesquisada e por isso com pouco conhecimento acumulado, se levada em conta sua extensão territorial composta de vasta biodiversidade, região ambientalmente delicada (Banco Mundial¹², 2008, p.9) e principal alvo para aproveitamentos hídricos. Entretanto, mesmo no caso da Amazônia, a empresa geradora

10

Elaborado pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

11

Eletrobrás, 1990.

12

Banco Mundial – Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Hidrelétricos no Brasil: uma contribuição para o Debate. Relatório Síntese.

Eletronorte realizou estudos em várias, o Madeira inclusive, tendo assim conhecimento acumulado e decisões de não construção, de fato ignorados nos estudos posteriores. Assim, o território somente é entendido pelo potencial hidrelétrico.

Para entender a dinâmica do setor elétrico, o equilíbrio entre a oferta e demanda no Brasil depende, de forma estrutural, do aproveitamento do potencial hidrológico estimado em mais de 150.000 MW. Este valor correspondente a cerca de 200% da atual capacidade geradora instalada e está localizada basicamente na Região da Amazônia. O aproveitamento deste potencial, possivelmente um dos maiores do mundo, vem enfrentado problemas e restrições frente à legislação ambiental mais especificamente na questão dos licenciamentos. (CASTRO e FERNANDEZ, 2007, grifo nosso)

Como pudemos observar, a situação dos impactos socioambientais foi agravada por uma política de esvaziamento do orçamento e, conseqüentemente, do investimento, já nos anos oitenta e que se agravou com a privatização do setor, que durou mais de uma década:

No ano de 2001, o Brasil sofreu um forte desequilíbrio entre a oferta e demanda de energia elétrica, que ficou conhecido por Crise do Apagão. A causa estrutural e principal desta crise está diretamente associada ao processo de privatização do setor elétrico brasileiro iniciado em 1990 com o Plano Nacional de Desestatização. A partir deste programa de privatização, o setor elétrico brasileiro – SEB – perdeu capacidade de investimento e planejamento da expansão. ” (CASTRO E FERNANDEZ, 2007 grifo nosso)

A questão política, definidora nesse processo, mostrou no caso das usinas do Madeira, reforçando os procedimentos adotados desde os anos 80, que não se tratava de uma questão técnica, ou seja, não se utilizou do Licenciamento Ambiental como um Instrumento técnico de avaliação dos potenciais riscos, para a instalação de um empreendimento de grande porte, mas como fase cartorária da implantação de um empreendimento. Haja vista os depoimentos do chefe de governo na imprensa, em meados de seu segundo mandato pedia o aceleramento na emissão das licenças das usinas do Complexo do Rio Madeira¹³. Note-se que em momento algum se cogitou pela negativa da licença, embora o IBAMA e o CONAMA tenham dado parecer nesse sentido, como veremos. Além desse fato, muitas lacunas de conhecimento foram deixadas de lado porque os estudos não foram realizados, uma vez que as informações para a elaboração do EIA foram retiradas do Estudo de Inventário que é realizado numa parte da Bacia do Madeira, ou seja, como os estudos não foram feitos na Bacia na sua completude, parte dos problemas não foram detectados; outro ponto que merece destaque, é que o Rio Madeira não fora estudado antes do barramento, não tendo assim conhecimento acumulado.

A crise entre ambiente e energia ficou evidenciada com a saída da Ministra de Meio

13

A Licença Prévia nº 251/2007 foi emitida em maio/2007, com 33 condicionantes após extensa análise pelo IBAMA, que contou com a cooperação de técnicos do Ministério do Meio Ambiente e de especialistas de renome nacional e internacional, manifestando-se sobre as questões relativas a sedimentos, peixes e mercúrio.

Ambiente Marina Silva, que foi pressionada por todos os lados no governo. A justificativa em suas palavras era: “Esta decisão decorre das dificuldades, que tenho enfrentado há algum tempo, para dar prosseguimento à agenda ambiental federal” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008). Marina passava por um momento de embate junto à Chefe da Casa Civil, por conta da “demora” na emissão da licença para as usinas de Santo Antônio e Jirau. Mais uma vez, ficam evidências de que as decisões por um empreendimento não são tomadas considerando a análise séria dos riscos deste, para os atingidos a época de sua instalação, para as populações futuras, considerando a possibilidade de esgotamento ou de diminuir as possibilidades de uso dos recursos naturais, para as próximas gerações. Como resultado da saída da Ministra, o IBAMA foi dividido em três partes: IBAMA, ICMBio e SFB, dividindo as atribuições, demonstrando a clara decisão de dividir para ganhar.

Este conceito de Energia e Ambiente, na ótica da Energia, pode ser compreendido como a interferência que o primeiro provoca no segundo. Entretanto, há um conceito que remete a interferência da Energia não apenas no Ambiente, mas sobretudo na sociedade, indicando, que a Energia é um fator estruturante da sociedade, alterando as relações: macro e microeconômicas, de ocupação de espaço no território, do ser humano com o território, impõe um novo modelo simbólico com o território (REBOUÇAS, 2000). simbólicas do território/meio físico com o homem.

5. O CASO DO MADEIRA: PROCESSO DE LICENCIAMENTO DAS USINAS DO RIO MADEIRA.

Em agosto de 2003, foi aberto processo administrativo, por solicitação de Furnas Centrais Elétricas¹⁴ (FURNAS, 2003) no qual a empresa consulta o IBAMA a respeito da competência do licenciamento e para isso apresenta um Memorial Descritivo dos Aproveitamentos Hidrelétricos (“AHE”) Santo Antônio e Jirau - Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, resultado do estudo de inventário realizado com autorização da ANEEL.

Uma reunião pública foi realizada para a definição do Termo de Referência¹⁵ e que foi objeto de crítica e manifestação de organizações sociais e ambientais sobre a temporalidade inadequada da definição da TR, porque somente poderia ser emitido a TR após a finalização do Inventário, o que naquele momento não tinha acontecido, ou seja, era uma ação intempestiva e que provocaria problemas e que no futuro se efetivaram os problemas; como já foi tratado anteriormente, o EIA foi feito com dados do Inventário e não foram realizados estudos em toda a bacia do Rio Madeira. Segundo cartilha elaborada em parceria entre as ONGs Amigos da Terra – Brasil, ECOA – Ecologia e Ação, BOTH ENDS, Amigos da Terra Amazônia Brasileira, Instituto Rio Madeira Vivo- IMV, International Rivers Network – IRN, dentre outras, o Termo de Referência foi elaborado antes mesmo do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental EVTEA ter sido concluído. Somente em 30/03/2007, segundo Despacho ANEEL 909 e 910 os Estudos de Viabilidade, respectivamente das UHes Jirau e Santo Antonio foram aprovados pela Agência.

O IBAMA enviou à Furnas, em setembro/2004, a versão final do Termo de Referência. Em maio de 2005, Furnas protocolou o requerimento de Licença Prévia, juntamente com três volumes completos do EIA-RIMA e na mesma oportunidade, encaminha o documento “Complexo do Rio Madeira – Avaliação Ambiental Estratégica”.

Em fevereiro de 2006, o IBAMA informou ao empreendedor a necessidade de complementação dos estudos dos AHEs Santo Antônio e Jirau, o que causou grande furor no setor. Segundo o IBAMA (2007) “Para dirimir dúvidas acerca das exigências do órgão ambiental, foram realizadas na sede do IBAMA quatro reuniões temáticas com empresas consultoras e empreendedor, entre os dias 11.7.2006 e 21.7.2006.” Os documentos mostram, que tais “idas e vindas” se deveram ao descumprimento das solicitações do licenciador, como

14
Ofício DI.E.002.2003, Furnas.

15
Na cidade de Porto Velho, em 14/05/2004, para discussão da minuta do Termo de Referência (“TR”), com a presença de 95 pessoas.

melhor evidenciar-se-á abaixo.

24.2.2006 – O empreendedor é informado, por meio do Ofício nº 135/2006 – DILIQ/IBAMA, da necessidade de complementação dos estudos dos AHEs Santo Antônio e Jirau.

28.4.2006 – Furnas entrega ao IBAMA as complementações solicitadas na Informação Técnica no 12/2006 – COLIC-HID/CGLIC/DILIQ/IBAMA.

26.6.2006 - Informação Técnica no 08/2006 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA conclui que as complementações ao EIA/Rima dos ACHE Santo Antônio e ACHE Jirau apresentadas ao IBAMA **não foram suficientes e/ou satisfatórias tecnicamente para o aceite dos estudos e análise da viabilidade ambiental dos empreendimentos, fazendo-se necessária a reapresentação dos itens considerados como não atendidos.**

07.7.2006 - O empreendedor é informado, por meio do Ofício no 403/2006 – DILIC/IBAMA, da necessidade de revisão das complementações e adequações dos estudos dos AHEs Santo Antônio e Jirau.

07.8.2006 - Furnas entrega ao IBAMA a revisão às complementações solicitadas na Informação Técnica nº 08/2006 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA.

(PARECER TÉCNICO Nº 014/2007 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA – grifo original).

Há assim fortes evidências, pela análise dos documentos supracitados, que as tão noticiadas complementações, solicitadas pelo Licenciador, se deveram ao descumprimento dos pedidos daquele órgão. Durante a leitura dos documentos divulgados no site da instituição, sobretudo, quando das respostas das empresas consorciadas, nota-se, por vezes, o uso de expressões como “não se aplica” ou “não há necessidade” num claro inadimplemento às solicitações feitas, por técnicos especializados do IBAMA. Esse descumprimento declarado se devia ao apoio político-econômico, quanto à implantação do empreendimento, como verificado acima. Vejamos uma das respostas do consórcio empreendedor aos questionamentos do IBAMA, para em seguida analisarmos:

2.4.2.2. Área dos Reservatórios

Neste subtema há várias perguntas que tratam de critérios sobre áreas de abrangência de uma hidrelétrica. De forma geral, é necessário dizer que os critérios aplicados as usinas do Madeira são os mesmos usados para todos os empreendimentos do setor elétrico. Por outro lado, o IBAMA não solicitou que se aplicasse um critério diferente ou questionou o critério aplicado. Portanto, ao final do processo de análise do EIA, não se deve rever critérios para aplicar ao caso do Madeira.

As questões específicas foram:

6. Qual é a área de abrangência da inundação de uma hidroelétrica?

O critério aplicado a todas as usinas do setor elétrico, licenciadas pelo IBAMA ou pelos órgãos estaduais, é o da área de inundação demarcada pela cota do nível d'água máximo normal. Assim foi feito para as usinas do Madeira, até porque não havia qualquer outra indicação de critério específico, para as usinas no Termo de Referência estabelecido pelo IBAMA. As cotas respectivas em Jirau e Santo Antonio são de 90 e 70 metros acima do nível do mar e elas são a base, para a área de inundação.

6.1. Em relação aos aspectos físicos, quais critérios técnicos podem ser utilizados como subsídio à determinação da extensão (longitudinal) de um reservatório bem como determinação do trecho do rio a montante de uma hidrelétrica, que é afetado ou impactado por ela?

Não cabe ao Consorcio propor novos critérios relativos a este tema. Esse assunto deverá ser tratado com os órgãos competentes de acordo com a

legislação brasileira.

6.2. Solicita-se tecer considerações embasadas tecnicamente sobre as seguintes propostas para determinação da extensão longitudinal de reservatórios e trecho do rio afetado por uma usina hidrelétrica:

6.2.1. Relacionar, para um mesmo período de estiagem, como por exemplo a vazão mínima média anual, o perfil da linha d'água natural com o perfil da linha d'água com barragem na sua cota máxima normal de operação, sendo este o ponto de extensão do reservatório.

6.2.2. Relacionar a cota máxima normal de operação de uma hidrelétrica com o perfil do leito do rio até que os valores se igualem, sendo este o ponto do rio diretamente afetado pela usina.

Não cabe ao Consórcio propor novos critérios relativos a este tema. Esse assunto deverá ser tratado com os órgãos competentes de acordo com a legislação brasileira.

RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS APRESENTADAS PELO IBAMA NO ÂMBITO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO COMPLEXO MADEIRA (Consórcio Furnas-Odebrecht, maio/2007, p. 10-12 grifo nosso)

Há fortes indícios de que essas empresas usem, para todos os empreendimentos as mesmas medidas desconsiderando as peculiaridades de cada região, de cada bacia hidrográfica. O Consórcio descumpriu exigências de estudos mais aprofundados, ignorando tecnicamente os pedidos de complemento do órgão licenciador. A Legislação impõe ao empreendedor o atendimento às solicitações dos órgãos competentes, portanto, as licenças não deveriam ser emitidas, entretanto, como foi tratado anteriormente, o IBAMA foi esvaziado e os técnicos desautorizados pelo Presidente do IBAMA.

Ao fazer o EIA somente com os dados do trecho de Porto Velho a Abunã, a sociedade deixa de discutir se aquele é o melhor empreendimento, porque não há um diálogo sobre os prováveis empreendimentos naquela bacia¹⁶. Após o Estudo de Viabilidade Técnica o eixo de barragem escolhido pelo empreendedor é apresentado ao órgão regulador, que aprovando o autoriza do ponto de vista técnico, o que no caso dos empreendimentos do Madeira não aconteceu, porque o Inventário não fora aprovado antes do licenciamento.

5.1. A ORGANIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Segundo a legislação brasileira as Audiências Públicas são de caráter não deliberativo e tem por finalidade expor o empreendimento à sociedade e coletar informações. Tratam das Audiências Públicas a Resolução CONAMA 001/1986, no Artigo 11 §2º; a Resolução CONAMA 237/1997, no Artigo 10 Inciso V; e a Resolução CONAMA 009/1987, a qual regulamenta a questão:

16

Caso semelhante ocorreu com a UHE Barra Grande, com um desastre ambiental sem precedentes, com relação ao alagamento de mata primária de Araucária em processo de regeneração. A empresa responsável pelo licenciamento não foi a loco verificar seu objeto de estudo (MIRANDA, 2006).

Art. 1º - A Audiência Pública referida na RESOLUÇÃO/CONAMA/N.º 001/86, tem por finalidade expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito.

...

Art 4º - Ao final de cada audiência pública será lavrada uma ata sucinta.

Parágrafo Único - Serão anexadas à ata, todos os documentos escritos e assinados que forem entregues ao presidente dos trabalhos durante a seção.

Art. 5º - A ata da(s) audiência(s) pública(s) e seus anexos, servirão de base, juntamente com o RIMA, para a análise e parecer final do licenciador quanto à aprovação ou não do projeto.

O Processo de Licenciamento Ambiental do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira gerou grandes quantidades de documentos, que podem ser encontradas no sítio do IBAMA (www.ibama.gov.br), inclusive os documentos técnicos. No entanto, referente às audiências públicas as atas publicadas não têm informações, mesmo havendo relatos de que foram dias inteiros de debate há atas, que contam com apenas uma única página, deixando assim de retratar a riqueza das informações, as falas, os documentos entregues por escrito.

Foram previstas quatro Audiências Públicas na capital Porto Velho e nos distritos Jaci-Paraná, Mutum-Paraná e Abunã, conforme Edital IBAMA s/n e s/d, assinado pelo Diretor Substituto de Licenciamento Ambiental do IBAMA, Valter Muchagata; naquele período, com base na Legislação Ambiental, foram solicitadas audiências públicas por ONG's para serem realizadas em vários locais, comunidades que seriam afetadas e em aldeias, entretanto foram negadas sem explicações mais detalhadas.

Antes mesmo da realização da primeira Audiência Pública de Abunã, o MPF solicitou à Justiça Federal e teve deferido o cancelamento de todas as audiências, entretanto em pouco tempo a decisão foi tornada sem efeito no STJ. Em Nota Informativa 10/2006 (p. 5), o Instituto do Meio Ambiente dizia que compareceram cerca de 800 pessoas à Audiência Pública em Jaci-Paraná, em 10/11/2006 e 1100 pessoas em Porto Velho, em 11/11/2006; e que “o IBAMA providenciaria a realização das Audiências Públicas em Abunã e Mutum Paraná, remarcadas para as datas... 29/11/2006 – Distrito de Abunã ... e 30/11/2006 – Distrito de Mutum Paraná...”. Porém, não foram achadas essas atas referentes a essas Audiências, junto às de Jaci-Paraná e de Porto Velho, disponibilizadas no site do instituto durante essa pesquisa.

A ata da Audiência Pública, do dia 10/11/2006, realizada na Escola Estadual Maria Nazaré dos Santos, no distrito de Jaci-Paraná, tem três páginas, trazendo a composição e hierarquia da mesa e metade dela serve para elencar as autoridades e entidades presentes. Sabe-se pelo documento, que houve perguntas e respostas tanto orais, como escritas, mas não se sabe quais foram, se todas foram respondidas e/ou quais foram as respostas.

A ata do dia 11/11/2006, referente à Audiência Pública realizada no Hotel Aquarius,

em Porto Velho, capital de Rondônia, tem cinco páginas seguindo o mesmo ritual de composição da mesa, descrição nominal das autoridades presentes, que faziam ressaltar a importância do empreendimento para o desenvolvimento do Estado de Rondônia, como na reunião anterior: “a obra vai trazer desenvolvimento, riqueza e trabalho, para a região. Terminou por dizer que o Governo do Estado apoia o empreendimento”. Esse documento, no entanto, traz um diferencial. Cita cerca de 28 documentos que deveriam estar anexos a esta ata disponível, como a própria diz, no sítio do IBAMA.

Os seguintes documentos foram protocolados no decorrer da Audiência: CONABAM (Conselho das Associações e Cooperativas do Médio e Baixo Madeira e Entornos), ofício nº11/CONABAM/2006, de onze de novembro de dois mil e seis; Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Rondônia, ofício nº078/2006/SINJOR, de dez de novembro de dois mil e seis; Requerimento, Wilson Arteaga Filho, de dez de novembro de dois mil e seis; Apoio e Incentivo às Instalações das Usinas do Madeira, Associação Comercial de Porto Velho, de onze de novembro de dois mil e seis; Ofício nº 003/2006, Wilson Arteaga Filho, de dez de novembro de dois mil e seis; oito documentos da Reunião Devolutiva, Projeto Madeira Participativo, sem data; Carta de Adilson Siqueira de Andrade, de onze de novembro de dois mil e seis; Propostas Audiência Pública sobre as Hidrelétricas do Madeira, de onze de novembro de dois mil e seis; Prefeitura do Município de Porto Velho (Gabinete do Prefeito), ofício nº 1608/GAB, de onze de novembro de dois mil e seis; Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial no Estado do Amazonas, ofícios nº 0147/2006, de onze de novembro de dois mil e seis; Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial no Estado do Amazonas, ofícios nº 0148/2006, de onze de novembro de dois mil e seis; Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial no Estado do Amazonas, ofícios nº 0149/2006, de onze de novembro de dois mil e seis; FUNAI, Administração Regional de Porto Velho/RO, ofício s.nº/ERA PVH/2006, de onze de novembro de dois mil e seis; Centro de estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia (RIOTERRA), sem data; Federação Interestadual dos trabalhadores nas Indústrias nos Estados de Rondônia e Acre (FITRAC), Manifesto, sem data; Matias Pereira de Lucena, Proposta reivindicatória para estudo por ocasião da construção das Hidrelétricas do Rio Madeira com auto sustentação, sem data; Kanindé (Associação de Defesa Etno-Ambiental, carta nº 66/Kanindé/2006, em anexo (carta dos povos indígenas ao Superintendente do IBAMA), de onze de novembro de dois mil e seis; Kanindé (Associação de Defesa Etno-Ambiental), carta nº 66/Kanindé/2006, de onze de novembro de dois mil e seis; dois documentos do Fundo Emergencial de Febre Aftosa do Estado de Rondônia, Manifesto, de onze de novembro de dois mil e seis; COOPEBRIMA (Cooperativa de Produtores e Extrativistas da Bacia do Rio Madeira), ofício nº08/2006, de vinte e seis de outubro de dois mil e seis; e COOPEBRIMA (Cooperativa de Produtores e Extrativistas da Bacia do Rio Madeira), Termo de Adesão ao Projeto, de dois de novembro de dois mil e seis.

Como se pode observar houve uma grande quantidade de documentos, que foram protocolados e não estão anexos à ata, cujas páginas são preenchidas como lista de presença, ocupando duas páginas levando em consideração a composição da mesa apenas citando nomes. O documento encerra com mais uma página para assinatura dos presentes à mesa após as seguintes considerações:

Considerando que todos os questionamentos apresentados pelo plenário foram, devidamente, respondidos pelos responsáveis pelo empreendimento e pelo IBAMA, quando coube. Deixo aqui escrito que esta Audiência foi gravada e filmada, com

todos os questionamentos e suas respostas. Encerrado os debates, o senhor Presidente considera a Audiência Pública válida, tendo em vista que os procedimentos de divulgação foram atendidos conforme preconiza a Legislação Ambiental vigente. Agradece a presença de todos os participantes e convidados presentes e deu por encerrado os trabalhos, dos quais lavrei a presente Ata, que eu, e os demais participantes que assim desejarem assinar. (grifo nosso)

A terceira ata de audiência pública refere-se à protagonizada pelo Ministério Público do Estado de Rondônia, em Porto Velho, que se realizou no dia 27/11/2006, no auditório do próprio MP: “No primeiro momento em que nós achamos, que as audiências públicas, não estavam sendo feitas da maneira correta, da maneira que devia ser encetada, nós intervimos.” (p. 23). A ata desta reunião está disponível com as assinaturas dos Promotores e Procuradores, que compuseram a mesa, possui conteúdo durante suas 23 páginas, ao contrário das anteriores. Na oportunidade o MP apresentou o relatório, também disponibilizado no site do IBAMA, elaborado pela COBRAPE Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos, produto do Termo de Compromisso Ambiental estabelecido entre o Ministério Público e o Consórcio formado por Furnas e Odebrecht.

5.2. A CONSTITUIÇÃO DO RIO MADEIRA E AS HIDRELÉTRICAS DO MADEIRA.

A Amazônia passa a fazer parte do cenário econômico mundial após a independência do Brasil em 1822, com o surgimento do primeiro ciclo da borracha, no período de desenvolvimento da II Revolução Industrial (GOMES, 2008). Segundo Ott (2002) uma série de projetos foi concebida de fora para dentro não se levando em conta a ocupação local, acreditando-se ser uma área sem ninguém. Teses, como a de Ott (2002) dão conta do descaso com a população local com relação a projetos de desenvolvimento no Brasil.

Rondônia segue essa mesma linha, o extrativismo (borracha, ouro, madeira), a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, projetos de colonização do INCRA, a construção da UHE Samuel, da usina da Termonorte e da Linha de Transmissão Porto Velho/RO – Rio Branco/AC (Linhão) são exemplos de projetos de desenvolvimento, que não levaram em consideração a população local, mas vieram das regiões de tomada de decisão no país, do Centro Sul Sudeste, de fora para dentro (RÊGO, 2002; MORET, 2005), sem levar em conta quem vive, como vive e as demandas da região. Reproduzindo as ideias sobre desenvolvimento na perspectiva da produção de mercadorias “há uma visão tecnocrática, que permeia o discurso sobre a Amazônia. Essa visão se pauta pela ênfase no valor de troca e não no valor de uso das reservas naturais.” (SANTOS, 2007).

Segundo o WWF (2007) o rio Madeira era um dos oito rios livres no mundo, principal

tributário do rio Amazonas. O Ministério do Meio Ambiente (MMA/INPA, 2007) atesta que o rio Madeira é o mais longo tributário da bacia Amazônica; o mais habitado e comercialmente explorado da região. Ainda segundo o MMA/INPA (2007) o vale do Madeira engloba aproximadamente 1.4 milhões de km², cobrindo cerca de 20% da bacia amazônica. Tem seus formadores em território boliviano e peruano, com nascentes (na Bolívia) distando até 3.300 km da sua desembocadura no rio Amazonas, no Brasil, sendo responsável por 15% de toda a descarga do rio Amazonas no Atlântico (GOULDING *et al.* 2003 apud MMA/INPA).

Cerca de 50% da drenagem do Madeira corre na Bolívia, 10% no Peru e 40% no Brasil (Goulding *et al.* 2003 apud MMA/INPA). A bacia do rio Madeira tem uma formação complexa. Suas cabeceiras e alguns de seus tributários são de origem andina, percorrendo a área sudoeste da bacia amazônica. A análise da viabilidade ambiental do empreendimento, contudo, observou apenas o trecho em Rondônia, de Porto Velho a Fortaleza do Abunã, fronteira com a Bolívia, destoando da Resolução CONAMA 001/86, art. 5 item III quanto à obrigatoriedade da análise de toda a bacia: “III - Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;”

O Complexo do rio Madeira, a partir de dados do SISLIC - Sistema de Licenciamento Ambiental Federal, é um empreendimento inicialmente constituído de duas usinas hidrelétricas, Santo Antônio e Jirau, ambas no rio Madeira, na cidade de Porto Velho, Rondônia. São usinas a fio d'água, com 44 turbinas tipo Bulbo, 990 metros de comprimento da barragem e altura da crista da barragem 28 metros, potência instalada 3150Mw e potência firme 2144Mw, configuração essa que já foi alterada inúmeras vezes, pelo acréscimo de turbinas. Não existia segundo o IBAMA Comitê da Bacia do Madeira, ou o chamado Comitê de Região Hidrográfica, o que provavelmente fez com que o órgão expressasse quanto à identificação do empreendimento a inexistência de conflitos pelos usos d'água.

Segundo o SISLIC havia um Corredor de Proteção Ambiental, Corredor Guaporé-Itenez; as terras indígenas atingidas eram as dos Karipunas, Karitiana e URU-EU-WAU-WAU; os usos d'água, eram para consumo humano, dessedentação e navegação local e regional; as atividades econômicas vinculadas ao rio eram a agricultura de subsistência a chamada agricultura familiar; a pesca e aquicultura comercial e de subsistência; e a atividade minerária no leito do rio Madeira para retirada de ouro aluvionar, por meio de balsas e dragas. Quanto aos patrimônios históricos os empreendimentos impactariam a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré e sítios paleontológicos e arqueológicos às margens do rio Madeira.

Associadas às usinas estão a construção das linhas de transmissão, que foram

licenciadas em separado, as subestações, estradas de acesso, canais de adução, canais de fuga, vertedouro e o que foi retirado do projeto (AMIGOS DA TERRA BRASIL e ECOA, 2007), que era o canal de navegação e as eclusas. A percepção do tratar-se de uma manobra para licenciar mais rapidamente o empreendimento advém do próprio Contrato de Concessão, que descreve claramente todo o projeto, demonstrando a impossibilidade da inexistência de algum destes enquanto peças de um quebra-cabeças, como por exemplo, não há como ter usina sem linha de transmissão, que leve essa energia gerada aos centros industrializados.

Essa energia gerada deverá suprir as demandas cada vez mais crescentes das regiões mais ricas do país distribuída por meio do Sistema Interligado Nacional, o SIN, do qual Rondônia passou a fazer parte em outubro de 2009. Uma questão emblemática não é o fato de ficar com os problemas estruturais advindos de grandes obras como essas e gerar uma energia, que não se vai consumir. A grande questão é que dessa forma aprofunda-se cada vez mais as desigualdades regionais no Brasil, fazendo com que regiões pobres sejam meras fornecedoras dos recursos naturais dos grandes centros consumidores, trata-se do continuísmo da pobreza alimentando as bases da desigualdade.

Uma analogia seria a relação de dependência da Amazônia (no caso Rondônia) em relação aos outros estados/regiões. Fernando Henrique Cardoso e Henzo Faletto (1970) em sua Teoria da Dependência explicitam uma relação de dependência como a vivida hoje pelas regiões mais pobres do país em relação ao centro-sul. O objeto de estudo de Cardoso e Faletto era a América Latina em relação aos países ricos, mas a situação vivida hoje pela Amazônia em relação ao restante do país é de dependência, de fornecedora de matéria prima, para que os grandes centros continuem a se desenvolver. Outra analogia, seria comparar o período Brasil Colônia, onde a Amazônia representa hoje o Brasil do passado, explorado em suas riquezas naturais por Portugal; e o Brasil representa hoje Portugal colonizador, explorando as riquezas naturais da Amazônia. A Amazônia parece viver “a maldição da abundância”, como colocado por SANTOS (2012) “expressão usada para caracterizar os riscos que correm os países pobres onde se descobrem recursos naturais objeto de cobiça internacional”:

A promessa de abundância decorrente do imenso valor comercial dos recursos e dos investimentos necessários para o concretizar é tão convincente que passa a condicionar o padrão de desenvolvimento económico, social, político e cultural. (SANTOS, 2012)

O Complexo do Madeira é mais um exemplo de projetos de desenvolvimento exógenos em Rondônia. Gerou muitos empregos, como veremos adiante, em sua fase de construção, mas grande parte dos trabalhadores não são da cidade de Porto Velho ou do Estado de Rondônia, são barrageiros de outras regiões, que migram para onde se constroem

barragens e esses postos de trabalho deixam de existir assim, que as obras terminam fazendo com que essas pessoas voltem para sua origem ou migrem para outras grandes obras e esse têm sido o mecanismo de desenvolvimento e geração de emprego e renda no Brasil, a partir do Programa de Aceleração do Crescimento.

O Complexo do Madeira para os rondonianos, desde a experiência com a UHE Samuel, representava graves problemas do ponto de vista social e ambiental. Tratava-se de mais uma grande construção, que se anunciava enquanto progresso, desenvolvimento, melhoria da qualidade de vida, cujo histórico conhecido destoava marcado pela miséria e filhos sem pais, como o caso de Jaci-Paraná (STREIT, 2012).

No entanto, isso não significa que a maior parte da população desaprove os empreendimentos. Segundo o FORUM DE ENTIDADES NACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS (2007), houve campanha do governo estadual e municipal, usando a máquina pública, na busca de assinaturas a favor dos empreendimentos. Os comerciantes acreditavam nas oportunidades de negócios. O vulto imobiliário e automobilístico cresceu vertiginosamente (FOLHA DE S. PAULO, 2010; O ESTADO DE S. PAULO, 2011) durante as obras, mas o grande problema estava no depois.

A história tem mostrado que grandes empreendimentos como esses, grandes obras não geram desenvolvimento para as localidades que as recebem (SILVA, 2008). A movimentação econômica é cíclica e durante a construção necessitando, para manter esse formato de desenvolvimento de novos projetos (MORET e SILVA, 2012). Em Rondônia há uma experiência negativa com a Usina Hidrelétrica de Samuel.

desde os anos 1970, com a proposição e posterior execução da Usina Samuel, os rios rondonienses têm estado na mira da indústria barrageira. Ao longo destes anos, comunidades ribeirinhas, indígenas, quilombolas, camponesas e urbanas ameaçadas ou atingidas pela expansão hidrelétrica em Rondônia, têm acumulado uma rica e diversificada experiência de luta anti-barragem. (NOBREGA, 2009)

O EIA/RIMA dos empreendimentos, o Plano Básico Ambiental, de Jirau, deixou de apresentar problemas e soluções para o caso da exploração sexual, por exemplo, como o caso de Jaci-Paraná, distrito de Porto Velho, diretamente atingido por Santo Antônio e indiretamente por Jirau, que vivencia os impactos de ambas, por conta da enorme quantidade de trabalhadores alocados na região, trazendo consigo o aumento do consumo de álcool e drogas, violência, prostituição, especulação imobiliária e o crime da exploração sexual infanto-juvenil (STREIT, 2012).

O Protocolo de Intenções firmado entre prefeitura e as concessionárias foi condicionante da Licença Prévia dos empreendimentos e prova de que a cidade de Porto

Velho não se preparou para receber as usinas. No cronograma do desenvolvimento; no cronograma de empreendimentos como esse; não há esse tempo, esse período para o reforço dos instrumentos públicos locais, para receber a grande demanda. Não houve nenhum preparo pré-usinas e as consequências foram sendo tratadas na medida em que os problemas aconteciam, tanto é assim que a Secretaria de Assistência Social não foi inicialmente incluída na lista de prioridades das UHEs. Isso fica demonstrado a partir do Protocolo de Intenções firmado com a Prefeitura de Porto Velho, por obrigação do IBAMA à empresa responsável por JIRAU, atendendo ao item 2.23 da Licença Prévia 251/2007, condições específicas: “apresentar programas e projetos que compatibilizem a oferta e a demanda de serviços públicos, considerando a variação populacional decorrente da implantação dos empreendimentos.” (IBAMA, 2007).

O objeto desse protocolo expressava, que a empresa era quem decidiria onde a demanda seria maior e dessa forma ficaram estabelecidas as áreas a serem preparadas para as altas demandas.

1.1 o presente protocolo tem por objeto o estabelecimento de compromisso entre as partes visando a integração e conjugação de esforços no sentido da realização de obras e/ou serviços, por parte da ESBR em áreas/setores específicos dos serviços públicos no Município de Porto Velho, previamente identificadas pela ESBR como propensa a receber demanda adicional proveniente da instalação do empreendimento.

2.2 As áreas definidas como prioritárias de comum acordo entre as partes são saúde pública, educação, infraestrutura, lazer e turismo, as quais constam de três Programas Contidos no Projeto Básico Ambiental da UHE JIRAU: Compensação Social, Atividades de Lazer e Turismo e Saúde Pública cabendo ressaltar que este último engloba a destinação específica de recursos para atendimento do Plano de Ação para Controle da Malária de responsabilidade da ESBR em conformidade com as diretrizes técnicas definidas pela Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde (condicionante 2.26 da LP 251/2007). (PMPV, ESBR, 2009 grifo nosso)

O texto destacado remete uma reflexão sobre a questão da alocação de recursos, para tais “compensações”. O Protocolo de Intenções remetendo à LP 251/2007, diz que seu objetivo é: “compatibilizar a oferta e a demanda de serviços públicos, considerando a variação populacional”, ou seja, que aquele valor se refere ao aumento populacional tendo em vista a grande massa de trabalhadores que migrariam, certos ou não de uma oportunidade de emprego, mas minimamente em busca de trabalho, com ou sem sua família, que poderia vir no primeiro momento ou quando se sentisse estável o suficiente para trazê-la.

Segundo o PBA de Jirau seriam nove mil empregos diretos (construção) e 11 mil empregos indiretos. Esse nos parece ser o motivo do aumento da demanda por escola, leitos, bem como profissionais de saúde dentre outros. Veja-se o quadro comparativo de documentos abaixo.

Quadro: Quadro comparativo de documentos LP 251/2007, PBA Jirau e Protocolo de intenções

LP 251/2007 Condicionantes	UHE Jirau PBA 2009 Ações de mitigação	Protocolo de Intenções
2.23 apresentar programas e projetos que compatibilizem a oferta e a demanda de serviços públicos, considerando a variação populacional decorrente da implantação dos empreendimentos. (IBAMA, 2007).	4.27 Desta forma este programa deve ser compreendido como um importante instrumento voltado para assegurar a sustentabilidade socioambiental do empreendimento AHE Jirau, <u>sem ter relação com os impactos causados pela implantação do mesmo</u> , sendo, portanto uma ação de Responsabilidade Social. (Programa de Compensação Social)	2.2 As áreas definidas como prioritárias de comum acordo entre as partes são saúde pública, educação, infraestrutura, lazer e turismo, as quais constam de três Programas Contidos no Projeto Básico Ambiental da UHE JIRAU: Compensação Social , Atividades de Lazer e Turismo e Saúde Pública ...
2.26 Apresentar Plano de Ação para controle da malária a partir do plano com diretrizes técnicas da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.	As ações previstas para serem implantadas neste programa não se destinam apenas a mitigar impactos advindos da interferência direta da construção e operação do empreendimento na AID, tais como aumento de população e consequente maior procura por serviços nas áreas de saúde, educação e segurança pública, mas buscar, através destas ações, contribuir para melhorar a qualidade de vida da população existente nestas localidades por intermédio de ações voltadas ao reforço de políticas públicas. (PBA JIRAU, Programa de Compensação Social 4.27)	... cabendo ressaltar <u>que este último engloba a destinação específica de recursos para atendimento do Plano de Ação para Controle da Malária de responsabilidade da ESBR em conformidade com as diretrizes técnicas definidas pela Secretaria de Vigilância e Saúde do Ministério da Saúde.</u> (PMPV, ESBR, 2009 grifo nosso)

Fonte: elaboração própria 2012.

Nota-se no PBA de Jirau, que o Consórcio não se responsabiliza pelos impactos sociais causados, quando afirma tratar-se de responsabilidade social, no sentido da boa ação, de fazer algo fora da sua obrigação, ou seja, o que se quer dizer na prática é que o agente se sente responsável pelos contratados na região, não pelos que venham atraídos pelas possibilidades de emprego, para ele essa infraestrutura é obrigação do município e até pode contribuir, mas não é responsabilidade do empreendimento.

O que se presume também das informações sistematizadas é que no mesmo bojo foram colocados programas, como os itens 2.23 e 2.26 da LP 251/2007, que deveriam ser tratados de forma separada, com verbas específicas. Fica evidenciado a partir do Protocolo de Intenções o oposto do colocado no PBA, que na verdade as ações foram compactadas e de forma expressa de modo a garantir, que os recursos fossem minimizados; quer dizer, a ideia do protocolo de intenções com o município era minimizar os impactos do empreendimento na cidade, apesar de ser diferente dos impactos sociais juntos aos atingidos diretamente pelo projeto, ainda assim, são impactos na cidade advindos da implantação do projeto.

O teor do Protocolo de Intenções demonstra a passividade do poder local diante da

empresa e sua equipe multidisciplinar, composta por profissionais especializados por meio de experiências anteriores na construção de barragens. Essa passividade se deve a falta de preparação pré-usinas dos governos locais (SILVA, 2008). Não sabem o que exatamente será, mas sabem que haverá recursos e anseiam pelas oportunidades de trabalho, que serão criadas e acabam por agir como espectadores dos empreendimentos aceitando sem experiência anterior, para questionar.

Ora se o empreendedor era quem diria onde seriam as demandas então não houve planejamento prévio pelo poder local, que não havia se preparado para aquela demanda, que sequer sabia o impacto do empreendimento em seu município sendo um ente frágil nessa relação. A exemplo de outros estudos sobre UHEs a história apenas se repete (VIANA, 2003; ZHOURI e OLIVEIRA, 2007; VAINER, VIEIRA e PINHEIRO, 2001). Essa pesquisa não encontrou nenhum documento que desse conta de que o aumento da população com a vinda de trabalhadores aguardou que as obras de infraestrutura estivessem prontas.

Ao contrário apenas recentemente as obras referentes a esse protocolo foram encerradas, no tocante a UHE Jirau, como consta em sua página na internet.¹⁷

O Termo de Encerramento do Protocolo de Intenções da Usina Hidrelétrica Jirau foi assinado pelo diretor Institucional da Energia Sustentável do Brasil, José Lucio de Arruda Gomes, e o prefeito interino de Porto Velho, Emerson Castro. A assinatura aconteceu no dia 12 de dezembro e certifica a conclusão de repasse dos recursos de compensações sociais ao Município. Os recursos foram investidos nas áreas da Saúde Pública, Infraestrutura Urbana, Educação, Habitação e Turismo e Lazer. (ESBR, 2012).

A estimativa de valor do protocolo de intenções era de R\$ 69.281.803,65 (sessenta e nove milhões duzentos e oitenta e um mil oitocentos e três reais e sessenta e cinco centavos), sendo 30 milhões em recursos federais, conforme consta no protocolo. A partir do PBA de Jirau e da própria LP 251/2007 se pode inferir que o Protocolo de Intenções, embora condicionante do IBAMA, foi utilizado como um artifício para minimizar os custos do projeto tendo em vista que, como se pode perceber por meio das condicionantes relativas ao protocolo e ao item sobre atendimento à Vigilância Sanitária na questão da malária são itens diferentes, que portanto deveriam ter verbas alocadas em separado, não deveria constar no Protocolo de Intenções, que reuniu em um único item todas essas demandas.

Evidencia-se também, que as obras de infraestrutura para receber os impactos do empreendimento foram entregues com o empreendimento no auge da construção, ou seja, com os mais 20 mil trabalhadores na cidade, que deveria ter sido preparada para recebê-los

17

Ver Energia Sustentável do Brasil <http://www.energiasustentaveldobrasil.com.br/noticia.asp?id=1685>

antes de sua chegada.

5.3. O SUPOSTO ATRASO NO LICENCIAMENTO DAS USINAS DO MADEIRA.

A pressão do governo federal e do mercado, para a emissão da LP veio de todas as partes. Além da divisão do IBAMA, da tensão da Casa Civil, no Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Agricultura teve também uma série de entrevistas à mídia tradicional orquestradas e com o mesmo discurso da crise de demanda e das energias sujas e prejudiciais ao meio ambiente por conta da emissão de poluentes, conforme citações anteriores.

Um dos motivos dessa azáfama baseava-se no Leilão A-5 de energia nova, marcado para 24 junho de 2006, o que pode ser comprovado por meio de manchetes como “Licenças comprometem viabilidade de leilão de usinas” e em parte da matéria apensada: “se nada for alterado, mais uma vez o país terá de recorrer a térmicas para garantir o abastecimento futuro, além das usinas Santo Antônio e Jirau, do rio Madeira.” (G1.COM e ESTADÃO, 2007).

O setor ligado à geração de energia no governo federal corre contra o tempo para conseguir aprovar as licenças ambientais do complexo hidrelétrico do rio Madeira, em Rondônia, e fixou junho como data limite, disse o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim. (G1.COM, 2007)

Uma vez mais verificamos, que não se cogitava a possibilidade da não emissão da licença, a grande questão era referente ao tempo para a emissão licença, quer dizer, mais um ente da área da energia demonstrando, que assim como os atingidos eram vistos como obstáculos, a serem removidos, à implantação da usina, também o licenciamento necessitava ser vencido.

Até 2004, a concessão para usinas acontecia antes mesmo de terminar o processo de licenciamento ambiental. Com as regras previstas no novo modelo para o setor elétrico (aprovadas no Congresso Nacional), a obra só pode ser licitada após a liberação da licença (ESTADÃO, 2006).

E foi exclusivamente por esse motivo a forte pressão sobre o Ministério de Meio Ambiente, especificamente no IBAMA para a emissão da licença, como o próprio presidente da Empresa de Pesquisa Energética dizia em entrevistas à mídia tradicional:

Algumas (usinas) que devem ir a leilão já têm a licença ambiental, como Dardanelos (MT), Mauá (PR) e Cambuci (RJ). Ainda são poucas, mas deveremos conseguir as do rio Madeira e esperamos que a participação das usinas do Madeira seja a vedete do leilão... (AGÊNCIA BRASIL, 2006)

Segundo a Empresa de Pesquisa Energética, os leilões de energia elétrica fazem parte

do Novo Modelo do Setor Elétrico a partir de 2004. O Leilão A-5 refere-se ao tempo para fornecer a energia vendida, ou seja, a empresa vencedora do leilão terá cinco anos para fornecer a energia. Assim, a usina de Santo Antônio foi licitada separadamente da usina de Jirau, em 10/12/2007, passando a ser Concessão da Madeira Energia S.A., formada pelas empresas Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda. (17,6%); Construtora Norberto Odebrecht S/A. (1%); Andrade Gutierrez Participações S/A. (12,4%); Cemig Geração e Transmissão S/A (10%); Furnas Centrais Elétricas S/A (39%) e Fundo de Investimentos e Participações Amazônia Energia (FIP) - formado pelos bancos Banif e Santander (20%) tendo vendido sua energia por R\$ 78,87/MWh, de um total de 3.150, 4Mw.

Da energia total a ser produzida pela usina, 70% foi negociada junto ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), formado pelas empresas de distribuição. A produção restante será destinada ao mercado de livre contratação. Os contratos de compra e venda de energia que foram firmados entre o Consórcio e as distribuidoras resultarão em uma movimentação financeira de R\$ 32,18 bilhões ao longo dos 30 anos de duração (EPE, 2007).

A UHE Jirau foi arrematada pelo Consórcio Energia Sustentável do Brasil – CESB, em 19/05/2008, pelo preço final ofertado pela energia a ser gerada de R\$ 71,37 por MWh, 21,5% abaixo do preço-teto inicial de R\$ 91/MWh. 70% da energia foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR), cabendo ao Ambiente de Contratação Livre (ACL) os 30% restantes. O CESB era formado por Suez Energy South América Participações Ltda. (50,1%); Camargo Corrêa Investimentos em Infraestrutura S/A (9,9%); Eletrosul Centrais Elétricas S/A (20%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf (20%). A energia negociada no processo totalizou 384.649.462,578 MWh, a um valor total de R\$ 24,883 bilhões. O custo do investimento para construção da usina foi de cerca de R\$ 8,7 bilhões, de acordo com cálculos feitos pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE em outubro de 2007. Foram firmados com as distribuidoras compradoras no ACR contratos de 30 anos de duração (EPE, 2008).

Diferente da venda da energia nos leilões, mercados regulados, firma-se também os Contratos de Concessão por uso de bem público entre União e empresas. No caso da Madeira Energia S.A., que passou por meio do Aditivo 001, chamar-se Santo Antônio Energia S.A. “SAESA” o Processo n. 48500.001273/2008-22, Contrato de Concessão 001/2008-MME-UHE SANTO ANTÔNIO, com prazo de concessão de 35 anos é da ordem de R\$ 379.267.353,60 (trezentos e setenta e nove milhões, duzentos e sessenta e sete mil, trezentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos), divididos em R\$ 11.852.104,80 (onze milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, cento e quatro reais e oitenta centavos) anuais, que seriam

pagos mediante a proporcionalidade mensal.

O processo 48500.004505/2008-02, refere-se à usina de Jirau, sob o Contrato de Concessão n. 002/2008 MME-UHE JIRAU e é da ordem de R\$ 7.873.150,74 (sete milhões, oitocentos e setenta e três mil, cento e cinquenta reais e setenta e quatro centavos) anuais, durante 35 anos.

5.4. A QUEDA DE BRAÇO NO LICENCIAMENTO DO MADEIRA: EMPREENDEDORES, IBAMA E ONG'S.

Como dito por Singh, (2006) as hidrelétricas acarretam uma profunda modificação no uso do solo e de organização do território, que se alastra tanto pelas áreas urbanas como pelas rurais¹⁸. Praticamente todos os efeitos decorrentes da implantação das UHE's rebatem diretamente sobre o espaço geográfico, o qual requer planejamento multiescalar, integrado e antecipado, além de gestão sistêmica, sob pena de perda do controle sobre a degradação do ambiente, a qualidade de vida das populações e a sustentabilidade da região e por fim do próprio desenvolvimento socioeconômico. Segundo Santos (2003), tais projetos foram e são implementados sem levar em conta as tradições das populações locais e regionais e tampouco suas expectativas e aspirações. Índios, ribeirinhos, pequenos fazendeiros, são retirados de suas vidas sem opção. Nas palavras de Santos: “Projetos do setor elétrico resultam de fato de iniciativas complexas e multidimensionais, compreendendo aspectos econômicos, políticos, sócio culturais, técnicos e ecológicos, relacionados em um intrincado jogo de mútuas interações e condicionamentos. ” Além disso, há fortes indícios de que as empresas que constroem as usinas têm vínculo econômico com as empresas que fazem os estudos, ou trabalham na execução, como o caso da Camargo Correia e sua ex-subsidiária CENEC (MORET e SILVA, 2012). Desse modo, não se trata de um processo administrativo pura e simplesmente e muitos interesses estão envolvidos.

No caso do Madeira, não havia cooperação entre os entes estatais, tratava-se de uma queda de braço. Após tal declaração de competência de atuação, não seria possível acreditar que o Ministério desconhecesse o parecer de seu próprio contratado, a quem chamou de especialista de notório saber na área de sedimentos. O indiano Dr. Sultan Alan, propunha alterações no projeto e afirmava categoricamente, que no eixo de Jirau a usina iria parar em quatro ou cinco anos (FOLHA, 2008), por acúmulo de sedimentos.

18

Parecer Técnico sobre Planejamento Regional e Urbano - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA - Consultora: Rajindra Kaur Singh (Outubro/2006)

O consórcio Enersus, vencedor do leilão da hidrelétrica de Jirau, no rio Madeira, em Rondônia, informou que a usina poderá parar de produzir energia em quatro ou cinco anos após sua entrada em funcionamento, caso tenha de ser construída no local originalmente previsto no edital do leilão. O motivo... seria o acúmulo de sedimentos na barragem. ...Para oferecer a menor tarifa e vencer a disputa com o grupo Odebrecht/Furnas pela construção da hidrelétrica, o consórcio, liderado pela multinacional Suez Energy, modificou o projeto da usina, mudando sua localização. Em vez da cachoeira de Jirau, o consórcio Enersus quer construir a hidrelétrica em um local chamado de Ilha do Padre, aproximadamente 9 km rio abaixo, na direção da cidade de Porto Velho. ...a possível parada da usina por conta dos sedimentos foi constatada pelo especialista indiano Sultan Alan. ... (FOLHA, 2008)

A análise de toda a bacia hidrográfica deveria ser uma preocupação natural, visto que a experiência brasileira no aprofundamento nesses tipos de estudos data dos anos 1970. Interessante notar, que as empresas se sentiam tão amparadas na decisão política da construção, que se permitiam dizer ao IBAMA o que é necessário e o que não é, fica clara a autoridade respaldada numa decisão anterior, porque se houvesse o medo da negativa os estudos teriam sido feitos como se pedia. No entanto, o empreendedor respondia ao IBAMA negando a necessidade das informações solicitadas. O melhor momento para a análise completa da bacia, é antes da emissão da Licença Prévia. Quando falamos de ‘análise de toda a bacia’ não nos referimos àquele empreendimento, mas a todos os empreendimentos prováveis. É nesse espaço que a sociedade civil clama o aumento da participação nas tomadas de decisão.

O rio é um ser vivo, parte de um ecossistema e mesmo com novo regramento para apresentação de documentação e solicitação de licenças ambientais, idas e vindas podem ocorrer de acordo com as particularidades de cada bacia hidrográfica, como por exemplo, a peculiaridade do rio Madeira, “o maior rio em volume de sedimentos carreados do Brasil e o terceiro maior do planeta¹⁹” Numa barragem desse porte há risco de possíveis acidentes sérios, caso o licenciamento seja conduzido sem critério, temos exemplos na história das barragens, que o SEB insiste em não falar, mas que devem ser vistos como modelos negativos a ser lembrados, para que problemas sejam evitados, como o caso da UHE Barra Grande (MIRANDA, 2006) e a UHE Balbina.

A Amigos da Terra, a Kanindé, a “International Rivers Networks”, dentre outras, recorreram a medidas judiciais e mesmo após a emissão da LP entraram com ações por acreditar em manobras no processo, tendo em vista que as linhas de transmissão foram tratadas em processo separado, ainda que não seja possível transmitir a energia sem as LTs e que inicialmente estivessem no projeto envolvendo as duas usinas.

19

Luiz Felipe Kunz Junior – www.IBAMA.gov.br

A organização não governamental Amigos da Terra-Amazônia Brasileira entrou com uma ação pública na 4ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, para impedir o leilão da hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira, em Rondônia, previsto para segunda-feira. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2007).

O meio judicial foi então um dos caminhos utilizados pelas organizações não governamentais visando ampliar o espaço de debate, diminuir a velocidade do processo de modo a poder refletir melhor sobre os impactos, como por exemplo, a questão dos sedimentos tão negligenciada.

Numa sociedade globalizada e cujos riscos impactam a vida em pontos mais amplos, que o local de construção (SILVA, 2008), entidades internacionais também buscavam meios de se colocar e contribuir na questão, como por exemplo, a International Rivers Networks cujos periódicos relatavam “usinas no rio Madeira: ONGs questionam projeto da hidrelétrica de Santo Antônio”. Muito diferente do que colocavam os grandes veículos de comunicação, ao utilizar-se das vias judiciais as opiniões eram pautadas em no mínimo fortes indícios, quando não estudos aprofundados, por profissionais competentes, como Dr. Philip M. Fearnside, doutor em Ciências Biológicas, pesquisador do INPA; Jorge Molina, hidrólogo boliviano, dentre outros, do contrário não haveria nenhuma possibilidade de ter acolhido seu pleito resultando num esforço inócuo.

As complementações solicitadas às empresas, pelo IBAMA não eram atendidas, por mais que os técnicos do IBAMA reunissem os técnicos das empresas esclarecendo as necessidades de complementações não havia interesse da parte, porque havia respaldo de um ente estatal por traz do processo. Estado – por meio do MME – e empresas estavam juntos, reforçando o caráter cartorial a que o licenciamento foi relegado.

Os empreendimentos do SEB não atendem à resolução Conama 001/1986, sobretudo em seu artigo 5º, que diz: o estudo de impacto ambiental, além de atender à legislação, em especial os princípios e objetivos expressos na Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, obedecerá às seguintes diretrizes gerais:

- I - Contemplar todas as alternativas tecnológicas e de localização de projeto, confrontando-as com a hipótese de não execução do projeto;
- II - Identificar e avaliar sistematicamente os impactos ambientais gerados nas fases de implantação e operação da atividade;
- III - Definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza;

Não houve análise de toda a bacia hidrográfica, para o Complexo do rio Madeira, por mais que o IBAMA tenha solicitado o empreendedor respondeu dizendo que não era necessário, descumprindo a legislação ambiental. O consultor do IBAMA Carlos E. M.

Tucci²⁰ em seu relatório de junho de 2007, chamado “ANÁLISE DOS ESTUDOS AMBIENTAIS DOS EMPREENDIMENTOS DO RIO MADEIRA - Atualização após respostas da Consultora”, portanto, relatório complementar ao que já tinha apresentado, após ter feito análise do relatório do técnico do Ministério de Minas e Energia, o indiano Sudam Alam, Tucci afirmou no item 2 do seu relatório, chamado Avaliação, sobre a bacia hidrográfica:

“2. AVALIAÇÃO

Em estudos hidrossedimentológicos de barragens usualmente são analisados três componentes fundamentais:

- (a) bacia hidrográfica, suas características atuais e futura com relação a evolução do uso do solo e clima quanto a alteração das condições de produção de sedimentos afluentes ao empreendimento;
- (b) trecho a montante de influência da barragem com relação as suas condições naturais; e
- (c) trecho de jusante que pode ser influenciado pelo barramento após a sua construção e operação.

2.1 Bacia hidrográfica

No relatório anterior quanto do exame do EIA observou-se que a bacia hidrográfica não foi examinada explicitamente. Foram analisadas as vazões em Abunã, representativa de um período longo e, portanto, representativa do passado e verificou-se uma tendência de 2% de aumento dos sedimentos. Estas considerações, no entanto, não permitem especular sobre o futuro, sem que se examine a tendência de evolução do uso do solo da bacia. O que se busca neste caso é verificar se a tendência atual de evolução do uso do solo poderá alterar de forma significativa a produção de sedimentos no local de interesse.” (TUCCI, 2007)

Os discursos entre atores estatais da área de energia, da área de meio ambiente, das organizações não governamentais, do setor privado da energia dão conta de que se tratou de grande disputa de poder entre entes do próprio Estado e, ainda, que técnicos do IBAMA atestassem preocupação do ponto de vista técnico (Informação Técnica 12/2006, de 24/02/2006; Nota Informativa 10/2006, de 14/11/2006; Parecer Técnico 14/2007, de 21/03/2007; Informação Técnica 17/2007, 12/04/2007), por meio de documentos do Instituto, que indicavam a inviabilidade do empreendimento houve grande pressão por parte de todo o Setor Elétrico Brasileiro (empresas públicas, privadas, ministérios e outros agentes), para que a Licença Prévia fosse concedida a qualquer custo, o que acabou ocorrendo (O GLOBO, 2013; G1.COM 2012; FOLHA, 2006).

O Parecer Técnico do IBAMA 14/2007, de 21/03/2007, foi categórico ao não recomendar a emissão da LP, tendo em vista os muitos documentos elaborados ainda não serem o suficiente, sobretudo, por conta de particularidades do rio Madeira, como a questão

20

Consultor contratado por meio de contrato PNUD para a análise dos EIA- Estudos Ambientais dos empreendimentos hidrelétricos do rio Madeira, dando suporte a avaliação em realização no IBAMA Instituto Brasileiro de Meio Ambiente.

dos sedimentos e outras explicitadas abaixo:

Dado o elevado grau de incerteza envolvido no processo; a identificação de áreas afetadas não contempladas no Estudo; o não dimensionamento de vários impactos com ausência de medidas mitigadoras e de controle ambiental necessárias à garantia do bem-estar das populações e uso sustentável dos recursos naturais; e a necessária observância do Princípio da Precaução²¹, a equipe técnica concluiu não ser possível atestar a viabilidade ambiental dos aproveitamentos Hidrelétricos Santo Antônio e Jirau, sendo imperiosa a realização de novo Estudo de Impacto Ambiental, mais abrangente, tanto em território nacional como em territórios transfronteiriços, incluindo a realização de novas audiências públicas. Portanto, recomenda-se a não emissão da Licença Prévia. (PARECER TÉCNICO Nº 014/2007 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de Brasília, 21/03/2007 – assinado por biólogos, engenheiros civis, ecólogo, historiador e engenheiro ambiental todos analistas do IBAMA grifo nosso.)

Tratava-se de um documento, que visava a Análise técnica do EIA/RIMA e de documentos correlatos, referentes ao AHE de Santo Antônio e AHE de Jirau visando emissão de parecer quanto à viabilidade ambiental dos empreendimentos. O parecer técnico do IBAMA, pós audiências públicas, fazendo referência a análises dos estudos do Ministério Público de Rondônia, por meio da COBRAPE e análise do EIA/RIMA era contrário ao empreendimento, no entanto, ainda assim a LP foi emitida.

O documento que licenciava previamente os empreendimentos LP 251/2007, emitido em 09/07/2007, autorizava a usina de Santo Antônio, com capacidade instalada de 3.150 Mw e a usina de Jirau com 3.300 Mw. Segundo o diretor de licenciamento ambiental do IBAMA, Luiz Felipe Kunz Junior (demitido durante esse processo), no portal Rondônia Ao Vivo (2008):

as questões mais importantes do processo de licenciamento dizem respeito à biodiversidade, pelo impacto que causará à migração de peixes ou à vida dos rios que recebem água do Madeira, como é o caso do Amazonas, e ao meio ambiente como um todo. O Madeira, segundo Kunz Junior, é o terceiro rio no mundo com maior carga de sedimentos e isso é um fator importante. Quando se diminui a velocidade da água, há maior deposição desses sedimentos no fundo. “Essa é uma das questões que estamos avaliando porque interfere, tanto na vida útil da barragem quanto nas questões ambientais”. Desde 2001, as usinas de Santo Antônio e Jirau estão programadas pelo governo. O projeto tem sido tratado como prioridade no plano de expansão energética pelo Governo Federal, tanto que as hidrelétricas fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Juntas, Santo Antônio e Jirau terão cerca de 6,5 mil megawatts de potência, a metade da capacidade de Itaipu. A energia será suficiente para abastecer oito vezes mais o que consome Brasília em horário de pico (RONDÔNIA AO VIVO, 2008).

O Processo de Licenciamento Ambiental do Complexo do rio Madeira, os disponíveis no site do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais e na imprensa é possível apreender como as empresas, apoiadas pelo governo, disseminavam seu discurso

21

A equipe técnica do IBAMA explica “O Princípio da Precaução afirma que a ausência da certeza científica formal, a existência de um risco de um dano sério ou irreversível requer a implementação de medidas que possam prever este dano”

entre a população restante do país. Em matéria divulgada em O Globo Online é possível verificar que embora o IBAMA tivesse negado a Licença o Governo obrigou a emissão, quando deu prazo, determinativo mesmo com o IBAMA em greve e sem os técnicos estarem trabalhando no Processo, emitindo uma licença por decisão em gabinete, de modo que a emissão da LP das usinas do Madeira foi uma decisão política.

O prazo dado pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e pelo ex-ministro de Minas e Energia Silas Rondeau, para que o IBAMA concedesse o licenciamento das usinas previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) termina nessa quinta-feira. O presidente da Associação dos Servidores do IBAMA, Jonas Corrêa, que organizou um protesto na Câmara dos Deputados nesta quinta-feira, aproveitando a visita da ministra Marina Silva, afirmou que por conta da greve no órgão os técnicos que cuidam do processo do rio Madeira não estão trabalhando. "O presidente do IBAMA pode até assinar a licença, mas posso garantir que os técnicos não estão trabalhando", disse Jonas. (O Globo, 31/05/2007)

Por meio dos discursos escritos obtidos de declarações à imprensa como “Junho é limite para hidrelétricas em RO: se Complexo não sair, alternativas são usinas a carvão e a óleo.” (Declaração do presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim - G1.COM, 2007); e “Governo quer acelerar licença ambiental para hidrelétricas: temos um caminho crítico e estamos com prazos apertados” (Declaração do ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau – Folha de São Paulo, 2006); é possível inferir uma grande pressão política e econômica referindo-se ao processo de licenciamento ambiental como simples processo administrativo.

A Nota Informativa nº 10/2006 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 14/11/2006, explicita a tentativa do órgão de obter dos empreendedores, por meio de estudos complementares, subsídios relevantes, importantes na tomada de decisão. As complementações exigidas pelo órgão ambiental tornaram-se motivo de discussão nacional, tendo em vista as matérias em que os agentes do Setor Elétrico declaravam seu “esforço em cumprir” as exigências do órgão ambiental, sem êxito. O CORREIO BRAZILIENSE, em 05/07/2007, em matéria intitulada: “O crescimento pede licença ao licenciamento ambiental” dizia:

Mantido o atual cenário de emissão de licenças ambientais, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não passará de uma carta de intenções, porque faltará energia para gerar o crescimento desejado por todos...a morosidade na análise dos processos e os pedidos de complementações aos estudos também contribuem para os atrasos. Movido pela necessidade de viabilizar as obras do PAC, o governo federal decidiu dividir o IBAMA em dois (CORREIO BRAZILIENSE, 2007).

A criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio estava prevista, mas o momento em que se deu e a forma atropelada foi claramente uma forma de manobra onde servidores do IBAMA foram transferidos ao novo instituto. Embora o

discurso na mídia fosse de que o órgão demorava, buscando justificativas no trabalho e descaracterizando o IBAMA, durante esse estudo pudemos explicitar a verdade é que as idas e vindas eram justamente porque as empresas não respondiam a contento, não aprofundavam, embora seja explícito no processo, que diversas reuniões foram feitas no intuito de esclarecer tais empresas. Vejam-se algumas alegações do IBAMA não ouvidas pela mídia:

Meio Físico: A problemática questão do aporte e acúmulo de sedimentos, levando em consideração sua origem e características do rio Madeira e, principalmente com a implantação dos barramentos propostos, induzirá a deposição de sedimentos e consequentemente maiores manchas de inundações, antes não obtidas, ou seja, anteriormente com as cheias naturais o rio Madeira mantinha-se na calha e, com os depósitos formados, a área, o volume e as cotas anteriormente previstos serão outros. Nesse sentido, provocará uma maior elevação do nível do rio Madeira. Além do mais, com a formação dos depósitos de sedimentos e possível consolidação, a depender da regra operativa dos mesmos, podem comprometer a vida útil dos reservatórios.

Meio Biótico: As características da fauna de peixes do rio Madeira são marcadas por uma alta diversidade de espécies e o estudo demonstrou isso com um grande volume de informações. A organização e análise destas informações tornaram-se um complexo problema a ser resolvido.

A caracterização do rio Madeira é a de ter um trecho encaixado na região de construção das usinas e de ser um local de passagem para espécies de peixes que realizam migrações para fins reprodutivos e/ou de alimentação. Entre estas espécies, estão as de grandes bagres migradores, de importância social e econômica na pesca da região amazônica e que precisam atingir as regiões acima das áreas das hidrelétricas, em tributários andinos da Bolívia e do Peru, para realizar a reprodução. Além disso, os ovos e larvas desses grandes bagres precisam descer dos locais de reprodução, nos tributários andinos, para regiões baixas da bacia do Madeira e Amazonas até o estuário para se desenvolverem, crescerem e reiniciar o ciclo.

Com a construção dos empreendimentos, será necessária construção de um mecanismo junto às barragens que permita a continuação dessas migrações. Entre as várzeas do baixo Madeira, e Amazonas e as áreas de reprodução nos tributários andinos.

Há ainda o risco de disponibilizar o mercúrio existente no leito do rio durante a construção das usinas, podendo entrar na cadeia alimentar do rio. Medidas terão que ser tomadas para que esses riscos sejam diminuídos.

Vegetação: Não houve o correto dimensionamento da área de campinarana que poderá ser afetada pela elevação do lençol freático e o impacto que essa vegetação sofrerá com a implantação do AHE Jirau.

Meio Socioeconômico: Faltou no estudo maior detalhamento da dinâmica de utilização das várzeas nas áreas de influência do empreendimento, além da apresentação de programa específico com ações mitigadoras e/ou compensatórias à extinção da exploração econômica de vazante (agricultura, exploração extrativista e produção pesqueira) pela formação dos reservatórios e formação da APP. A exploração econômica das áreas de várzea é um traço cultural e bastante peculiar, pois exige gastos com preparação/correção do solo, irrigação, uso de maquinário, além de seu caráter agregador.

Também não foi corretamente avaliado o impacto das perdas de áreas de lazer e turismo, notadamente as praias e cachoeiras, e a alteração do potencial turístico local, nem apresentado um programa ambiental correspondente.

O impacto das obras na área tombada da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré é uma pendência tanto em nível federal, devendo seguir as diretrizes do IPHAN, como em nível estadual, já que há o tombamento também nesta esfera. (PARECER TÉCNICO Nº 014/2007 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA p.4)

Como praticamente um revide, o Consórcio formado por Furnas Centrais Elétricas e a

Construtora Norberto Odebrecht S.A., enviou um relatório chamado “RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS APRESENTADAS PELO IBAMA NO ÂMBITO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO COMPLEXO MADEIRA”

2.3. Questionamentos sobre os limites das áreas de influência e de abrangência do Complexo Madeira:

O “Termo de Referência para Elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e o Respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA – AHEs no Rio Madeira – AHE Santo Antonio e AHE Jirau e Sistema de Transmissão Associado – setembro de 2009”, elaborado pelo IBAMA, definiu três áreas de influência para o Complexo Madeira:

Área de Influência Direta, subdividida em meio físico-biótico e meio socioeconômico, e cuja extensão deveria ser definida pelos estudos.

Área de Influência Indireta, também subdividida em meio físico-biótico e meio socioeconômico, sendo que a extensão do primeiro meio também a ser definida pelos estudos.

Área de Abrangência Regional, definida de antemão no Termo de Referência como sendo a Bacia Hidrográfica do Rio Madeira em território brasileiro.

O EIA, portanto, definiu as três áreas acima, consoante ao estabelecido no termo de referência dos estudos ambientais, inclusive a sua extensão, não tendo sido questionado o limite das três áreas, haja vista as análises de abrangência e mérito do EIA, bem como o seu aceite para submissão em audiências públicas.

Não é necessário considerar para a atual fase de estudos a bacia hidrográfica como um todo, especialmente as unidades fora do território brasileiro, já que há dados consistentes de 30 anos colhidos na Estação de Abunã e de 40 anos de observação na Estação de Porto Velho.

As respostas do empreendedor mostram o quanto não havia preocupação em não atender ao órgão licenciador justamente porque havia o respaldo do Estado e a licença era uma questão de tempo. O IBAMA em dado momento questionou, conforme a Lei 6938/1981 e Resoluções CONAMA alternativa locacional, por conta da análise de um consultor, que havia verificado a possibilidade de outro local, para a construção. Ao passo que o MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, por meio da SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO e do Departamento de Planejamento Energético em defesa do projeto expediu a NOTA TÉCNICA, em 26 de março de 2007:

ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS E LOCACIONAIS

O planejamento do setor elétrico, atribuição do Ministério de Minas e Energia para atendimento ao crescimento sustentável das necessidades de energia elétrica do país, e realizado levando em conta todas as opções tecnológicas e locacionais de geração disponíveis, os condicionantes socioambientais e de usos múltiplos da água, os respectivos custos, tanto de investimento como de geração, além de aspectos estratégicos ligados a dependência externa dos insumos para geração. Mercê do elevado potencial hídrico brasileiro, que se constitui em importante vantagem competitiva frente as demais fontes de geração em termos de custos e externalidades ambientais, esta fonte é a referência para a expansão do parque gerador nacional.

Neste sentido, deve-se mencionar a preocupação com o rigorismo técnico com que este Ministério trata a questão do planejamento energético, por meio de sua Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético – SPE e da Empresa de Pesquisas Energéticas – EPE, criada recentemente para realizar os estudos que subsidiam os seus principais documentos, tais como: Plano Decenal de Energia, Matriz Energética, Plano Nacional de Energia de Longo Prazo e Balanço Energético. Assim, não parece legítimo colocar em discussão as questões relativas ao planejamento energético fora do âmbito institucional adequado. (MME, 2007).

O Ofício nº 270/2007 – DILIC/IBAMA, de 03/05/2007, endereçado ao Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético, MÁRCIO PEREIRA ZIMMERMANN, dava conta do recebimento de uma Minuta de Relatório, em língua inglesa, cuja tradução juramentada demanda muito tempo. A “cooperação” era tão visível que enviaram um relatório dessa envergadura em inglês. Note as colocações do técnico do IBAMA e compare com o ocorrido no leilão da UHE Jirau, cujo vencedor apresentou uma proposta de alteração locacional e justamente por causa da economia em termos de construção, além de menor impacto ambiental, venceu o leilão.

Confirmo o recebimento em 09 de março de 2007 da Minuta de Relatório, em língua Inglesa, do “Estudo de Gestão de Sedimentos e Hidráulica” elaborado pelo consultor independente Sultan Alam contratado pelo Ministério de Minas e Energia.

Informo que o referido relatório foi considerado na análise dos empreendimentos como consulta bibliográfica, contudo pelo fato de não se encontrar em português foi contratado, por este Instituto, tradução juramentada para que possa ser juntado ao processo de licenciamento.

Solicito informação sobre o encaminhamento deste Ministério de Minas e Energia quanto a proposição do consultor Sultan Alam de forte recomendação de alterações importantes no conceito e layout do projeto que segundo ele permitiriam a melhoria do conceito de projeto, economia de custo e redução do tempo de construção podendo diminuir em 1 (um) Km a largura total da barragem, uma vez que mudanças no arranjo das usinas podem trazer reflexos ambientais.

O estudo realizado pelo consultor Sultan Alam diverge em metodologia e prognóstico do Estudo de Impacto Ambiental, portanto, solicito a este Ministério de Minas e Energia, que viabilize o envio e resposta do consultor Sultan Alam as perguntas elaboradas na INFORMAÇÃO TÉCNICA nº 17/2007 - COHID/CGENE/DILIC/IBAMA de 12 de abril de 2007 no intuito de subsidiar as próximas etapas do processo de licenciamento.

No âmbito do Estado não é possível receber um documento em inglês sem a devida tradução juramentada. Um passo adiante, vejamos o estudo do indiano referido, o mesmo fez sugestões de alterações locacionais, que haviam sido solicitadas, de modo incisivo pelo órgão licenciador, refutada a possibilidade o Ministério de Minas e Energia, como pudemos observar, se negou veementemente a tentar dar as respostas aos questionamentos do IBAMA, desobedecendo incessantemente evidenciando a ausência de preocupação concreta com os impactos sociais, destarte todo o histórico das UHEs, o modo de sua implantação não mudou do desenvolvimentismo da era Vargas, na redemocratização, no ambiente público e agora no ambiente privado travestido de público-privado. Até aqui, por esse simples esboço, percebemos os perigos a que estamos sujeitos. com tomadas de decisão intempestivas que negligenciam os riscos futuros em detrimento dos ganhos a médio prazo.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A participação das ONG's no licenciamento das usinas do Madeira.

O quadro a seguir mostra as instituições, tipologia e a categoria dentre aquelas do IBGE.

Quadro 01: Caracterização das instituições estudadas.

Ordem	Crítérios	Instituição	Criação (CNPJ/ declarado)	Tipologia declarada	Legalmente constituído (CNPJ)
1	2	<u>Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)</u>	1991	Movimento Social	Não
2	4	Conselho das Associações e Cooperativas do Médio e Baixo Madeira e Entornos (CONACOBAM)	2006	Conselho de Cooperativas	08.420.276/000 1-30
3	1	Centro de Estudos da Cultura e Do Meio Ambiente (RIOTERRA)	1999	OSCIP	03.721.311/000 1-38
4	1	Associação de Defesa Etno-Ambiental (Kanindé)	1992	OSCIP	63.762.884/000 1-31
5	5	Cooperativa de Produtores e Extrativistas da Bacia do Rio Madeira (COOPEBRIMA)	?	Cooperativa	
6	2	Federação Rondoniense de Mulheres	1996	Organização Civil de Defesa dos Direitos Sociais	01.173.906/000 1-70
7	3	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Candeias do Jamari	1992	Sindicato	63.762.165/000 1-10
8	5	Associação de Extrativistas e Pescadores de São Carlos - AEPSC	?	Cooperativa	Não encontrada.
9	1	WWF Brasil (Worldwide Wildlife Fund no Brasil)	1996	ONG	26.990.192/000 1-14
10	6	Rede GTA Grupo de Trabalho Amazônico	1992		37.113.842/000 1-60
11	1	Comissão Pastoral da Terra (CPT)	1978	Vinculada à CNBB	Sim. Possui CNPJ como filial da Pastoral Nacional.
12	6	ONG Pedra Bonita	?	ONG	Não foi encontrada, para responder.
13	1	CPPT - Centro de Pesquisas Populações Tradicionais Cuniã	1993	ONG	63.763.262/000 1-28
14	2	Fórum Popular da Mulher	1992		Não possui CNPJ, mas está buscando se legalizar.
15	2	Associação dos Povos Karitiana	?		
16	5	Organização dos Seringueiros de Rondônia	?	Cooperativa	
17	1	Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua.	?	ONG	Não foi encontrado CNPJ para MNMMR em

Ordem	Critérios	Instituição	Criação (CNPJ/ declarado)	Tipologia declarada	Legalmente constituído (CNPJ)
					Rondônia, mas em todos as cidades é legalizado.
18	4	Federação da Indústria – FIERO.	1986	Sindicato	14.661.557/000 1-88
19	4	FECOMERCIO ACRE.	1990	Sindicato	63.589.881/000 1-48
20	4	FECOMERCIO PARÁ.	1949	Sindicato	04.135.729/000 1-26
21	4	FECOMERCIO RONDÔNIA.	1983	Sindicato	04.919.148/000 1-85
22	4	FECOMERCIO MARANHÃO.	1953	Sindicato	06.052.757/000 1-05
23	4	FECOMERCIO AMAPÁ.	1991	Sindicato	34.872.127/000 1-12
24	1	Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (REBRIP).	2001	Rede de organizações	Não encontrado CNPJ.
25	1	<u>FIPM - Forum Independente Popular do Madeira.</u>	2006	Movimento Social	Não encontrado CNPJ.
26	1	CasaNAT - Núcleo Amigos da Terra/Brasil.	1964	OSCIP	92.962.026/000 1-39
27	1	EcoTerra Brasil.	1999	ONG	
28	2	Resistência Urbana.	?	Movimento Social	?
29	2	Coletivo Jovem pela Sustentabilidade de Rondônia.	?	Movimento Social	Não
30	1	Instituto Índia Amazônia.	2007	OSCIP	08.621.817/000 1-99
31	2	Abada Capoeira.	?	Entidade sem fins lucrativos	
32	2	Movimento Hip Hop da Floresta.	?	Movimento Social	Não
33	1	IMV – Instituto Rio Madeira Vivo.	2006	OSCIP	08.332.420/000 1-87
34	4	APPRO - Associação dos Produtores Rurais de RO.	2011		13.514.040/000 1-01
35	3	<u>ADUNIR – Associação de Professores da UNIR</u>	1987	Sindicato	15.883.671/000 1-15
36	1	FIPM - Forum Independente Popular do Madeira.	?	?	
37	4	Comitê Estadual de Recursos Minerais.	?		
38	1	<u>CASA - Centro de Apoio Socioambiental.</u>	2006	?	08.053.735/000 1-95
39	1	ECOIA - ECOIA - Ecologia e Ação (Rios Vivos).	1989	ONG	33.120.577/000 1-96
40	1	IRN International Rivers Networks	1985	ONG Internacional	Sim
41	1	Amigos da Terra Amazônia Brasileira	1989	OSCIP	Sim
42	1	FOBOMADE - Foro Boliviano sobre Medio Ambiente y Desarrollo	?	Estrangeira sem informação	Não

Ordem	Crêterios	Instituição	Criação (CNPJ/ declarado)	Tipologia declarada	Legalmente constituído (CNPJ)
43	1	BICUSA - Bank Information Center (BIC in English)	1987	Estrangeira sem informação	Não
44	1	Greenpeace	1992	ONG	Sim
45	1	CIMI - Conselho Indigenista Missionário.	1972	Vinculada � CNBB	
46	1	Instituto ECOD – Ecodesenvolvimento.	2008	ONG	10.643.315/000 1-00
47	1	Ecodebate	2005	Projeto sem fins lucrativos	56.798.390/000 1-41
48	1	Envolverd	1995	Não � sem fins lucrativos - M�dia	08.694.758/000 1-89
49	1	ONG Arirambas	2006	ONG	Não foi encontrado CNPJ
50	4	Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Rondônia	1990	Sindicato	34.737.320/000 1-40
51	3	Federação dos Trabalhadores nas Indústrias nos Estados de Rondônia e Acre (FITRAC)	1996	Sindicato	01.395.285/000 1-70
52	4	Sindicato das Emissoras de Rádio e TV de Rondônia - SERTERO	2002	Sindicato	
53		Associação de Aliança	?		
54	4	<u>Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial do Estado do Amazonas - SINDARMA</u>	1935	Sindicato	
55	3	<u>Sindicato dos Engenheiros de Rondônia - SENGE</u>	1985	Sindicato	
56	6	Associação de Santa Catarina	?	Não foi encontrada	Não foi encontrado CNPJ
57	1	�gua � Vida	1998	ONG	02.742.816/000 1-16
58	6	Ensinar a Ensinar	?	Não foi encontrada	Não foi encontrado CNPJ
59	6	AMOP	?		
60	1	<u>IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia</u>	1995	ONG	Sim
61	1	<u>A EcoAg�ncia - Agência de notícias ambientais reconhecida nacionalmente</u>	2003	ONG	
62	1	<u>FBOMS - fórum brasileiro de ONGs e movimentos sociais para o meio ambiente.</u>	1990	Forum de ONGs	Não foi encontrado CNPJ
63	1	ATTAC - Associação pela Taxa��o das Transações Financeiras para a Ajuda aos Cidadãos.	?	ONG	Não foi encontrado CNPJ
64	1	Associação de Desenvolvimento da Agroecologia E Da Economia Solidaria Da	2005	ONG	07.437.104/000 1-07

Ordem	Crêterios	Institui����	Cria���� (CNPJ/ declarado)	Tipologia declarada	Legalmente constitu���� (CNPJ)
		Amaz���� Ocidental A���� - Ada A����			

Fonte: Elabora     Pr    , (ano 2012).

Segundo tais cr terios, 31 institui    s, ou seja, a metade, eram Institui    s Sociais e/ou Ambientais sem fins lucrativos; oito (12,9%) eram Movimento Social - Relativo ao meio ambiente ou social; cinco (8,1%) Organiza    s da Sociedade Civil cujo objeto difere do pesquisado (Associa    s profissionais); 11 (17,7%) Organiza    s da Sociedade Civil cujo objeto difere do pesquisado (Associa    s patronais); tr  s (4,8%) Trabalho Cooperativo - n  o    sem fim lucrativo; seis (9,7%) N  o foram identificadas, como demonstrado no quadro 02.

Quadro 02: Quantidade de Institui    s por cr terios

<i>Institui���� Cr�terio</i>	<i>Quant.</i>	<i>%</i>
1	31	50,0
2	8	12,9
3	5	8,1
4	11	17,7
5	3	4,8
6	6	9,7

Fonte: Elabora     Pr    , (ano 2012).

N  o participam as Institui    s: Cooperativa de Produtores e Extrativistas da Bacia do Rio Madeira (COOPEBRIMA); Associa     de Extrativistas e Pescadores de S  o Carlos – AEPSC; e Organiza     dos Seringueiros de Rond    nia, por serem com fins lucrativos.

Do total das 61 institui    s participantes do processo 48 participaram de pelo menos uma das Audi    ncias, demonstrando efetividade no processo. Na primeira audi    ncia em Jaci-Paran  ²² 25 institui    s; na segunda, em Porto Velho, 25 participantes; e na audi    ncia p  blica do Minist  rio P  blico do Estado de Rond    nia (MPE/RO), por meio da Procuradoria Geral de Justi  a, tamb  m em Porto Velho, o registro de sete institui    s.

A audi    ncia do MP, mostrou-se esvaziada, pela lista de presen  a, e pelo que se pode ver da ata, foi a mais bem preparada, por meio de um Termo de Compromisso, fez com que o Cons  rcio contratasse estudos complementares, para esclarecer d  vidas; e pelo pr  prio

22

Jaci-Paran      distrito de Porto Velho e j   recebeu impactos negativos da UHE SAMUEL e agora receber   os impactos das UHE do Madeira.

registro da ata, com 23 páginas de conteúdo.

Quadro 03: Participação por Audiência Pública.

	CRIT.	INSTITUIÇÃO	10/11/06 JP	11/11/06 PVH	27/11/06 MP
1	2	<u>Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)</u>	x	x	
2	4	Conselho das Associações e Cooperativas do Médio e Baixo Madeira e Entornos (CONACOBAM)		x	
3	1	Centro de Estudos da Cultura e Do Meio Ambiente (RIOTERRA)	x	x	
4	1	Associação de Defesa Etno-Ambiental (Kanindé)		x	
5	2	Federação Rondoniense de Mulheres		x	
6	3	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Candeias do Jamari		x	
7	1	WWF Brasil (Worldwide Wildlife Fund no Brasil)		x	
8	6	Rede GTA Grupo de Trabalho Amazônico		x	
9	1	Comissão Pastoral da Terra (CPT)		x	
10	6	ONG Pedra Bonita		x	
11	1	CPPT - Centro de Pesquisas Populações Tradicionais Cuniã		x	
12	2	Fórum Popular da Mulher		x	
13	2	Associação dos Povos Karitiana		x	
14	1	Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua	x	x	
15	4	Federação da Indústria - FIERO	x		
16	4	FECOMERCIO ACRE	x		
17	4	FECOMERCIO PARÁ	x		
18	4	FECOMERCIO RONDONIA	x		x
19	4	FECOMERCIO MARANHAO	x		
20	4	FECOMERCIO AMAPÁ	x		
21	1	Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (REBRIP)	x		
22	1	<u>FIPM - Forum Independente Popular do Madeira</u>	x		
23	1	CasaNAT - Núcleo Amigos da Terra/Brasil	x		
24	1	EcoTerra Brasil	x		
25	2	Resistência Urbana	x		
26	2	Coletivo Jovem pela Sustentabilidade de Rondônia	x		
27	1	Instituto Índia Amazônia	x		
28	2	Abada Capoeira	x		
29	2	Movimento Hip Hop da Floresta	x		
30	1	IMV – Instituto Rio Madeira Vivo	x		x
31	4	APPRO - Associação dos Produtores Rurais de RO			x
32	3	<u>ADUNIR – Associação de Professores da UNIR</u>			x
33	1	FIPM - Forum Independente Popular do Madeira			x
34	4	Comitê Estadual de Recursos Minerais			x
35	1	Amigos da Terra Amazônia Brasileira	x		
36	1	ONG Arirambas			x
37	3	Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Rondônia		x	
38	3	Federação dos Trabalhadores nas Indústrias nos Estados de Rondônia e Acre (FITRAC)	x	x	
39	4	Sindicato das Emissoras de Rádio e TV de Rondônia - SERTERO		x	
40	6	Associação de Aliança		x	
41	4	<u>Sindicato das Empresas de Navegação Fluvial do Estado do Amazonas - SINDARMA</u>		x	
42	3	<u>Sindicato dos Engenheiros de Rondônia - SENGE</u>	x	x	
43	6	Associação de Santa Catarina		x	
44	1	Água é Vida		x	
45	6	Ensinar a Ensinar		x	

	CRIT.	INSTITUIÇÃO	10/11/06 JP	11/11/06 PVH	27/11/06 MP
46	6	AMOP		x	
47	1	<u>IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia</u>	x	x	
48	1	ATTAC - Associação pela Taxação das Transações Financeiras para a Ajuda aos Cidadãos.	x		

Fonte: Elaboração Própria, (ano 2012).

O Quadro a seguir apresenta a quantidade de instituições presentes por critério nas Audiências Públicas, não cabe a contagem das 61 totais, porque poderiam estar presente em mais de uma Audiência. Em termos de presença, foram diminuindo em quantidade da primeira para a última.

Quadro 04: Participação por Audiência Pública por critério de estudo .

Distribuição da Presença	Jaci-Paraná 10/11/2006	Porto Velho 11/11/2006	PV (MPE/RO) 27/11/2006
ONG	11	8	3
Movimento Social	5	4	0
Sindical Profissionais	2	4	1
Sindical Patronal	6	3	3
Não foram identificadas	0	6	0

Fonte: Elaboração Própria, ano (2012).

Vejamos por atividade, quais eram as 31 instituições do critério um: Instituições Sociais e/ou Ambientais sem fins lucrativos; e das organizações que se intitulam ONGs, algumas têm CNPJ, outras não.

Tabela 5 - Instituições por atividade

Instituição	Tipologia Declarada	Legalmente Constituído (CNPJ)
Centro de Estudos da Cultura e Do Meio Ambiente (RIOTERRA)	OSCIP	03.721.311/0001-38
Associação de Defesa Etno-Ambiental (Kanindé)	OSCIP	63.762.884/0001-31
WWF Brasil (Worldwide Wildlife Fund no Brasil)	ONG	26.990.192/0001-14
Comissão Pastoral da Terra (CPT)	Vinculada à CNBB	Sim. Possui CNPJ como filial da Pastoral Nacional.
CPPT - Centro de Pesquisas Populações Tradicionais Cuniã	ONG	63.763.262/0001-28
Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua	ONG	Não foi encontrado CNPJ para MNMMR em Rondônia, mas em todos as cidades é legalizado.
Rede Brasileira Pela Integração dos Povos (REBRIP)	Rede de organizações	Não foi encontrado CNPJ.
<u>FIPM - Forum Independente Popular do Madeira</u>	Movimento Social	Não foi encontrado CNPJ.
CasaNAT - Núcleo Amigos da Terra/Brasil	OSCIP	92.962.026/0001-39
EcoTerra Brasil	ONG	
Instituto Índia Amazônia	OSCIP	08.621.817/0001-99
IMV – Instituto Rio Madeira Vivo	OSCIP	08.332.420/0001-87
FIPM - Forum Independente Popular do Madeira	?	
<u>CASA - Centro de Apoio Socio-Ambiental</u>	?	08.053.735/0001-95

Instituição	Tipologia Declarada	Legalmente Constituído (CNPJ)
ECOIA - ECOIA - Ecologia e Ação (Rios Vivos)	ONG	33.120.577/0001-96
IRN International Rivers Networks	ONG Internacional	Sim
Amigos da Terra Amazônia Brasileira	OSCIP	Sim
FOBOMADE - Foro Boliviano sobre Medio Ambiente y Desarrollo	Estrangeira sem informação	Não
BICUSA - Bank Information Center (BIC in English)	Estrangeira sem informação	Não
Greenpeace	ONG	Sim
CIMI - Conselho Indigenista Missionário	Vinculada à CNBB	
Instituto ECOD - Ecodesenvolvimento	ONG	10.643.315/0001-00
Ecodebate	Projeto sem fins lucrativos	56.798.390/0001-41
Envolverd	Não é sem fins lucrativos - Mídia	08.694.758/0001-89
ONG Arirambas	ONG	Não foi encontrado CNPJ
Água é Vida	ONG	02.742.816/0001-16
<u>IPAM - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia</u>	ONG	Sim
<u>A EcoAgência - Agência de notícias ambientais reconhecida nacionalmente</u>	ONG	
<u>FBOMS - fórum brasileiro de ONGs e movimentos sociais para o meio ambiente.</u>	Forum de ONGs	Não foi encontrado CNPJ
ATTAC - Associação pela Taxação das Transações Financeiras para a Ajuda aos Cidadãos.	ONG	Não foi encontrado CNPJ
<u>Associação de Desenvolvimento da Agroecologia e da Economia Solidária da Amazônia Ocidental Açaí - Ada Açaí</u>	ONG	07.437.104/0001-07

Fonte: *IELaboração Própria (2012).*

Quanto à legalidade, nota-se que algumas entidades se autodenominam ONG e movimento social ao mesmo tempo, sem ter o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica. Questionado por e-mail o Coletivo Jovem de Rondônia, já em outra gestão diferente da que atuou no processo de licenciamento - característica comum aos movimentos sociais de juventude – respondeu dizendo que optaram por não terem CNPJ por uma questão ideológica de manutenção da independência. Sem CNPJ os movimentos sociais não conseguem ter sequer página na internet recorrendo aos blogs. O Blog Sociedad Peatonal Mobilidade Urbana Sustentável²³ traz informações importantes a esse respeito da não adoção do CNPJ, mas a autodenominação de ONG com matéria “ONG sim, CNPJ não”.

Temos estatutos – inclusive registrados em cartório de títulos e documentos. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – o CNPJ – não temos. Isso é para fins fiscais e como Terceiro Setor, somos alternativos, não desejamos “fins fiscais”. Até poderia ser interessante a entrada de “recursos financeiros” (grana) para que a SP pudesse realizar mais do que já faz, mas, isso implica em ser uma empresa e não mais uma organização. (Sociedad Peatonal – Mobilidade Urbana Sustentável, 2010)

Então por esse mesmo motivo não encontramos CNPJ entre todos aqueles que se

23

Ver <http://sociedadpeatonal.blogspot.com.br/2010/07/ong-sim-cnpj-nao.html>.

compreendem ONG. Das 31 instituições, que se reconhecem como ONG, 19 possuíam CNPJ e 12 não possuíam. Organização Não Governamental, porém, não existe na legislação brasileira, como dito, o chamado Terceiro Setor no Brasil, quase todo se registra como OSCIP. Por esse motivo encontramos ONG com CNPJ e ONG sem, que não devem ser confundidas com os movimentos sociais tradicionais ligados à luta de classe, porque como já vimos, essas entidades não são fruto da relação classista, relativamente ao trabalho, mas são outro formato de organização da sociedade civil, na esteira da dinâmica do capitalismo na reflexividade da Modernidade, que buscam, entre outras contribuições, participar nas escolhas dos governantes.

A revisão literária nos mostra, que a redemocratização, a partir da Constituição de 1988, favoreceu o surgimento das organizações sociais civis, assim a partir dos 1990 houve crescimento na área. Conforme a FASFIL 2005, no período observado, 2002 – 2005, houve um acréscimo de 22,6% no número de associações e fundações sem fins lucrativos no Brasil, que passaram de 275,9 mil em 2002 para 338,2 mil em 2005. Das 61 que participaram no licenciamento do Madeira, conseguimos apurar o ano de 46:

Anterior a 1990 exclusive –	14
Anos 1990 – inclusive –	19
Anos 2000 –	13

Especificamente, no período de 2005 a 2007 encontramos nove instituições:

1. Conselho das Associações e Cooperativas do Médio e Baixo Madeira e Entornos (CONACOBAM) 2006;
2. FIPM - Forum Independente Popular do Madeira 2006;
3. Instituto Índia Amazônia 2007;
4. IMV – Instituto Madeira Vivo 2006;
5. CASA – Centro de Apoio Socioambiental 2006;
6. Instituto ECOD Ecodesenvolvimento 2008;
7. Ecodebate 2005;
8. ONG Arirambas 2006;
9. Associação de Desenvolvimento da Agroecologia e da Economia Solidaria da Amazônia Ocidental Açaí - Ada Açaí 2005.

Dentre as quais de Rondônia temos seis:

10. Conselho das Associações e Cooperativas do Médio e Baixo Madeira e Entornos (CONACOBAM) 2006;
11. FIPM - Forum Independente Popular do Madeira 2006;
12. Instituto Índia Amazônia 2007;
13. IMV – Instituto Madeira Vivo 2006;
14. ONG Arirambas 2006;

15. Associação de Desenvolvimento da Agroecologia e da Economia Solidaria da Amazônia Ocidental Açaí - Ada Açaí 2005.

Pode-se dizer que as principais OSCIP são bem antigas a exceção do IMV, que foi formalizado em pleno licenciamento, com apoio do Fundo CASA em 2006, do Instituto Índia Amazônia 2007 e da ONG Arirambas 2006, as outras instituições são anteriores ao processo.

Dando suporte as ONGs, que participaram das Audiências Públicas estavam outras fomentando essa participação financeiramente, a exemplo do CASA – Centro de Apoio Socioambiental. Embora conste em Ata de Audiência Pública de Jaci-Paraná, no dia 10/11/2006, na verdade figurava junto a outras ONGs. O objetivo principal da instituição, segundo relatório quinquênio 2005-2010:

um fundo socioambiental na realidade, é resultado do trabalho de toda uma vida, ou melhor, de muitas vidas, que se uniram com a mesma determinação: apoiar organizações e grupos comunitários idôneos com garra e boas ideias, mas invisíveis aos olhos da sociedade, na sua luta pelo fortalecimento da democracia, onde justiça social e proteção ambiental se encontram. (Relatório CASA 2005-2010 p. 3)

O apoio do CASA se deu por meio de contribuição financeira para confecção de materiais e campanhas explicativas relativas aos impactos negativos de barragens e também ao fomento de ONGs locais:

O apoio do CASA, por meio de pequenas doações, foi de fundamental importância para a constituição de ao menos duas organizações nessa região: o Instituto Madeira Vivo – IMV, e a ONG Arirambas, que receberam aportes iniciais para se constituírem legalmente e se capacitarem na captação e gerência de recursos próprios para realização de projetos.

Além da constituição do Instituto Madeira Vivo e da ONG Arirambas o CASA também contribuiu para a organização de um núcleo do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, em Porto Velho/RO, voltado especificamente para o Complexo do Madeira. O objetivo principal dessas organizações, juntamente com o FOBOMADE – Foro Boliviano sobre Médio Ambiente y Desarrollo, de La Paz, Bolívia, era o de intervir no processo de construção das usinas hidrelétricas de Jirau e de Santo Antônio, denunciando os impactos ambientais e sociais das obras sobre as famílias ribeirinhas, comunidades rurais e indígenas afetadas.

Essas ações contribuíram efetivamente para criar e fortalecer capacidades locais, individuais e coletivas, de resistência e enfrentamento dos agentes públicos e privados responsáveis pelo Complexo do Madeira. Permitiram a constituição de um núcleo crítico e independente que pode dar visibilidade ao processo que se está instalando no Alto Rio Madeira.

Possibilitaram ainda o amadurecimento de parte dos movimentos e organizações para

atuarem naquele momento em que as barragens e hidrelétricas estavam sendo instaladas, intermediando negociações de reassentamento das famílias, reivindicando ações compensatórias, criando novas perspectivas de geração de renda e economia sustentável.

É importante salientar que o próprio Fundo CASA atua em rede internacional por meio de parceiros como a Fundação Interamericana, o Both Ends, Blue Moon Fund, IUCN, dentre outras que apoiam financeiramente. Encontrou-se alguns documentos e materiais publicados fazendo referência ao CASA, como por exemplo a Cartilha da “Campanha Popular viva o Rio Madeira Vivo” financiada pelo mesmo, pelo International Rivers Network (IRN), pela Global Greengrants Fund e realizada pelas seguintes instituições:

- FOREN - Fórum de debates sobre energia de Rondônia.
- GPERS - Grupo de Pesquisa em Energia Renovável e Sustentável da Unir
- KANINDÉ - Associação de Defesa Etno-Ambiental.
- GTA - Grupo de trabalho Amazônico
- MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
- CIMI - Conselho Indigenista Missionário
- CPT - Comissão Pastoral da Terra
- OSR - Organização dos Seringueiros de Rondônia
- RIOTERRA- Centro de Pesquisas Subaquáticas da Amazônia
- GT ENERGIA/ FBOMS - Fórum Brasileiro de Organizações Não-Governamentais e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento GT/ ÁGUA
- REBRIP

O material da pesquisa encontrado, como folders, cartilhas utilizados nas mobilizações durante o processo de licenciamento das usinas do Madeira, demonstra que as apoiadoras financeiras se repetem em todas as ações; o que combinado às informações disponíveis nos sites institucionais nos países de origem dessas entidades corrobora, que se trata de uma rede internacional de apoio a projetos ambientais e sociais no mundo, mas observamos que, especificamente na América Latina, reportam-se, sobretudo, à Amazônia brasileira em atividades e projetos de fortalecimento das ações comunitárias, das ações relativas às populações tradicionais quanto à manutenção dos seus modos de vida e quanto à preservação ambiental.

A pesquisa das organizações não governamentais situa-se no bojo da transformação, que as formas de organização social vêm experimentando ao longo do tempo e, especificamente, no Brasil, a partir da redemocratização. Os contratualistas no esforço de explicar a transferência de poder do indivíduo para o Estado, com os pensamentos de Rousseau, nos mostram que, sendo o homem um ser que evolui, a sociedade, composta por homens, também evolui. Não no sentido linear, ou que sejam etapas a seguir, como as cinco etapas do desenvolvimento, mas no sentido da busca de novos modos de vida, mais de acordo

com o alargamento do que seja o bem-estar social. E caminhamos, para o que Rousseau nos convida a reflexão: o Eu Coletivo, buscando mais espaço, para tratar de temas importantes para todos. O estudo sobre a origem da democracia nos mostra, que democracia, representação e participação, não são conceitos estanque, mas em constante movimento. As instituições sociais vêm nesse crescente de “construção conjunta” e ao contrário do que os movimentos sociais temiam é justamente esse aparente enfraquecimento do Estado, que fortalece a Sociedade. Não no sentido da desregulamentação, que no caso da área da energia foi um grande fosso, a partir das privatizações dos anos 1990, que ainda vem sendo preenchido com a criação da Empresa de Pesquisa Energética e outras instituições, para tentar reestruturar o Setor. E sim no sentido de ampliar os espaços para debates e as formas de participação. As teorias da modernização reflexiva e da sociedade de risco nos ajudam a compreender melhor essa questão.

Entendemos que os impactos socioambientais, da utilização em larga escala dos recursos naturais, não estão circunscritos a um local e alcançam todo o globo, de modo que hoje os movimentos sociais não estão mais sozinhos nas negatividades de grandes projetos. O que antes se limitava a relações de classe, no sentido do trabalho, hoje envolve proprietários e despossuídos, porque o capital aliado a tecnologia chegou num ponto que todos, talvez em graus diferentes, sofrem as negatividades do capital.

O Terceiro Setor, também em constante mutação, é um conjunto de instituições que pensa e trabalha a coletividade, desde a filantropia, passando pelas pesquisas alternativas à ciência a serviço do mercado, até instituições do próprio capital, ou do Mercado, que tendo em vista os riscos de suas atividades, as consequências das suas atividades, vem criando fundações e instituições, para tentar obedecer às leis e obter o aval social, inclusive de seus pares, porque os riscos do capital hoje impactam o próprio capital. Assim, as ONG são parte do Terceiro Setor, mas não são as únicas. No licenciamento do Madeira, por exemplo, vimos a presença desde as Federações do Comércio dos estados vizinhos, como as classistas patronais e de funcionários, como os movimentos sociais formalizados ou não. No passado, o movimento de atingidos por barragens teve o apoio das Comissões Pastorais e dos Sindicatos, hoje a construção desses empreendimentos, que trazem grandes riscos, agrega outras organizações preocupadas com a temática socioambiental.

CONCLUSÃO

Na questão da Energia, importante registrar, que o estudo evidenciou, que a área da energia acredita, que a construção de hidrelétricas é a forma mais barata e limpa de geração, o que muitos pensadores discordam, significa dizer que outros projetos virão, mas não foi objeto desse estudo, ficando para outra oportunidade.

As audiências públicas das usinas do Madeira mostraram-se pouco efetivas para analisar os impactos da construção, seja na fase pré, seja na pós, ou seja, foram consultivas. Entretanto, são esses os espaços disponíveis e se não são o suficiente há necessidade da sociedade se posicionar para ampliar esses espaços de discussão, inclusive para momentos anteriores ao licenciamento. Assuntos dessa envergadura não podem mais ficar restritos nas mãos de um núcleo decisório, sob pena de afetar a vida das gerações futuras, indo de encontro à Constituição Federal.

A decisão de construção das UHE's do Madeira foi política e não técnica, porque se assim fosse muitas partes deveriam ser refeitas, desde o EIA/RIMA, até a LO. Como explicitado durante o trabalho, o IBAMA promulgou pareceres contrários à emissão da Licença Prévia e demissões ocorreram em vários escalões representando a decisão a proeminência da decisão política. Um dos pontos de controvérsia foram os sedimentos, foram realizados e demonstrados a falta de conhecimento e de necessidade de realização de mais estudos, tais como: do próprio Consórcio, do Terceiro Setor, dos contratados, do Ministério de Minas e Energia

Outra questão importante para refletir, alude a escolha dos empreendimentos. Ela não tem a ver com os impactos ambientais, se tivesse o Ministério de Minas e Energia não teria respondido ao IBAMA, que esse não é um assunto do qual o licenciador deva questionar, mas, é específico do MME. Então, saber em que momento são escolhidos os empreendimentos e qual o critério é sim uma importante reflexão, para a sociedade que deseja intervir. Como dito, a ANEEL lança um inventário dos aproveitamentos dos cursos d'água e os empresários interessados pedem autorização, para estudar a possibilidade do investimento. Quando chega na fase do licenciamento "a escolha já foi feita", o licenciamento passa a ser uma questão protocolar, para o Mercado e para o Estado, defensores de um desenvolvimento predador, mentalidade que segue, no mínimo, desde os anos 1960. A única mudança foi o Leilão de Concessão passar a ser feito apenas após o licenciamento ambiental, isso não por conta dos riscos socioambientais, mas dos riscos do empreendedor.

Os grandes aproveitamentos hoje são na Amazônia e como vimos pelo caso do Madeira, nossas cidades não estão preparadas para dialogar com as empresas. Na verdade, os governantes, quer municipais, quer estaduais na expectativa dos altos investimentos, tendem a agir com excessiva cordialidade, sem as críticas necessárias. Não encontramos no estudo, organizações sem fins lucrativos que pensem, especificamente, a questão da energia, sobretudo, em Rondônia. Dessa forma, podemos dizer que é preciso que a sociedade reflita a respeito do planejamento da geração da energia no Brasil, que hoje é pensada num grupo muito restrito, de intelectuais do próprio Mercado e com interesses imediatos muitas vezes diversos da coletividade.

Pode-se inferir, a partir deste estudo, que a participação das ONG's no processo de licenciamento de uma UHE é importante para demonstrar que a sociedade está atenta aos danos que podem ser causados pelos empreendimentos. Entretanto, apenas essa participação não impede que a decisão política seja imposta. Ainda, podemos afirmar que se não houvesse a participação de ONG's os impactos poderiam ser muito maiores.

Por outro lado, atestamos que a decisão política não respeita a legislação e, tampouco, as Instituições responsáveis pela sua aplicação, desmerecendo-as e colocando-as em situação de vulnerabilidade institucional.

No que tange aos empreendedores, podemos dizer que são participes das decisões políticas. Assim, se utilizam de todas as ferramentas disponíveis para fazerem valer os seus interesses e que por questões táticas não se utilizam deste argumento, mas sobremaneira três outros: a sociedade necessita daquela eletricidade potencial, a obra trará desenvolvimento para a região e para o País, caso aquele empreendimento não seja construído outros deverão sê-lo com uso de fontes sujas.

Todas as afirmativas podem ser refutadas, desde a decisão política, desde aqueles argumentos de que a sociedade necessita da eletricidade. Entretanto, ainda somos uma sociedade pouco conscientizada e que não tem informações do que pode gerar danos irreversíveis ao território. Os governos e o capital fazem um uso competente de ferramentas de propaganda e outras para diminuir as influências que as ONG's tem nos processos de influência.

Como fechamento, os dados e as informações prospectadas podem e devem continuar a serem estudadas, sobretudo, os impactos ambientais e sociais apresentados pelas ONG's cotejando com aqueles que efetivamente ocorrerão no Madeira.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA BRASIL. **Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim**. 02/11/2007. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/10/19/materia.2007-10-19.7107889370/view>. Acessado em 20/08/2008.
- AGÊNCIA BRASIL. **Alexandre Kemenes, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa)**. Agência Brasil – 02/12/2007. Acessado em 20/08/2008. <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/10/19/materia.2007-10-19.7107889370/view>
- AGÊNCIA BRASIL. **Usina de Balbina é dez vezes pior para efeito estufa que termelétrica, estima pesquisador**. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2007-11-02/usina-de-balbina-e-dez-vezes-pior-para-efeito-estufa-que-termeletrica-estima-pesquisador>. Acessado em 20/08/2008.
- AGÊNCIA BRASIL. **Hidrelétricas do Rio Madeira serão "vedetes" dos próximos leilões, diz Tolmasquim**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2006-03-14/hidreletricas-do-rio-madeira-serao-vedetes-dos-proximos-leiloes-diz-tolmasquim>>. Acesso em: 20 dez. 2006.
- AGÊNCIA BRASIL. INPA. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2007/10/19/materia.2007-10-19.7107889370/view>. Acessado em 20/08/2008.
- ALVERGA, C. F. R. P (2003) **Democracia representativa e democracia participativa no pensamento político de Locke e Rousseau**. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1710/1/2003_CarlosFredericoRubinoPolarideAlverga.pdf. Acessado em: janeiro/2013.
- AMIGOS DA TERRA AMAZÔNIA E ECOA. **O maior tributário do rio Amazonas Ameaçado**. Disponível em: http://www.riosvivos.org.br/downloads/rio_madeira_portugues.pdf. Acessado em janeiro/2013.
- BECK, U. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Ed. 34, 2010.
- BERMANN, Célio. (2001) **Hidrelétricas: águas para a vida, não para a morte**. Revista Tempo e Presença, Rio de Janeiro, v. 23, n. maio/junho, p. 14-17.
- CARDOSO, Fernando H. e FALETTTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970.
- CARDOSO, R. **Fortalecimento da Sociedade Civil**. In 3º Setor: Desenvolvimento Social Sustentado. IOSCHPE, E. B. (Org). São Paulo: Paz e Terra.
- CASTRO, Nivalde J. e FERNANDEZ, Paulo Cesar. (2007) **A Reestruturação do setor elétrico brasileiro: Passado, presente e tendências futuras**. XIX SINPTEE – Seminário Nacional de Produção de Transmissão de Energia Elétrica. Rio de Janeiro, 14 -17 de outubro de 2007.
- CEDES. **Perfil das Entidades Associadas à Rede de Informações do Terceiro Setor no Brasil - RITS**. Disponível em: <http://www.cis.puc-rio.br/cis/cedes/PDF/cadernos/cadernos%2010%20-%20rits.pdf>. Acessado em: Janeiro/2013.
- COELHO, S. C. T. **Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. São Paulo: Senac, 2000.
- COHEN, J. L. **Sociedade Civil e Globalização: Repensando Categorias**. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 3, 2003, pp. 419 a 459.
- DAGNINO, Evelina. (2004) **Sociedade Civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** MATOS, Daniel. (Coord.), Políticas de Ciudadanía e Sociedad Civil em Tiempos de Globalización. Caracas: Faces, Universidade Central da Venezuela, pp. 95-100.
- DANTAS, G. de A. (2006) **A Construção de Hidrelétricas na Região Amazônica e o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em:

http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/biblioteca/0806_Dantas_ConstrucaoHidreletricas.pdf. Acessado em Janeiro/2007.

ESTADÃO. **Licenças comprometem viabilidade de leilão de usinas**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,licencas-comprometem-viabilidade-de-leilao-de-usinas,75285,0.htm>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

FEIJÓ, M. C. A Democracia Grega. Coleção O Cotidiano da História. São Paulo: Ática, 1993.
FERRAREZI, E. R. **A reforma do marco legal do terceiro setor no Brasil: a criação da Lei das OSCIP (lei 9.790/99)**. 308 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FOLHA DE S. PAULO. (2006) **Os riscos de um apagão**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/ult4120u7.shtml> Acessado em: 07 Fev. 2012.

FOLHA DE S. PAULO. (2010) **Frota de veículos cresce mais onde há menos dinheiro**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0702201015.htm> Acessado em: 07 Fev. 2012.

FOLHA DE SÃO PAULO (2007). **ONG tenta barrar leilão de usina no Madeira**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0712200730.htm> Acessado em: Junho/2011.

FOLHA DE SÃO PAULO. (2008) **Projeto original põe usina em risco, diz Suez**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1308200818.htm> Acessado em: 31/01/2013.

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A. E CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A. Complexo Madeira – AHEs Santo Antônio e Jirau / Respostas às Perguntas Apresentadas pelo IBAMA no âmbito do Processo de Licenciamento Ambiental do Complexo Madeira - Informações Técnicas N°17, 19 e 20/2007/COHID/CGENE/DILIC/IBAMA - Maio/2007

G1.COM. **Furnas vê risco na opção por térmicas se Madeira atrasar**. Disponível em: <http://g1.globo.com/noticias/politica/0,,aa1526462-5601,00-furnas+ve+risco+na+opcao+por+termicas+se+madeira+atrasar.html>. Acessado em: Janeiro/2012.

G1.COM. **Junho é limite para hidrelétricas em RO. Informação é do presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim. Se complexo não sair, alternativas são usinas a carvão e a óleo**. Disponível em: <http://g1.globo.com/noticias/politica/0,,mul34562-5601,00-junho+e+limite+para+hidreletricas+em+ro.html>. Acessado em 30 Jan. 2012.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.

GOMES, E. **Regional para Concursos e Vestibulares**. Porto Velho: Mundial, 2008.

HOBBS, T. **Leviatã: ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico civil**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. Cap. XVIII p. 78-89 (Os Pensadores). Mimeo.

IBAMA LICENÇA PRÉVIA 251/2007 – Relativa aos aproveitamentos hidrelétricos do Complexo do Madeira.

----- Termo de Referência - Para Elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e o Respectivo Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA Aproveitamentos Hidrelétricos no Rio Madeira AHE Santo Antônio e AHE Jirau e Sistema de Transmissão Associado. Setembro/2004.

----- Informação Técnica nº 17/2007 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 12/04/2007.

----- Nota Informativa nº 10/2006 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA: AHEs Santo Antônio e Jirau - Complexo Hidrelétrico do rio Madeira. Nov/2006

IBGE. **As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil 2005 – FASFIL**. Estudos e Pesquisas Informação Econômica número 8. MPO/IBGE.: Rio de Janeiro, 2008.

JAGUARIBE, H. **A Democracia Grega** (Org.) Brasília: UNB, 1982.

- KIRCHNER, C. A. R. **Malogro no setor elétrico: retrospecto do processo de mercantilização da energia a partir dos anos 90**. São Paulo: Edições SEESP, 2007.
- MIRANDA, Z. A. I. de. **Licenciamento de Grandes Barragens para fins Energéticos: o Processo de Tomada de Decisão e o Princípio da Precaução**. III Encontro da ANPPAS. 23 a 26 de maio de 2006. Brasília-DF.
- MORET, A. S. Campanha Popular Viva o Rio Madeira Vivo (cartilha). FOREN Fórum de Debates Sobre Energia de Rondônia. Porto Velho, 2005.
- MORET, A.S. e SILVA, L.L.C. **Quem Planeja de Fato a Geração de Energia no Brasil?** VIII Congresso de Planejamento Energético da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético. Curitiba. 2012. ISBN 978-85-65931-007.
- NEIVA BRITO, João Luiz e BRITO, Hélio. (2005) **Tocantins Rio Afogado** – Documentário Série DOCTV do Ministério da Cultura.
- NOBREGA, R. da S.. A luta anti-barragem em Rondônia: o caso dos Arara e dos Gavião. In **CONFLITOS SOCIAIS NO “COMPLEXO MADEIRA”** ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. (org.) Manaus: UEA, 2009.
- O GLOBO. **Licenciamento de usinas do rio Madeira chega à 'reta final'**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/licenciamento-de-usinas-do-rio-madeira-chega-reta-final-4185985>. Acessado em: 30 Jan. 2013.
- O GLOBO. **Rio Madeira: WWF acha licenciamento prematuro**. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/blogs/amazonia/posts/2007/07/10/rio-madeira-wwf-acha-licenciamento-prematuro-65292.asp>. Acessado em: 30 Jan. 2013.
- OAB-SP. **OS, OSCIP: Cartilha Terceiro Setor**. (2006). Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/comissoes2010/direito-terceiro-setor/cartilhas/os.pdf> Acessado em: Janeiro/2013.
- OLIVEIRA, I. A. R. **Teoria Política Moderna: uma introdução**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. 176 p. (Didáticos).
- OTT, A. M. T. (2002). **Dos Projetos de Desenvolvimento, ao Desenvolvimento dos Projetos: o PLANAFORO em Rondônia** (tese).
- PARECER TÉCNICO Nº 014/2007 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA: Análise técnica do EIA/RIMA e de documentos correlatos referentes ao AHE de Santo Antônio e AHE de Jirau, ambos no rio Madeira, visando emissão de parecer quanto à viabilidade ambiental dos empreendimentos.
- REBOUÇAS, Lídia Marcelino. (2000) **O planejado e o vivido: o reassentamento de famílias ribeirinhas no Pontal do Paranapanema**. São Paulo, Fapesp/AnnaBlume.
- RÊGO, J. F. **Estado e Políticas Públicas: a reocupação da Amazônia durante o regime militar**. São Luis: EDUFMA, Rio Branco: UFAC, 2002.
- RONDÔNIA AO VIVO. **Licença para usinas no Rio Madeira sairá neste mês, diz diretor do IBAMA**. Disponível em: <http://www.rondoniao vivo.com.br/noticias/licenca-para-usinas-no-rio-madeira-saira-neste-mes-diz-diretor-do-ibama/23925#.UMX7T4NpeSo>. Acessado em: Dezembro/2010.
- ROTHMAN, Franklin Daniel. (2008) Questões Nacionais nos Conflitos Socioambientais, na Construção de Barragens. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. (Org.). **Vidas Alagadas - conflitos socioambientais**, licenciamento e barragens. 1 ed. Viçosa: UFV, 19-32.
- ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. In: WEFFORT, Francisco C. **Os Clássicos da Política: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu, Rousseau, "o federalista"**. 8. ed. São Paulo: Ática, 1997. Cap. 6, p. 200-215. (Fundamentos). Mimeo.
- ROUSSEAU, J. J. **Do Contrato Social; Ensaio sobre a Origem das Línguas; Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os Pensadores).

SANTOS, B. S. **Moçambique: a maldição da abundância.**

http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5699. Acessado em Janeiro/2012.

SANTOS, C. **Amazônia: uma ocupação paradoxal? Um ponto de vista a partir de Rondônia.** In Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente em Rondônia. BRASIL, Walterlina (Org.) Porto Velho: Edufro, 2007.

SANTOS, S. C. dos. **A Geração Hídrica de Eletricidade no Sul e Seus Impactos Sociais.** Etnográfica, Vol. VII (1), 2003, pp. 87-103.

SAUER, Ildo. 2003. **A Reconstrução do Setor Elétrico Brasileiro.** ed. Paz e Terra UFMS Campo Grande/MS.

SCHERER-WARREN, Ilse e REIS, Maria. (2008) Do Local ao Global: A Trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e sua articulação em redes. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. (Org.). **Vidas Alagadas** - conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. 1 ed. Viçosa: UFV, 64-82.

SIGAUD, Lygia (coord). **Avaliação dos aspectos sociais da produção de energia hidrelétrica, Relatório de Pesquisa, agosto de 1989, Museu Nacional – PPGAS.**

SILVA, L.L.C. **O Setor Elétrico Brasileiro e os Impactos Sociais de Hidrelétricas: o caso dos atingidos por barragens.** Rio de Janeiro, 2008. Disponível em:

<http://www.nuca.ie.ufrj.br/blogs/gesel-ufrj/index.php?/archives/2268-O-Setor-Eletrico-Brasileiro-e-os-Impactos-Sociais-de-Hidreletricas-o-Caso-dos-Atingidos-por-Barragens.html>
Acessado em: Dezembro, 2012.

SINGH, Rajindra Kaur (2006). **Pareceres dos Consultores sobre o Estudo de Impacto Ambiental do Projeto para Aproveitamento Hidrelétrico de Santo Antônio e Jirau, Rio Madeira/RO.** Parecer Técnico sobre Planejamento Regional e Urbano. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/licenciamento/index.php>.

SOUSA, A. M.; ASSIS, R. L. M.; RAMOS, S. R. (2007) **Movimentos Sociais e Organizações Não-Governamentais no Contexto Contemporâneo: desafios e dificuldades.** III Jornada Internacional de Políticas Públicas. Questão Social e Desenvolvimento no Século XXI. São Luís: UFMA, 2007. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoJ/5c76989d9d24791b4a52Aione_Rivania_Samia.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2012.

STREIT, Maíra. **A outra face do progresso.** REVISTA FORUM. Fonte: <http://revistaforum.com.br/blog/2012/09/a-outra-face-do-progresso/> Acessado em: 15 jan 2013.

TUCCI, C. E. M. (2007) Análise dos Estudos Ambientais dos Empreendimentos do rio Madeira – Atualização após as respostas da Consultora. MMA/IBAMA

VAINER, C. B.; VIEIRA, F. B.; PINHEIRO, D. C.. (2001) Há que barrar as barragens. **Revista Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, v. 23, n. maio/junho, p. 14-17.

VIANA, Raquel de Mattos. (2003) **Grandes barragens, Impactos e reparações: Um estudo de caso sobre a barragem de Ita/SC e RS.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.

WCD (2000) DAMS and DEVELOPMENT: A NEW FRAMEWORK FOR DECISION-MAKING. The Report of the World Commission on Dams / Earthscan Publications Ltd, London and Sterling, VA.

WOOD, E. M. (2003). Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo.

ZHOURI, Andréa e OLIVEIRA, Raquel. (2007) **Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas.** Ambiente & Sociedade. Campinas v. X, n. 2. p. 119-135. jul.-dez.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AGÊNCIA BRASIL. **Supremo considera ilegal criação do Instituto Chico Mendes, mas dá prazo para regularização.** Disponível em: <<http://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/3045510/supremo-considera-ilegal-criacao-do-instituto-chico-mendes-mas-da-prazo-para-regularizacao>>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- AMARAL, M. C. (2008) **Brasil joga fora R\$ 10 bilhões em eletricidade.** Diário Comércio Indústria & Serviços, Rio de Janeiro. Energia Elétrica. Entrevista concedida a Roberto Muller. Assunto: Planejamento, Energias Renováveis, Setor Elétrico. Disponível em: <http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/>. Acessado em Agosto/2008.
- AMMANN, S. B. **Considerações Críticas Sobre o Conceito de Participação. Serviço Social e Sociedade:** Revista Quadrimestral de Serviço Social, São Paulo, n. 5, p.147-156, mar. 1981. Quadrimestral. Em tempo há informação de Ano II na capa externa e no interior Ano III.
- ANA – Situação da água no mundo www.ana.gov.br acessado em: 25 de maio de 2008.
- ANDRADE, Renato. O Estado de S. Paulo. **Norte do País vive o "boom" da construção vertical: hoje, basta um incentivo, como uma hidrelétrica, para as cidades no entorno começarem a construir prédios em série.** Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,norte-do-pais-vive-o-boom-da-construcao-vertical,742995,0.htm> Acessado em: 10 de julho de 2011.
- BAINES, Stephen G. (1994) **A Usina Hidrelétrica de Balbina e o Deslocamento Compulsório dos Waimiri-Atroari.** Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília Serie Antropológica 166. Brasília
- BALLESTRIN, L. **Associativismo Transnacional: UMA PROPOSTA ANALÍTICO-CONCEITUAL.** Revista de Sociologia Política, Curitiba, v. 18, n. 35, p.41-54, fev. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n35/v18n35a04.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2011.
- BECK, U. **As Consequências da Modernidade.** 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BERNARDO, S. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. **Sociedades Civas e Relações Norte-Sul: ONGs e Dependência.** Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.bernardosorj.com.br/pdf/Sorj_artigo.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988. Art. 155, 170, 175, 225, 231.** Disponível em: www.planalto.gov.br Acessado em maio/2008.
- BRASIL. André Aranha Correa do Lago. Ministério Das Relações Exteriores. **Estocolmo, Rio, Johannesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas.** Brasília: FUNAG, 2006.
- BRASIL. Gustavo Justino de Oliveira. Secretária de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça (Org.). **Estado Democrático de Direito e Terceiro Setor.** 16. ed. Rio de Janeiro, 2009. (Pensando o Direito). Disponível em: <http://www.fundacoes.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/16Pensando_Direito.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- BRASIL. José Costa Cavalcanti. Ministério do Interior. **Relatório da Delegação do Brasil à Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano.** Estocolmo, 1972. 1 v. Disponível em: <http://www.cetesb.sp.gov.br/userfiles/file/mudancasclimaticas/proclima/file/publicacoes/conferencia_internacional_c_e_p/estocolmo_72_Volume_I.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- CARVALHO, Washington L. P. (2004) **Estudo do Impacto Sócio-Ambiental Causado Pela Construção das Usinas Hidroelétricas da Região de Ilha Solteira.** Ilha Solteira/SP Disponível em www.unesp.br/prograd/PDFNE2004/artigos/eixo2/estudoimpactosocioambiental.pdf

Acessado em 25/04/2008.

CASTRO, Nivalde J. e BRANDÃO, Roberto. (2008) **Os leilões do rio Madeira: origens e causas dos resultados**. Disponível em: <http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/biblioteca/index.htm> Acessado em Julho/2008.

CASTRO, Nivalde J. e GOMES, Victor José Ferreira. **A Legislação ambiental e o desenvolvimento do setor elétrico no Brasil**. GESEL Disponível em: http://www.nuca.ie.ufrj.br/gesel/biblioteca/0014_legislacaoambiental_nc_vg.htm Acessado em setembro/2008.

CONSÓRCIO ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL. (2008) **Redução dos Impactos Ambientais do Novo Projeto do AHE Jirau**. Disponível em <http://www.energiasustentaveldobrasil.com.br/> acessado em maio de 2008.

Contrato de Concessão nº 002/2008-MME-UHE-JIRAU.

COSTA, A. M. **Representação Social e participação social: conceitos sinônimos?**

Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.077/311>>. Acesso em: 27 jul. 2011.

COSTA, M. C. de C. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 1987.

DECRETO Nº 24.643, (1934) - CÓDIGO DE ÁGUAS. Disponível em: www.planalto.gov.br Acessado em maio/2008.

DECRETO Nº 41.019/1957 - regulamenta os serviços de energia. Disponível em: www.planalto.gov.br Acessado em maio/2008.

DECRETO Nº 6.327, (2007). Dispõe sobre a EPE e o CNPE. Disponível em: www.planalto.gov.br Acessado em maio/2008.

DIVISÃO DE ESTATÍSTICAS DAS NAÇÕES UNIDAS. *Classification of The Purpose of Non-Profit Institutions Serving Households – COPNI*. Disponível em:

<<http://unstats.un.org/unsd/cr/registry/regcst.asp?Cl=6>> Acessado em Janeiro/2012.

Edital de Contratação de Energia UHE Jirau: LEILÃO Nº. 05/2008 12/05/2008.

Eletrobrás - Atualização do Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, 31 de outubro de 2007.

Eletrobrás - II PDMA (1990) Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico Vol. II pp. 30-45

Eletrobrás – Manual de Estudos de Impacto Ambiental (2002)

Eletrobrás – Referencial para Orçamento das Questões Sócio Ambientais (1994)

ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. Disponível em:

<<http://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/index.htm>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

FEARNSIDE, P.M. 2005. Brazil's Samuel Dam: Lessons for hydroelectric development policy and the environment in Amazonia. *Environmental Management* 35(1): 1-19. Doi: 10.1007/s00267-004-0100-3.

FERNANDES, F. e BERMANN, C. **Uma análise da responsabilidade social do estado sobre a população ribeirinha afetada por hidrelétricas**, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.bgfconsultoria.com.br/pag/documents/responsabilidade_social_em_UHEs.htm Acessado em setembro/2008.

FIANI, R. **Notas de Aula do Curso de Analista em Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, IE/UFRJ. 2007 (mimeo)

FORNARO, A. **Águas de Chuvas Conceitos e Breve Histórico: há chuva ácida no Brasil?** **Revista USP**, São Paulo, n. 70, p.78-87, JUN-ago. 2006. Disponível em:

<<http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/revusp/n70/08.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

FORUM DE ENTIDADES NACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS. **Abuso de poder público em prol das usinas no rio Madeira**. Disponível em:

http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3432&Itemid=2.
Acessado em: Janeiro/2013.

FREITAS, S. G. **Formação e desenvolvimento da opinião pública**. Disponível em:
<http://www.portal-rp.com.br/bibliotecavirtual/opiniaopublica/0017.htm> Acessado em
Janeiro/2013.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

HOBBSBAWM, E. J. **A era das revoluções 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
Cap.2 A Revolução Industrial.

IBAMA. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 065, 13 de abril de 2005 – Regras para
licenciamento Ambiental de UHE e PCH. Disponível em: www.ibama.gov.br Acessado em
maio/2008.

----- Informação Técnica nº 19 e 20/2007 – COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de
23/04/2007.

----- PARECER TÉCNICO Nº 133/2005 – COLIC-HID/CGLIC/DILIQ/IBAMA:
Checagem do atendimento ao Termo de Referência do EIA/RIMA dos AHEs Santo Antônio e
Jirau, encaminhado ao IBAMA em 30.5.2005. nov/2005.

----- Resolução Conama 001/86 - estabelece definições, responsabilidades, critérios
básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental
como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em:
www.ibama.gov.br Acessado em maio/2008.

----- Resolução Conama 006/87 - regras gerais para o licenciamento ambiental de obras de
grande porte, especialmente aquelas nas quais a União tenha interesse relevante como a
geração de energia elétrica, no intuito de harmonizar conceitos e linguagem entre os diversos
intervenientes no processo. Disponível em: www.ibama.gov.br Acessado em maio/2008.

----- Resolução Conama 237/97 - normatiza procedimentos sobre o licenciamento
ambiental e fixa competências dos órgãos licenciadores. Disponível em: www.ibama.gov.br
Acessado em maio/2008.

INVESTOPEDIA STAFF (United States of America). **Case Study The Collapse of Lehman
Brothers**. Disponível em: <<http://www.investopedia.com/articles/economics/09/lehman-brothers-collapse.asp>>. Acesso em: 02 abr. 2009.

Lei 10.847/2004, criação da EPE. Disponível em: www.planalto.gov.br Acessado em
maio/2008.

Lei 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de
Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes. Disponível em:
www.planalto.gov.br Acessado em maio/2008.

Lei 6.938/81 Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.

Lei 7.804/89, de 18 de julho de 1989, altera a lei 6.938/81. Disponível em:
www.planalto.gov.br Acessado em maio/2008.

Lei 8.987/95 - Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços
públicos previsto no art. 175 da CF88. Disponível em: www.planalto.gov.br Acessado em
maio/2008.

Lei 9.074/95 - Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de
serviços públicos. Disponível em: www.planalto.gov.br Acessado em maio/2008.

Lei 9.433/97 Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de
Gerenciamento (SISNAMA). Disponível em: www.planalto.gov.br Acessado em maio/2008.

Lei 9.605/98, Lei de Crimes Ambientais. Disponível em: www.planalto.gov.br Acessado em
maio/2008.

LEME ENGENHARIA (2005). **RIMA – Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau**.
Disponível em:

http://www.santoantonioenergia.com.br/upload/portal_mesa/pt/usina_santo_antonio/licenciam

- ento/RIMA%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20Impacto%20Ambiental.pdf Acessado em: Janeiro/2013.
- MÂNICA, F. B. **Terceiro Setor e Imunidade Tributária: Teoria e Prática**. Belo Horizonte: Editora Forum, 2008.
- MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**: Escritos Políticos. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Cap. XVII e XVIII, p. 74-81. (Os Pensadores). Mimeo.
- MARTINS, A. M. Contratualismo. In: INSTITUTO DE FILOSOFIA DA LINGUAGEM (Portugal). **Dicionário de Filosofia Moral e Política**. Lisboa. 2010. p. sem numeração. Disponível em:
<<http://www.ifl.pt/private/admin/ficheiros/uploads/4e5a7f050e30f8d591575b5317671f72.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011.
- MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista de 1848**. São Paulo: Alfa-ômega, 1987. 1 v. (Obras Escolhidas). Mimeo.
- MME/ANA - Geração de Energia Hidrelétrica - Caderno Setorial de Recursos Hídricos, 2006.
- MME/EPE PLANO DECENAL DE EXPANSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA 2007/2016.
- MOÇÃO CONAMA N°83, de 18 de maio de 2007 - Aproveitamento hidrelétrico do rio Madeira.
- MONTAÑO, C. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.
- MORET A. S. e GUERRA, S. M. G. G. **Hidrelétricas no rio Madeira: reflexões sobre impactos ambientais e sociais**. Revista OÍDLES - Vol 3, N° 7 (diciembre 2009). Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/oidles/07/smgg.htm> Acessado em: Dezembro/2011.
- MORET, A. S. **Biomassa Florestal, petróleo e processo de eletrificação em Rondônia: análise das possibilidades de geração descentralizada de eletricidade**. Campinas, SP. Faculdade de Engenharia Mecânica: Unicamp. 2000. Tese de Doutorado.
- MORET, A. S. E SILVA, L.L.C. (2010). **O Rio Madeira, uma Sociedade e a Indústria de Energia: a construção das usinas hidrelétricas e os impactos e intervenções na sociedade**. Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego, Campos dos Goytacazes/RJ, v. 4, n. 2, p. 11-31, jul. / dez. 2010. Disponível em:
<http://www.essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/boletim/article/viewFile/1710/893> Acessado em Dezembro/2010.
- MORET, A. S. **Energia e Desenvolvimento: análise nos aproveitamentos hidrelétricos de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira RO. Relatório de análise do conteúdo dos aproveitamentos hidrelétricos do Santo Antônio e jirau, no rio madeira, elaborado pela empresa, COBRAPE Cia. Brasileira de Projetos e Empreendimentos, 2006**. Porto Velho-RO. Ministério Público Estadual de Rondônia, 2006.
- MORET. A.S. e FERREIRA, I. A. **As Hidrelétricas do rio Madeira e os impactos socioambientais da eletrificação no Brasil**. Revista Ciência Hoje, vol. 45, nº 265.
- MÜLLER, A. C. (1995) **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: ed. Makron Books.
- New York TIMES. **Financial Regulatory Reform**. Disponível em:
<http://topics.nytimes.com/topics/reference/timestopics/subjects/c/credit_crisis/financial_regulatory_reform/index.html>. Acesso em: 20 set. 2011.
- NOTÍCIA GERAL. **A guerra dos megawatts: briga entre Jirau e Santo Antônio**. Disponível em: <http://www.noticiageral.com/?p=33145> Acessado em: Dezembro/2011.
- PINHEIRO, M. F. B. e SEVÁ FILHO, A. O. **Expansão Hidrelétrica no período de 2003-2006: Conflitos Sociais e Institucionais em Novas Represas e nas Leiloadas**. III Encontro da ANPPAS. Brasília, 23 a 26 de maio de 2006. (mimeo)
- QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. de O.; OLIVEIRA, M. G. M. **Um toque de Clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2 revista e ampliada Belo Horizonte: UFMG, 2003. 159

p. (Aprender).

ROMA, C. **CLUBE DE ROMA**. Disponível em:

<<http://www.clubofrome.at/brasil/archive/index.html>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

RONDONIA VIP. **Salários das Usinas alimentam prostituição em Jaci-Paraná**. Disponível em: <http://www.rondoniavip.com.br/noticia/salarios-das-usinas-alimentam-prostituicao-em-jaci-parana,policia,14618.html> Acessado em: 20 jan 2013.

ROSTOW, W.W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

ROTHMAN, F. D. (2002) **Política Ambiental e Lutas de Resistência a Barragens em Minas Gerais**: um estudo de caso. Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 45-52.

ROTHMAN, F. D. (2005) **Mobilização, resistência e participação das comunidades atingidas por barragens: o Projeto de Assessoria e o Movimento dos Atingidos por Barragens em Minas Gerais, Brasil**. In: Encuentro por una nueva cultura del agua en América Latina, 2005, Fortaleza.

SANTOS, B. **A maldição da Abundância**. Disponível em:

http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5699 Acessado em Janeiro/2013.

SANTOS, E. M.; GRÜN, C. F. **O Conceito de Participação Segundo Ammann**. II Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/servico_social/pss25.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.

SANTOS, F. A política como ciência ou em busca do contingente perdido. In: RUA, Maria Das Graças; CARVALHO, M. I. V. de. **O Estudo da Política**. Brasília: Paralelo 25, 1998. p. 11-22.

SILVA, F. B. da; JACCOUD, L.; BEGHIN, N. **Políticas Sociais no Brasil: Participação Social, Conselhos e Parcerias**. p.374-407. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/Cap_8.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2011.

SOUZA, J. M. **Anúncio de Estado e Sociedade Civil no Pensamento de Marx. Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 101, p.25-39, jan/mar. 2010. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n101/03.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2011.

SURVIVAL INTERNATIONAL. The Amazon river's largest tributary is under threat

Disponível em: <http://assets.survivalinternational.org/documents/270/Livreto.pdf> Acessado em: Julho/2011.

THEODORO, S. H.; CORDEIRO P. M. F., BEKE Z. (UnB). **Gestão ambiental: uma prática para mediar conflitos socioambientais**.

http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05/suzi_theodoro.pdf Acessado em 25/06/2008.

TOLMASQUIM, M. T. e FARIAS, J. C. de M. (Orgs.) (2006). - **A Questão Socioambiental no Planejamento da Expansão da Oferta de Energia Elétrica**. MME/EPE Rio de Janeiro/RJ Edição 1.

TREASURY, Department Of The. **Financial Regulatory Reform: a new foundation**.

Disponível em: <http://www.treasury.gov/initiatives/Documents/FinalReport_web.pdf>. Acesso em: 20 set. 2011.

TURATTI, M. C. M. **REVISTA DE ANTROPOLOGIA**, SÃO PAULO, USP, 2001, V. 44 nº 1.

VAINER, C. B. (2007) **Recursos Hidráulicos**: questões sociais e ambientais. Estudos Avançados, v. 21, p. 119-138. (mimeo)

VAINER, C. B. (2008) Conceito de "Atingido": uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel. (Org.). **Vidas Alagadas** - conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. 1 ed. Viçosa: UFV, p. 39-63.

VAINER, C. B. **Águas para a vida, não para a morte. Notas para uma história do movimento de atingidos por barragens no Brasil.** In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. (Org.). *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, p. 185-216, 2004.

VALOR ECONÔMICO (2007). **Licença do Madeira atrasa e depende de novos estudos técnicos.** Disponível em:

<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?cod=370805>. Acessado em Janeiro/ 2012.

VALOR ECONÔMICO (2007). **Licença para o Madeira é adiada.** Disponível em:

<http://www.fazenda.gov.br/resenhaeletronica/MostraMateria.asp?cod=370804>. Acessado em Janeiro/2012.

WATERWORLD.COM. **Brazil to Build \$15.6 Billion in Dams in Amazon Region. Local consortium beats Europeans to win auction for first of two dams to harness power of the Madeira River in rainforest near Bolivia that are crucial to regional energy demands.**

Disponível em: <http://www.waterworld.com/articles/wwi/print/volume-22/issue-6/editorial-spotlight/brazil-to-build-156-billion-in-dams-in-amazon-region.html> Acessado em Dezembro/2011.

ZINN, H. **Você não pode ser neutro num trem em movimento:** uma história pessoal de nossos tempos. Curitiba: L-dopã Publicações, 2005.